



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGeo/UESB



JOELMA SILVA DOS SANTOS

**A REDE DE FEIRAS AGROECOLÓGICAS SOLIDÁRIAS DO PIEMONTE DA
DIAMANTINA (BAHIA) NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL SUSTENTÁVEL**

Vitória da Conquista - BA

2023

JOELMA SILVA DOS SANTOS

**A REDE DE FEIRAS AGROECOLÓGICAS SOLIDÁRIAS DO PIEMONTE DA
DIAMANTINA (BAHIA) NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL SUSTENTÁVEL**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Geografia PPGeo/UESB da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Produção do espaço geográfico.
Linha de Pesquisa 1: Dinâmicas da natureza e do território.
Orientador: Prof. Dr. João Phelipe Santiago

Vitória da Conquista - BA

2023

S236r

Santos, Joelma Silva dos.

A rede de feiras agroecológicas solidárias do Piemonte da Diamantina (Bahia) na perspectiva do desenvolvimento territorial sustentável. / Joelma Silva dos Santos, 2023.

125f.; il. (algumas color.)

Orientador (a): Dr. João Phelipe Santiago.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo, Vitória da Conquista, 2023.

Inclui referência F. 108 – 114.

1. Feiras agroecológicas. 2. Formação socioespacial. 3. Redes - Território. 4. desenvolvimento sustentável. I. Santiago, João Phelipe. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo. T. III.

Catálogo na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890

UESB – Campus Vitória da Conquista – BA



FOLHA DE APROVAÇÃO

A REDE DE FEIRAS AGROECOLÓGICAS SOLIDÁRIAS DO PIEMONTE DA DIAMANTINA-BA NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

JOELMA SILVA DOS SANTOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UESB (PPGeo-Uesb), como requisito para obtenção do título de MESTRE.

Aprovada em: 24 de abril de 2023

Banca Examinadora

Prof. Dr. João Phelipe Santiago
(Orientador)

Prof. Dr. Antonio Angelo Martins da Fonseca
(Examinador Externo)

Prof. Dr. Vilomar Sandes Sampaio
(Examinador Interno)

AGRADECIMENTOS

Só conhece o valor da gratidão, quem reconhece a bondade do coração humano... E quantos corações bons me circundaram e estiveram a me apoiar durante esse período de formação e trans-formação. É por este motivo que faço questão de citar cada uma dessas pessoas, por quem tenho grande estima e que com muita bondade, cultivaram junto comigo o solo fecundo do saber e do conhecimento.

Assim, agradeço primeiramente a **Deus** por zelar da minha espiritualidade, me mantendo firme, diante dos percalços, me concedendo saúde, esperança, serenidade e sabedoria para experienciar esse período de aprendizagens, em sintonia com a minha essência.

Gratidão ao meu **pai, Batista**, e a minha, **mãe, Núbia**, minhas maiores referências de amor, dedicação e companheirismo; além de maiores apoiadores e incentivadores das minhas “labutas e aventuras”. A meu irmão **Vitor** pela doçura, pelas palavras amigas, pela parceria de sempre, sobretudo ao cuidar de **Hucke** (meu bebê de quatro patas), juntamente com meus pais, durante os dias que precisei ficar longe de casa. Aos meus **avós, Ireno e Iraci** pelo amor e carinho externalizado; estar perto de vocês sempre me fortalecia e me ajudava a ver fundamento na essência da minha pesquisa, afinal a luta de vocês também é a minha.

Gratidão a **Marta, Joelson, Suzy, Maisa, Maylon e Polly** pelo carinho e companheirismo de sempre. A **Edna**, pela paciência, cumplicidade e força, além das palavras de ânimo e incentivo, principalmente quando atravessei dias turbulentos que quase me fizeram desistir. Gratidão também a **Murilo, Aline, Fernanda, dona Nadir** pela amizade e novas conexões estabelecidas durante essa fase.

Gratidão ao **professor João Phelipe**, meu orientador e fiel escudeiro, como ele mesmo diz (rsrs). Tão bom ser surpreendida no caminho e perceber que não poderia ter firmado parceria melhor. Afinal, te vejo como um excelente profissional, mas acima de tudo, como um ser humano admirável, empático, humilde, prestativo, responsável e sempre comprometido com os resultados da produção do conhecimento científico.

Gratidão a **toda equipe do PPGeo/UESB** (todos os servidores, sem exceção), em especial aos **professores Altamar, Vilomar, Suzane, Mirian Cléa, Mário Rubem, Jânio Diniz e Fernanda**, profissionais com quem tive maior contato e grandes aprendizados, durante as aulas teóricas do Programa. Aos meus **colegas da turma 2021** pelas trocas, pela parceria e amizade, mesmo com as limitações do contato virtual, inerente ao contexto pandêmico.

Gratidão mais uma vez ao **professor Vilomar (UESB)** e **professor Antônio Ângelo (UFBA)** por aceitarem prontamente firmar essa parceria de construção coletiva do conhecimento, somando com a minha pesquisa, desde a qualificação até a defesa da dissertação. A **FAPESB** pelo fomento, através da bolsa de mestrado, me possibilitando foco e dedicação exclusiva a pesquisa, uma vez que a mesma, exigiu tempo e recursos financeiros e operacionais até sua real concretização, de modo a alcançar os seis municípios do Piemonte da Diamantina.

Gratidão **as amigas e amigos, agricultoras/es da REFAS**: Jamile, Jailson, Edileuza, Dona Ieda, Lindalva, Sandra do grupo de Jacobina; Vanuzia, Eliete, Paulo, Verinha e Núbia (mainha) de Saúde; Orícia de Caém; Dona Cristina, Sr. Antônio, Dona Creuza e Sr. Paulo de Mirangaba; Juliana de Várzea Nova; Rosy e Zé Nilton demais colegas do grupo de Miguel Calmon. **Aos amigos da COFASPI e ATABAQUE**: Robson, Vandérleia e Markus. Aos consumidores/as da REFAS que prontamente aceitaram colaborar com a pesquisa.

Gratidão a **Juliana**, Secretária de Turismo e Meio Ambiente e ao prefeito do município de Saúde, **Aucy do Aras**. Aos amigos **Nilde e Tiago Dias** (prefeito de Jacobina) pela parceria e soma de esforços, ao fornecerem suporte na locomoção e formalização de documentos para a pesquisa de campo. Gratidão a **Rositânia**, minha amiga das antigas, pelo apoio e suporte durante a coleta de dados, em campo. A **Maria Aparecida e Aparecida**, as “Luluzinhas” do Semiárido de Várzea Nova, pelo cuidadoso e valoroso empenho na aplicação do questionário, junto aos participantes da pesquisa. A **Rosana** pelo tempo, profissionalismo e cuidado dedicado a revisão, a **Clarice** pelas traduções (amigas da RU/UNEB) e ao amigo, geógrafo unebiano, **Daniel** pelo constante auxílio no processamento dos mapas.

Cada uma e cada um de vocês, desempenharam papel extremamente importante para a concretização dessa produção que não é minha, mas sim nossa... fruto de um esforço coletivo!

GRATIDÃO!!

EPÍGRAFE

“Só da gente produzir um alimento mais natural, ajuda a nossa família e a de nossos fregueses. A gente mesmo não adoce muito [...] A gente não gripa fácil, é muito difícil mesmo. Melhorando a saúde já muda tudo, né! No início a gente não tinha o conhecimento assim como hoje. Principalmente de cuidar do nosso jeito de viver, né. A gente tem a consciência de preservar mais a natureza, usar água na plantação apenas o tanto necessário, sem desperdiçar.”

(Lindalva Ribeiro da Silva, REFAS Jacobina)

RESUMO

As redes geográficas têm se revelado como uma relevante temática de estudo, destacando-se principalmente, desde a última década do século XX. O enfoque desse trabalho é para as redes que se encontram inscritas no território/região, a partir de ações empreendidas por organizações sociais populares do campo, ainda pouco visibilizadas. Imbuídas de intencionalidade e propriedades, confrontam a lógica de produção agroalimentar hegemônica, sobretudo ao evidenciar em suas estratégias, ações que convergem para o uso sustentável do território. É o caso da Rede de Feiras Agroecológicas Solidárias do Piemonte – REFAS Piemonte, uma organização social popular que conecta e articula agentes sociais de alguns dos municípios do Território de Identidade Piemonte da Diamantina¹. Portanto, o objetivo geral desse trabalho é analisar de que forma as ações estratégicas de organização social da REFAS Piemonte (enquanto rede geográfica) tem reverberado no desenvolvimento local e territorial sustentável do território Piemonte da Diamantina. Os seguintes procedimentos metodológicos foram adotados: pesquisa bibliográfica, acerca das principais categorias geográficas abordadas; pesquisa documental e de observação; e pesquisa de campo, diretamente no espaço das feiras agroecológicas. Nessa etapa da pesquisa, entrevistas foram realizadas junto as famílias agricultoras/feirantes e com representantes das instituições parceiras. Questionários foram aplicados junto ao público consumidor, em cada uma das feiras locais. Foi evidenciado o contexto geral da pesquisa, incluído a abordagem teórico-metodológica adotada, as especificidades da formação socioespacial Piemonte da Diamantina e as estratégias de organização social popular, em rede. Assim, constatou-se que a REFAS tem como principal traço, uma herança social advinda do primeiro momento da formação socioespacial do território Piemonte da Diamantina. A (r)existência popular da agricultura familiar de base ecológica tem sido a base elementar que vem assegurando, ao longo de gerações, a sustentabilidade das ações coletivas. A REFAS se configura-se como uma rede local e territorial, composta por complexas e múltiplas articulações que perpassam por uma infraestrutura técnica e também organizacional. Sua confluência decorre do escoamento da produção para as feiras agroecológicas locais, bem como pela comunicação, troca de saberes, experiências, relações de solidariedade; além da manutenção de vínculos com seus componentes. Logo, a sustentabilidade da REFAS está na produção de alimentos saudáveis, no valor inalienável da saúde, na força da organização coletiva na união dos lugares e em seu potencial de transformação e integração social-natural, confrontando assim, a ordem hegemônica do mercado global.

Palavras-chave: feiras agroecológicas; formação socioespacial; redes; território; desenvolvimento sustentável.

¹ O Território de Identidade Piemonte da Diamantina – Bahia (TIPD), situado no Centro Norte Baiano, e atualmente é composto por nove municípios: Caém, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Ouroândia, Saúde, Serrolândia, Umburanas e Várzea Nova (FIGUEIREDO, 2020).

ABSTRACT

Geographical networks have been relevant subject of study, standing out mainly since the last decade of the twentieth century. The focus of this work is on the networks that are registered in the territory/region, based on actions undertaken by popular social organizations in the countryside, which are still little visible. Imbued with intentionality and properties, they confront the hegemonic agri-food production logic, above all by evidencing in their strategies, actions that converge to the sustainable use of the territory. This is the case of the Rede de Agroecological Fair Solidarity do Piemonte – REFAS Piemonte, a popular social organization that connects and articulates social agents from some of the municipalities of the Piemonte da Diamantina Identity Territory. Therefore, the general objective of this work is to analyze how the strategic actions of social organization of REFAS Piemonte (as a geographic network) have reverberated in the sustainable local and territorial development of the Piemonte territory of Diamantina. The following methodological procedures were adopted: bibliographical research, about the main geographic categories addressed; documentary and observational research; and field research, directly at agroecological fairs. At this stage of the research, interviews were carried out with farming families/marketers and with representatives of partner institutions. Questionnaires were applied to the consumer public at each of the local fairs. The general context of the research was evidenced, including the theoretical-methodological approach adopted, the specificities of the Piemonte da Diamantina socio-spatial formation and the strategies of popular social organization, in a network. Thus, it was found that REFAS has as its main trait, a social heritage arising from the first moment of the socio-spatial formation of the Piemonte da Diamantina territory. The popular (r)existence of ecologically based family farming has been the elementary basis that has been ensuring, over generations, the sustainability of collective actions. REFAS is configured as a local and territorial network, composed of complex and multiple articulations that permeate a technical and organizational infrastructure. Their confluence stems from the flow of production to local agroecological fairs, as well as through communication, exchange of knowledge, experiences, solidarity relationships; in addition to maintaining links with its components. Therefore, the sustainability of REFAS lies in the production of healthy foods, in the inalienable value of health, in the strength of the collective organization in the union of places and in its potential for transformation and social-natural integration, thus confronting the hegemonic order of the global market.

Keyword: agroecological fair; sci-spatial training networks; territory; sustainable development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Localização do grupo indígena Payayá no contexto das invasões europeias em territórios indígenas no leste-sudeste do Brasil, Séc. XVI-XVII.....	26
Figura 2	Paisagem urbana da cidade de Jacobina-BA na atualidade.....	29
Figura 3	Paisagem rural da comunidade quilombola de Coqueiro, Mirangaba/BA.....	30
Figura 4	Serras e vale da comunidade quilombola Grota das Oliveiras no município de Saúde/BA.....	31
Figura 5	Povo indígena Payayá em luta por direitos.....	34
Figura 6	Família de José Nilton e Darticleia, REFAS Miguel Calmon/BA.....	36
Figura 7	Mutirão comunitário na comunidade quilombola Palmeira, Mirangaba/BA.....	37
Figura 8 e 9	Primeira feira agroecológica do território Piemonte da Diamantina - Jacobina-BA, 2004.....	39
Figura 10	Encontro de mobilização territorial para criação da REFAS Piemonte.....	42
Figura 11	Encontro territorial com a participação social famílias da REFAS em Jacobina.....	44
Figura 12	Práticas agroecológicas predominantes no contexto das famílias da REFAS Piemonte.....	58
Figura 13	Cultivo consorciado na agricultura familiar de base ecológica, em comunidade da REFAS Saúde.....	69
Figura 14	Força de trabalho familiar e comunitária nas comunidades Palmeira e São Roque da REFAS Mirangaba.....	70
Figura 15	Unidades locais de produção familiar da REFAS Piemonte.....	74
Figura 16	Seleção e armazenamento de sementes crioulas na comunidade Água Branca de Fora, integrante da REFAS Saúde.....	76
Figura 17	Oficina sobre práticas agroecológicas e redes na organização social, realizada no sindicato rural, junto a REFAS Mirangaba.....	79
Figura 18	Estratégias de comercialização popular em Saúde e Jacobina durante a pandemia Covid-19.....	80
Figura 19	Intercâmbio com famílias da REFAS e famílias das Feiras de Irecê-BA e Polo da Borborema-PB.....	87
Figura 20	Moradores da comunidade quilombola Grota das Oliveiras, realizando a manutenção da estrada.....	89

Figura 21	Feiras Agroecológicas da REFAS – Jacobina, Saúde, Miguel Calmon, Mirangaba e Várzea Nova, 2023.....	91
Figura 22	Ações de potencialização das feiras agroecológicas.....	94
Figura 23	Parâmetros de sustentabilidade no contexto da REFAS Piemonte.....	106

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Delimitação espacial do território Piemonte da Diamantina, Bahia, Brasil.....	41
Mapa 2	Infraestrutura técnica da rede local de produção e comercialização da REFAS Jacobina.....	65
Mapa 3	Comunidades rurais e municípios conectados a REFAS Piemonte, com feiras ativas em 2023.....	85

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Principais alimentos produzidos e comercializados nas feiras da REFAS.....	75
Quadro 2	Comunidades rurais que integram a REFAS Piemonte – 2023.....	85
Quadro 3	Potencialidades e desafios da REFAS Piemonte 2023.....	88
Quadro 4	OCS REFAS – Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos do MAPA – 2023.....	98
Quadro 5	O potencial de transformação social - REFAS Piemonte.....	103

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Agricultoras/es em atividade na REFAS Piemonte - 2022.....	86
Gráfico 2	Faixa etária - Público consumidor.....	92
Gráfico 3	Escolaridade - Público consumidor.....	92

Gráfico 4	Há quanto tempo compram da REFAS.....	93
Gráfico 5	Relação entre Público Consumidor-Famílias Agricultoras.....	94

LISTA DE SIGLAS

APAEJ	Associação das Produtoras e Produtores Agroecológicos de Jacobina
ATABAQUE	Associação Afro Brasileira Quilombo Erê
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
COFASPI	Cooperativa de Trabalho e Assistência Técnica à Agricultura Familiar Sustentável do Piemonte da Diamantina
FES	Formação Econômica e Social
FRS	Fundos Rotativos Solidários
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISPAN	Instituto Sociedade, População e Natureza
MAPA	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MOC	Movimento de Organização Comunitária
PTDS	Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável
REFAS Piemonte	Rede de Feiras Agroecológicas Solidárias do Piemonte
SETRE/SESOL/BA	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte/Superintendência de Economia Solidária da Bahia
TI	Território de Identidade

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO TERRITÓRIO PIEMONTE DA DIAMANTINA NO CONTEXTO DA REFAS PIEMONTE	20
2.1 A situação geográfica da REFAS Piemonte e sua formação: dos primórdios à atualidade	23
2.2 A produção e comercialização dos alimentos agroecológicos no Território Piemonte da Diamantina, Bahia, Brasil.....	34
2.3 A organização em rede na perspectiva da REFAS: como funciona?	41
3. AS REDES LOCAIS E NOVA DINÂMICA DE USO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO	44
3.1 Entendendo o território a partir do uso e para além do uso	47
3.1.1 Para além do uso: o território como abrigo	55
3.2 As redes geográficas e suas funções no território.....	59
3.3 REFAS Piemonte: uma rede local e territorial de produção e comercialização de alimentos agroecológicos no Piemonte da Diamantina (Bahia).....	63
4. O DESENVOLVIMENTO LOCAL E TERRITORIAL SUSTENTÁVEL NA PERSPECTIVA DA REFAS PIEMONTE	66
4.1 A produção agroecológica: uma problemática do desenvolvimento territorial de base local	72
4.2 A práxis do desenvolvimento territorial sustentável no contexto da REFAS Piemonte	81
4.3 A sustentabilidade das feiras agroecológicas do Piemonte da Diamantina.....	83
4.3.1 Potencialidades e perspectivas futuras das ações da REFAS Piemonte.....	91
5. CONCLUSÕES	107
6. REFERÊNCIAS	109
7. APÊNDICE	117

1. INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, o fenômeno das redes geográficas tem se revelado como um objeto de estudo preponderante. A referida temática vem ganhando maior repercussão e notoriedade na Geografia, desde a última década do século XX. Uma categoria que também foi abordada por Milton Santos (1996), ao ganhar destaque em algumas de suas teorizações, a exemplo da temática “Por uma geografia das redes”, explicitada em uma de suas grandes obras. Com isso, contribuindo para ampliar a relevância e pertinência da categoria rede, no âmbito da ciência geográfica.

Dessa forma, vale ressaltar que na atual conjuntura, que compreende a era da globalização, da fluidez e das simultaneidades, as redes ganham cada vez mais evidência. Com efeito, à medida que se espacializam, imprimem novas formas e reconfiguram o território. Evidentemente, que não se trata de uma discussão recente na geografia, tendo em vista que em meados da década de 1960, alguns estudos abordavam as redes urbanas, bem como, as redes técnicas – de comércio, de transportes e de abastecimento, por exemplo (SOUZA, 2013).

Diante do exposto, observa-se que esses estudos têm dado maior relevo, majoritariamente as questões voltadas para o espaço urbano, fazendo referência as grandes cidades, bem como as grandes corporações empresariais. Por outro lado, é notável que tais redes encontram-se manifestas também no espaço rural, a partir de ações empreendidas por organizações sociais populares ainda pouco visibilizadas e dispersas pelo território. Logo, as redes geográficas, inscritas sob o espaço rural, têm se revelado como uma nova emergência temática, relacionada ao desenvolvimento local e territorial.

Nesse sentido, a presente pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender essas novas dinâmicas socioespaciais, provocadas por complexas e múltiplas redes, que englobam desde a infraestrutura técnica até a organizacional, nos diversos espaços. Desse modo, sendo elas imbuídas de intencionalidade propriedades (usos), quanto ao uso sustentável do território, vem ganhando forma também no espaço rural e expandindo-se para outras partes do território, inclusive para as cidades.

Assim, a especificidade desse trabalho será evidenciar as estratégias técnicas (de produção e comercialização agroecológica) e organizacional da Rede de Feiras Agroecológicas Solidárias do Piemonte, também conhecida como REFAS Piemonte. Essa rede, trata-se, pois, de uma organização social popular que conecta e articula famílias agricultoras dos municípios que compõe o território Piemonte da Diamantina, sendo eles: Jacobina, Saúde, Caém, Várzea

Nova, Mirangaba, Ourolândia, Umburanas, Miguel Calmon e Serrolândia. Além disso, as conecta ao público consumidor/clientes e também as instituições parceiras.

A REFAS Piemonte, através de suas atividades agroecológicas, se caracteriza como um modelo alternativo de produção agroalimentar, contra hegemônico (agronegócio/agricultura convencional), haja vista que em suas ações, tende a priorizar a manutenção familiar, a preservação da sociobiodiversidade, bem como a saúde e bem-viver coletivo. Em outras palavras, há nessa rede, uma maior interação popular coletiva e também uma relação simétrica e indissociável entre os diversos elementos da natureza.

Nesse liame, a Rede de Feiras Agroecológicas do Piemonte, além de dinamizar o uso do território, através de ações mais sustentáveis, tem promovido a inserção desse grupo social, à frente de um mercado local, alternativo, disponibilizando alimentos mais saudáveis à população rural e urbana. Diante disso, se faz necessário compreender como se dá tal processo no âmbito do desenvolvimento local e territorial sustentável do Piemonte da Diamantina, Bahia.

Para isso, é necessário entender como essas ações se espacializam pelo território, contrapondo-se e apresentando-se como alternativa ao modelo de produção hegemônico. Por considerar a insustentabilidade da lógica de produção dominante, também considerada perversa, exploratória e degenerativa, uma vez que a mesma, vem se apropriando e explorando, desenfreadamente os bens da natureza, convertendo-os em recursos para a produção e reprodução do capital.

Vale ressaltar, que a problematização dessa pesquisa emerge das minhas observações pessoais e profissionais decorrentes das ações empreendidas pela REFAS, no âmbito do território Piemonte da Diamantina. Tais observações, remonta ao contexto das minhas vivências, como técnica extensionista, quando estive atuando junto as famílias agricultoras das comunidades rurais, assistidas pela Cooperativa de Trabalho e Assistência Técnica à Agricultura Familiar Sustentável do Piemonte da Diamantina – COFASPI², situada na cidade de Jacobina, na região Centro Norte do estado da Bahia.

No período de 2012 a 2013 fiz parte da equipe técnica que executou e acompanhou o “Projeto de promoção e Fortalecimento das Feiras Agroecológicas Solidárias no Território Piemonte da Diamantina - Estado da Bahia”. O referido projeto tinha como uma das principais propostas, criar uma rede territorial de feiras agroecológicas, ou seja, além de criar espaços próprios de comercialização em cada um dos municípios que compõem o território, tinha também como objetivo, apoiar a articulação social coletiva e troca de saberes e experiências

² Sobre a COFASPI ver FIGUEIREDO (2020).

entre as famílias agricultoras que trabalham numa perspectiva agroecológica. A intenção inicial era fazer com que essa articulação propiciasse uma melhor estratégia de organização social, de modo que articulassem atividades de produção e comercialização direta, com os momentos de troca de saberes e experiências. Com efeito, favorecer a interação e participação popular, além de fortalecer os vínculos de solidariedade entre o grupo.

Nessa conjuntura, percebe-se que a conformação dessa rede vem provocando uma dinâmica de uso sustentável do território, através das atividades de produção e comercialização de alimentos agroecológicos. Assim, é preciso investigar minuciosamente tal processo, considerando que ainda são poucas as pesquisas que abordam a referida temática, sobretudo as redes geográficas inscritas no espaço rural e concebidas a partir de ações coletivas, populares, com é o caso da REFAS.

Com isso, além de possibilitar a construção de um conhecimento direcionado a nosso campo de estudo, essa pesquisa pode subsidiar e/ou fundamentar a formulação de novas ações públicas de apoio, no sentido de fortalecer as estratégias de organização, produção e comercialização da REFAS Piemonte. Além disso, por dispor de informações empíricas, advindas das narrativas dos agentes sociais envolvidos, tais contribuições poderão reverberar na criação e implementação de políticas públicas locais e/ou territoriais.

O grande desafio dessa geração é conjecturar uma agricultura limpa, livre de agrotóxico. Isso é possível, através de práticas alternativas de produção agroalimentar sustentável – agroecologia. Por conseguinte, viabiliza-se a oferta de alimentos mais saudáveis para o consumo humano. Além de possibilitar a conservação dos recursos naturais, imprescindíveis a manutenção da vida e reprodução social. Afinal, vale destacar que vivemos num período em que a produção dominante estimula cada vez mais o consumo alienado e exacerbado.

Enquanto isso, grande parte da população é manipulada pela lógica consumista e materialista do capitalismo. Tal fato, se faz perceptível em nosso cotidiano, sendo externalizado inclusive, em nossos hábitos alimentares, sobretudo quando não questionamos a origem e o processo como tal alimento foi produzido. Contudo, existe outra parcela da sociedade que considera tais questões, priorizando os benefícios de uma alimentação saudável, que perpassa pela forma produção até a destinação final. Assim, muitos consumidores têm buscado alimentos agroecológicos, livres de agrotóxicos e emanados de uma responsabilidade socioambiental coletiva (SANTOS; SANTIAGO, 2021).

A título de exemplo, vale ressaltar que no contexto inicial de realização dessa pesquisa, a população brasileira e mundial enfrentava uma crise sanitária global – a pandemia causada pelo Coronavírus (Sars-CoV-2) que ceifou muitas vidas. Diante disso, muitas foram as pessoas

que passaram a dar uma maior atenção para a questão alimentar, relacionando-a também as medidas de autocuidado³ tão importantes, quanto as demais recomendadas pelos órgãos de saúde (informações empíricas, oriundas de diálogos e vivências com pessoas experienciam tal fato, além de notícias divulgadas em *sites*). Algumas campanhas veiculadas na mídia de massa, também reforçaram a importância da alimentação saudável⁴ na manutenção da saúde e também do sistema imunológico.

Nessa conjuntura fica explícita a pertinência da produção agroalimentar e do abastecimento das feiras locais, a partir da comercialização de alimentos agroecológicos, no âmbito do território Piemonte da Diamantina. Mesmo com os desafios do distanciamento social, as famílias agricultoras permaneceram produzindo e comercializando diretamente nas feiras municipais. Nesse sentido, se faz necessário conhecer as ações estratégicas de organização social da REFAS Piemonte que segue (r)existindo a tais desafios, sobretudo as investidas de supressão do modo de ser, viver e produzir, impostos pela lógica de produção dominante.

É nesse contexto, que me apresento como pesquisadora, com a seguinte indagação, (responsável por nortear a realização da presente pesquisa): enquanto rede geográfica, de que forma a REFAS Piemonte tem reverberado no desenvolvimento local e territorial sustentável do território Piemonte da Diamantina, Bahia, Brasil?

Dessa forma, o objetivo geral desse trabalho é analisar de que forma as ações estratégicas de organização social da REFAS Piemonte (enquanto rede geográfica) tem reverberado no desenvolvimento local e territorial sustentável do território Piemonte da Diamantina. Para isso, foram formulados os seguintes objetivos específicos: especificar a situação geográfica das REFAS Piemonte e sua formação socioespacial; identificar as estratégias de organização da rede local e territorial; relacionar a dinâmica de uso sustentável do território com as ações empreendidas pela REFAS Piemonte, como rede geográfica, no âmbito do Piemonte da Diamantina; Inferir acerca da produção e comercialização de alimentos agroecológicos e sua sustentabilidade local e territorial, na perspectiva da REFAS Piemonte.

³ Manchete vinculada em *site* de notícia “Consumo de alimentos orgânicos cresce durante a pandemia”. “Um estudo da *Ecovia Intelligence* apontou aumento de até 40% no consumo de orgânicos durante a pandemia em diversos locais do mundo”. “Alimentos orgânicos se popularizaram na pandemia como uma forma de autocuidado” (ESTADÃO, 2022).

⁴ A alimentação saudável é primordial para a saúde e é especialmente importante para manter o sistema imunológico em ótimas condições, sem esquecer das medidas de higiene necessárias para evitar as contaminações. É uma ferramenta para o fortalecimento e não cura da COVID-19, ressalta Ruth. "Não há receitas milagrosas e devemos combater as notícias fakes que colocam em risco a saúde de muitas pessoas. Agora é preciso reforçar a imunidade, seguir rigorosamente as medidas de higiene necessárias para evitar as contaminações e manter o distanciamento social." (ASBRAN, 2020, p.3)

O percurso metodológico desse trabalho partiu inicialmente da delimitação do *locus* de estudo, compreendendo o território Piemonte da Diamantina, Bahia, Brasil, onde a REFAS Piemonte encontra-se manifesta. Dentre os nove municípios que compõem a rede, seis foram selecionados para participar dessa pesquisa, sendo eles: Jacobina, Saúde, Caém, Mirangaba, Miguel Calmon e Várzea Nova. Vale salientar que as feiras agroecológicas selecionadas foram aquelas que se encontra efetivamente ativas, com a comercialização semanal de alimentos, em seus respectivos municípios.

Participaram diretamente da pesquisa: as famílias agricultoras/feirantes da REFAS Piemonte, o público consumidor/clientes das feiras agroecológicas e alguns representantes das instituições parceiras: Cooperativa de Trabalho e Assistência a Agricultura Familiar Sustentável do Piemonte (COFASPI) e Associação Afro Brasileira Quilombo Erê (ATABAQUE), ambos com sede na cidade de Jacobina. A escolha desse público se deu a partir do entendimento de que esses sujeitos possuem algum vínculo com as ações REFAS Piemonte.

Foi conduzida por uma abordagem quali quantitativa, partindo de levantamentos iniciais que perpassaram por pesquisa bibliográfica, documental, de campo e de observação. A pesquisa bibliográfica, consubstanciou a construção do referencial teórico, propiciando a operacionalização e discussão dos principais conceitos geográficos abordados, tais como, formação socioespacial, redes geográficas e território. A pesquisa documental foi realizada junto à coordenação da REFAS Piemonte e também com representantes institucionais da COFASPI e ATABAQUE. Nesse sentido, aconteceu uma consulta a alguns documentos institucionais, a exemplo: regimento interno, livros de atas das reuniões, além de cartilhas, panfletos e relatórios, produtos e projetos técnicos, onde constam informações sobre o processo de constituição e organização da REFAS.

A pesquisa de campo foi realizada no formato presencial, junto as famílias agricultoras, o público consumidor e as lideranças das instituições parceiras. Em tempo, ocorreu a realização de entrevistas e aplicação de questionário. Concomitante a essa etapa aconteceu também a pesquisa de observação, procedendo no registro de informações relevantes e indispensáveis à compreensão do objeto de estudo desse trabalho. Ainda nesse contexto, imagens de algumas das etapas que correspondem o processo de comercialização agroecológica foram registradas.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com as famílias agricultoras, em cada um dos municípios selecionados, bem como, com representantes das instituições parceiras, COFASPI e ATABAQUE. A definição da amostragem de agricultores/as selecionados/as para a realização da entrevista, considerou a média correspondente a aproximadamente 50% dos participantes das feiras de cada um, dos seis municípios estudados e que estão articulados a

rede territorial, ou seja, a REFAS Jacobina, Saúde, Mirangaba, Caém, Miguel Calmon e Várzea Nova. Cada feira conta com uma média de sete famílias participando, efetivamente. Logo, foram entrevistados/as um quantitativo de agricultores/as, representando cada uma das feiras agroecológicas dos municípios. Em Jacobina, Saúde e Miguel Calmon três representantes de cada feira foram entrevistados; e mais dois agricultores/as dos municípios de Caém, Mirangaba e Várzea Nova; totalizando 15 (quinze) entrevistas.

Os entrevistados da COFASPI e ATABAQUE são representantes institucionais que em algum momento atuaram na execução técnica ou administrativa dos projetos de apoio a REFAS. Vale ressaltar que cada uma dessas instituições executou uma média de dois projetos de apoio e fortalecimento. A entrevista aconteceu com dois representantes da COFASPI e um representante da ATABAQUE. Com essas informações adquiridas nessa coleta foi possível entender a concepção de desenvolvimento sustentável dos agentes sociais diretamente vinculados as ações empreendidas pela REFAS, no território Piemonte da Diamantina.

Outro instrumento de pesquisa aplicado foi o questionário. Dessa vez junto ao público consumidor, ou seja, os clientes das feiras agroecológicas dos municípios investigados. A aplicação contou com o apoio e colaboração das/os feirantes/agricultoras/os, tendo em vista que elas/es reconhecem o público consumidor, sobretudo os mais assíduos, convidando-os a responder o questionário da pesquisa.

O quantitativo dessa amostragem se deu de maneira aleatória. Ao delimitar a amostragem foi levado em consideração o tempo necessário para a análise e sistematização dos resultados. Sendo assim, a quantidade foi definida no momento da coleta, de acordo com a disponibilidade e aceite desse público, em responder o questionário. Ao final dessa etapa foram obtidos um total 45 (quarenta e cinco) respostas fornecidas pela clientela das feiras da rede. O tratamento desses dados e informações aconteceu através da sistematização e análise categorial de conteúdo, culminando na edição de imagens, bem como, elaboração de tabelas, quadros, esquemas, mapas, gráficos e destaque das narrativas do público participante.

Nesse sentido, o presente trabalho comporta em sua primeira seção uma explicitação da gênese de formação socioespacial do território Piemonte da Diamantina e suas especificidades inerentes a herança cultural, advinda do modo de vida dos povos originários – indígenas Payayá; e também do povo negro/africano que, ao lutar contra a escravização fugiram, buscando refúgio/abrigo nos vales do território Piemonte da Diamantina. Desses lugares, ergueram-se os inúmeros quilombos espalhados por todo território, revelando a resiliência de uma ancestralidade que substanciou as estratégias de (r)existência, através de ações

coletivas/comunitárias e práticas tradicionais de produção agroalimentar. Tais heranças estão embricadas no contexto de constituição da REFAS Piemonte.

A segunda seção apresenta uma discussão acerca dos conceitos de rede geográfica e território, a partir de uma relação de complementaridade entre ambos. As redes são concebidas, numa perspectiva que compreende as novas estratégias de organização socioespacial, dada pela complexidade do período contemporâneo que expressa uma célere mudança no arranjo social. As redes destacadas tratam-se de organização social popular, cuja intencionalidade é a (r)existência e o fortalecimento de suas ações estratégicas relativas ao uso sustentável do território, sobretudo através da produção e comercialização agroecológica.

Ademais, ainda na segunda seção o conceito de território é abordado à luz da concepção de Milton Santos que concebe o território a partir de seus múltiplos usos. Tratando-o como recurso, em seu sentido material (econômico-material) e também como abrigo, com uma maior carga de sentido e significado para aqueles que habitam e vivem o lugar. A última seção dá maior ênfase a informações empíricas, obtidas na pesquisa de campo, com as/os participantes diretos, ou seja, com as famílias agricultoras/feirantes, com o público consumidor e também com as/os representantes das instituições parceiras. Além disso, é evidenciado por discussões, relatos, mapas e outras ilustrações, as novas perspectivas de desenvolvimento local e territorial sustentável, considerando sobretudo, a cosmovisão dos integrantes da REFAS Piemonte.

2. A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO TERRITÓRIO PIEMONTE DA DIAMANTINA NO CONTEXTO DA REFAS PIEMONTE

Nos estudos geográficos contemporâneos, especificamente no último quartel do século XX, as categorias conexas à dimensão ontológica/social do espaço, têm ganhado maior atenção, sendo difundida em diversas pesquisas (SANTOS, 1985, 1996, 2014; CORRÊA, 1989; SANTIAGO, 2013, 2021, 2022). Desde então, essa abordagem tem corroborado para um entendimento mais categórico das dinâmicas socioespaciais, levando em consideração suas mais variadas escalas e sentidos. Entretanto, nem sempre foi assim, uma vez que outrora, o espaço era tido simplesmente como palco das ações humanas, ou seja, a ênfase estava, majoritariamente na forma das paisagens e das coisas, cristalizadas (SANTOS, 2014, p. 22). Essa abordagem concebia o espaço, num sentido mais estático e os fenômenos geográficos eram apresentados de forma mais descritiva.

Na contramão dessa discussão, há um contraste particular que revela a problemática regional nordestina, presente na obra central de Manuel Correia de Andrade⁵ (1963). Esse autor, expressou na evolução do pensamento brasileiro, um cenário de contradições, num contexto em que a agricultura camponesa se contrapunha a expansão monopolística da agricultura agroexportadora da cana-de-açúcar – o que se convencionou a chamar de agronegócio. Embora, sua obra apresente algumas características descritivas, Andrade (1963) foi além, sobretudo ao dar relevo as problemáticas sociais e regionais, numa conjuntura econômica-política controversa (levando a censura do seu livro, “A terra e o homem no Nordeste, 1963”, durante a ditadura militar).

Diante de tais contribuições, é possível compreender também as contradições inerentes ao processo de produção e comercialização de alimentos, presentes no cerne da nossa análise. Nesse cenário, a REFAS Piemonte é destacada nesse trabalho como uma organização social popular que se contrapõe a lógica de produção dominante do agronegócio. Nesse sentido, as principais contradições relativas à produção agroalimentar podem ser percebidas, a partir de diferentes escalas. Uma que está posta para atender, prioritariamente o mercado local/territorial – a agroecológica; e outra para atender a ordem do mercado global – o agronegócio.

Dessa forma, busca-se uma abordagem teórico-metodológica, mais próxima da perspectiva crítica, sobretudo à luz da teorização de Milton Santos (1985), que ao propor um método de investigação (cuja matriz teórica é o materialismo histórico e dialético), aplicável ao nosso campo de estudo, dá centralidade as dinâmicas sociais que criam e que também transformam as formas. Nesse liame é possível contemplar a totalidade da dialética do espaço.

Em conformidade a tais questões, Santos (1978, 1985, 1996, 2014), desenvolveu a categoria Formação Econômica e Social⁶ (FES), demonstrando, através do “princípio da redutibilidade” os nexos com outras categorias, tais como: Estado-nação, território, sociedade, natureza e paisagem, nas mais variadas escalas. Vale salientar que a noção de FES aparece em evidência, em uma das principais obras de Marx (1867):

Minha concepção do desenvolvimento da *formação econômico-social (g.n.)* como um processo histórico-natural exclui, mais do que qualquer outra a responsabilidade do indivíduo por relações das quais ele continua sendo, socialmente criatura, por mais que, subjetivamente, se julgue acima delas. (MARX, 1979, p. 6)

⁵ Ver ANDRADE, Manuel Correia de (1963), “Jundiá, um engenho de açúcar no vale do Siriji”, publicado na Revista de História USP em 1974. Ver também SANTIAGO, João Phelipe, “A Geografia no Brasil: a contribuição de Manuel Correia de Andrade”, dissertação de mestrado UFPE, impressa em 1990.

⁶ Ver SANTIAGO, João Phelipe, “Totalidade, Estado-Nação, Formação Social, Território como categorias fundamentais da Geografia Crítica e o pensamento geográfico”, publicado em 2022, no livro Geografia no século XXI. No capítulo 10 desse livro, o referido autor resgata vários aspectos cooptados, a partir dos estudos de Milton Santos, correlacionando-os com as categorias de Totalidade, Estado-nação, Formação Social e Território.

Ao expressar tal concepção, Marx (1867) refere-se ao trabalho social, atrelado aos processos de produção, minuciosamente detalhados em sua obra. Logo, nota-se que essa categoria está no cerne de uma teorização do espaço, apresentando-se também como um método de interpretação da realidade concreta, sendo, portanto, relevante e condizente com as problemáticas sociais e os processos que substanciam a organização do espaço geográfico.

Nessa perspectiva, a referida categoria, nos possibilita compreender a evolução diferencial das organizações sociais regionais, conexas a sua totalidade, bem como em suas frações, de modo a considerar as particularidades de um dado momento de sua evolução. Trata-se, portanto, de um “movimento totalizador” (SANTOS, 2014, p.25), sustentado na produção e nos meios pelos quais, mulheres e homens, através do trabalho social, criam e transformam o espaço geográfico, evidenciando, em suma, as contradições desse processo.

Nesse sentido, o espaço geográfico pode ser compreendido em seu postulado ontológico, como um constructo decorrente do trabalho social. Logo, o presente também pode ser entendido como resultado do tempo social de trabalho acumulado; o espaço produzido como tempo acumulado. Ou seja, o espaço geográfico é o tempo acumulado não concluído; e em permanente transformação no sentido do devir; “é o princípio da dialética do espaço” em permanente movimento na história da luta de classes. Visto estar permanentemente se transformado em algo novo a partir das determinações e possibilidades dadas. (SANTIAGO, 2022, p. 92)

Partindo desse pressuposto, Santos (1996, 2014) e Santiago (2022) destacam a pertinência, quanto a apropriação da categoria formação econômico social, também chamada de formação socioespacial. Assim, a inserção da categoria espaço, decorrente da FES, revela um sentido de complementaridade sobre a situação geográfica, tendo em vista que se tratam de categorias imbricadas⁷. Essa proposição além de conferir sentido geográfico a essa abordagem, a partir da incorporação da categoria espaço, fundamenta-se no estudo da totalidade e nas especificidades da formação de um determinado território.

Dessa forma, o espaço geográfico é concebido, a partir de seus múltiplos aspectos e características, que vão desde as mais variadas paisagens até as transformações socioespaciais, decorrentes das atividades humanas. Com isso, contemplando também os modos de produção e modos de vida que, sob a égide desse movimento engendram novas formas, configurando e reconfigurando em todo tempo o espaço. Portanto, tal premissa é imprescindível ao buscar superar a clássica dicotomia da relação sociedade-natureza, tendo que se trata de um movimento indissociável, contraditório e totalizador, sobretudo ao conceber a sociedade como parte essencial e inseparável da natureza.

O Homem vive da natureza, isto significa que a natureza é o seu corpo com o qual ele deve permanecer em processo constante, para não perecer. O fato de que a vida física e espiritual do homem se relaciona com a natureza não tem outro sentido senão o de

⁷ Ver SANTOS, Milton, livro “Espaço e Método” (1985), sobre o princípio da redutibilidade.

que a natureza se relaciona consigo mesma, pois o homem é parte da natureza. (MARX, 1968, p. 516)

Assim sendo, é preciso pensar o espaço enquanto totalidade, a partir do processo histórico de formação que permeia a organização espacial, bem como o modo de produção inerente a determinada sociedade. Para isso é importante considerar que a relação espaço-tempo está intrínseca no cerne do processo que dá origem as diversas formas/formações socioespaciais. Cada uma delas representa, em essência, um momento de um modo de produção, associados aos modos de vida, considerando que cada sociedade veste a roupa do seu tempo (BUKHARIN, 1972).

Dessa forma, a ênfase está no processo concreto da história da formação social, em suas mais variadas escalas. “Pois a História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social” (SANTOS, 2014, p.22), um constructo decorrente do trabalho social acumulado que convergem para a produção e reprodução social. À luz dessa abordagem, esse trabalho foi conduzido de modo a evidenciar inicialmente a base fundante em que se constituiu e consolidou espacialmente a Rede de Feiras Agroecológicas do território Piemonte da Diamantina, no interior da Bahia.

A partir desse caminho, busca-se uma apreensão da totalidade, por meio da formação socioespacial/territorial para entender as particularidades da REFAS. Em outras palavras, atendo-se a uma fração do todo que se externaliza num dado momento de sua evolução, ou seja, na atualidade. Diante do exposto, é necessário conhecer os elementos basilares que interagem entre si e evoluem em forma de redes, obedecendo uma lógica de uso do território, através dos processos de produção inerente a determinado contexto histórico e reverberando na espacialização das feiras agroecológicas do Piemonte.

2.1 A situação geográfica da REFAS Piemonte e sua formação: dos primórdios à atualidade

Nessa subseção, evidencia-se inicialmente o contexto histórico de formação do território Piemonte da Diamantina e os rebatimentos de sua formação inicial na constituição e espacialização da Rede de Feiras Agroecológicas Solidárias – REFAS Piemonte no presente. Tal processo é explicitado, por meio de uma literatura regional, a partir dos aspectos marcantes que revelam as especificidades da origem e formação socioespacial desse território.

Nesse sentido, considera-se substancialmente, as características gerais atinentes aos povos que a princípio habitaram o *locus* desse estudo, bem como seus modos de vida, as

relações sociais e as condições materiais de produção que se espacializaram, configurando uma forma de cultura no Piemonte da Diamantina. Essas noções gerais, “[...] devem ser compreendidas como momentos da análise dialética social e histórica” (SANTIAGO, 2022, p. 92). Evidentemente, que se trata de um sistema funcional, lógico e interconexo; pois se relaciona diretamente com a noção de tempo/processo, inerente a categoria mais ampla e aqui enfatizada, que é a formação socioespacial.

Vale ressaltar que tal processo é concebido de maneira relacional e indissociável, inclusive a dinâmica promovida pela articulação socioespacial das redes geográficas, especificamente a REFAS Piemonte. Por compartilhar do entendimento de que “as redes condicionam a configuração espacial, conseqüente da organização dos espaços, especializando-se em múltiplas escalas. O espaço é construído como territorialidade, produzindo funções que antes não existiam e que passaram a ser objeto de estudo da geografia” (SANTIAGO, 2013, p. 186). Essa discussão será aprofundada na segunda seção.

A posteriori é destacada a organização social e produtiva, além do uso sustentável do território Piemonte da Diamantina. O tratamento dado a categoria território será numa perspectiva miltoniana, uma vez que: “Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população” (SANTOS, 2001, p.96). Dessa forma, nossa concepção de território perpassa sobretudo por sua *apropriação e uso* (g.n.). Vale salientar, que o foco não está voltado meramente a dimensão econômica, ou seja, ao viés produtivista, no que tange o uso do território. A ênfase está sobretudo, nas relações estabelecidas entre os agentes sociais, bem como na forma de produção e comercialização dos alimentos, de modo a deixar emergir também outras dimensões que possam estar presentes em tal processo.

Para melhor entender a organização do território, a partir sua formação socioespacial, foi apresentado uma breve periodização histórica dos acontecimentos que marcaram a formação do Piemonte da Diamantina e reverberaram nas dinâmicas socioespaciais mais recentes, sobretudo a organização e articulação social de famílias agricultoras, em rede. Para tanto, a periodização foi compartilhada em três momentos de análise, marcando as mais variadas estratégias de uso desse território, dando maior enfoque a produção agroalimentar.

- O primeiro momento, corresponde ao período que antecede o século XVII, marcado pela predominante povoação indígena originária e suas práticas tradicionais, enquanto estratégias de uso do território;
- O segundo momento remete a meados do século XVII (conforme registros da historiografia oficial), marcando o início da colonização no sertão jacobinense e o

conflito de interesse entre os povos originários e os agentes colonizadores, sobretudo quanto ao uso e apropriação dos bens/riquezas locais.

- O terceiro momento marca a (r)existência social e perpetuação das estratégias de organização coletiva, além da manutenção e reconfiguração da agricultura familiar de base tradicional e ecológica (hoje concebida como agroecologia). Tais práticas são heranças de um modo de vida e produção da formação inicial conexas aos povos originários e resistência quilombola.

O primeiro momento da nossa periodização remete ao final do século XVI, período este, marcado pela massiva presença indígena no sertão norte baiano, especificamente na região de Jacobina (hoje reconhecida como território Piemonte da Diamantina). Assim, o segundo momento, refere-se a meados do século XVII, quando sucessivas ocupações ocorreram nesse mesmo território, marcando os primeiros indícios da chegada de colonizadores, em busca de recursos minerais, a exemplo de ouro e esmeraldas. Nesse contexto inicial, os indígenas originários, bem como os agentes colonizadores são concebidos como precursores, sobretudo no que diz respeito a povoação, apropriação e uso desse território, revelando a primeira face da sua formação socioespacial.

Esse contexto foi fortemente marcado pela espacialização das populações tradicionais⁸, mais especificamente o grupo indígena Payayá. “Povo originário do Sertão das Jacobinas, no interior da Bahia” (SANTOS; SANTOS, 2020, p. 1). Sabendo disso, se fez necessário evidenciar essa etapa da formação socioespacial, à luz de um pensamento decolonial⁹ que descentraliza a lógica colonizadora de dominação do ser e do saber, atentando-se para a outra face dominante da historiografia que invisibilizou esses sujeitos, ao longo de décadas.

Numa perspectiva contra hegemônica, os fatos foram demonstrados, a partir da realidade concreta daqueles povos, que durante muito tempo foram silenciados, subalternizados e oprimidos, perante o colonialismo. Evidentemente, a intenção não é de aprofundar essa

⁸ Classificação instituída pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, de acordo com o decreto o Decreto 6.040 de 7 de fevereiro de 2007. Atribuída a grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição, conforme Decreto 6.040, art. 3º, § 1º.

⁹ A decolonialidade como conceito constitui-se pela existência da colonialidade, e ambas estão ocultadas pela modernidade, que exerce um poder ilusório dentro de um sistema-mundo moderno capitalista. Assim, a decolonialidade em sua práxis atua como luta e resistência contra as colonialidades impostas aos grupos subalternos e contra o padrão de poder, e a sua teorização se dá a partir da “construção alternativa à modernidade eurocêntrica, tanto no seu projeto de civilização quanto em suas propostas epistêmicas”, a exemplo da proposta de pensamento pós-abissal de Boaventura. (OLIVEIRA; LUCINI, 2021, p. 12)

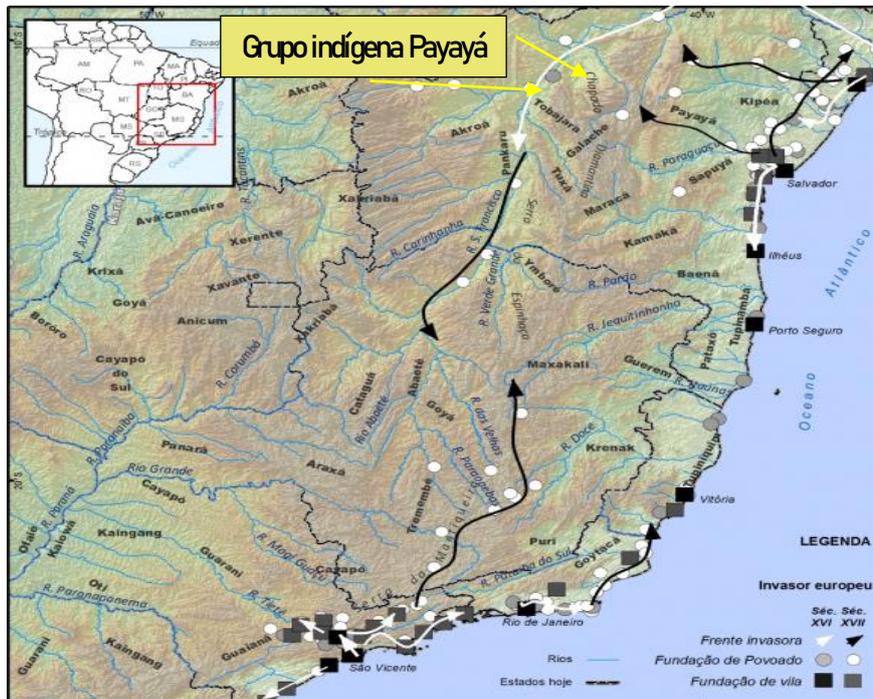
discussão, mas sim instigar uma reflexão acerca desse pensamento. Com isso, destacamos a relevância de enfatizar tais fatos a partir dessa ótica, tendo em vista que os registros históricos oficiais baianos e regional, por muitas vezes negligenciaram a presença indígena dos Payayá e suas contribuições para a formação territorial (LIMA, 2019).

Tudo isso revela as marcas dominantes da colonialidade do saber. Em grande parte desses documentos oficiais, os Payayá são apresentados como meros figurantes da história ou ainda como um simples complemento argumentativo para tentar justificar os conflitos de interesses (quanto ao uso desse território) que eclodiram com a invasão colonizadora no Piemonte da Diamantina, no segundo momento de sua formação. Conforme aponta o estudo de Santos (2021), sobre o mapeamento das invasões europeias em territórios indígenas no leste-sudeste do Brasil no século XVI e XVII, entre as várias frentes de colonização que ocorreram ao longo desse período, destaca-se a frente:

A frente baiano-sergipana, apesar de também ser garimpeira, era mais conhecida como implantadora de currais, pecuarista. Ela subiu os rios Itapicuru, Vaza-Barris e São Francisco, até atingir os campos gerais das Chapadas. Ambas se encontram no médio-alto curso do São Francisco, no final do séc. XVII (SANTOS, 2021, p. 14).

Ao observar esse mapeamento, percebe-se que os indígenas Payayá especializam-se na região Centro Norte da Bahia, mais precisamente, nas imediações de Jacobina nesse período, conforme evidenciado no mapa ilustrativo que segue representado (figura 1):

Figura 1: Localização do grupo indígena Payayá no contexto das Invasões europeias, séc. XVI-XVII.



Fonte: SANTOS, 2021. Adaptação de SANTIAGO, João Phelipe, 2022.

É preciso superar a lógica do pensamento colonial acerca da povoação e formação socioespacial do Piemonte da Diamantina, tendo em vista a importância dos povos originários. É por assim entender que justificamos a ênfase direcionada a essa abordagem, apresentada numa tentativa de superar o estigma da velha ideia de que esses povos representaram uma ameaça letal à colonização, bem como, a apropriação das riquezas interioranas, entorno de Jacobina. Uma vez, que para esse grupo social, o interesse comum permeava a manutenção de sua existência, além do direito de habitar e permanecer em seu território, como terra natal.

É possível perceber isso a partir das narrativas expressas em alguns trabalhos, que ao revelarem parte do modo de vida e das relações estabelecidas entre os Payayá, explicitam também a estreita interação, interdependência e conexão direta com a natureza (exterior), sobretudo por entender a natureza como um bem sagrado, místico e essencial a manutenção da vida humana (indissociáveis), conforme evidenciado:

Os Payayá ocupavam as terras mais férteis do Sertão das Jacobinas, o que decerto atraiu os colonos para aquela área. Eles possivelmente cultivavam diversos gêneros alimentícios como o feijão, milho, amendoim e abóbora (vegetais que exigem ciclos de curta duração de três a cinco meses entre o plantio e a colheita), a mandioca e o aipim (ciclos de longa duração, de um a três anos), a batata-doce (ciclo perene) e o cará ou inhame (ciclo médio), além de caçarem veados, porcos do mato, cascavéis, surucucus e coletarem umbu, mandacaru, xiquexique e mel de Mandassaia. (OTT, 1993 apud SANTOS; SANTOS, 2020, p. 5).

Tal discurso expressa de maneira sucinta, o modo de vida desse grupo indígena, centrado exclusivamente numa relação interdependente e de troca, ao cuidar e manejar a terra de maneira racionalmente ecológica, assegurando a conservação do bioma e da biodiversidade natural. As realizações de tais atividades se davam por meio da caça, extrativismo e uso do solo através da agricultura, com o cultivo e colheita de diversos gêneros alimentícios para o autoconsumo. Ademais, extraíam da natureza outros elementos essenciais para a manutenção das suas necessidades vitais e espirituais; a organização coletiva em aldeamento também é uma característica marcante, quanto ao modo de vida desse grupo social. Outras evidências também fundamentam nossa afirmação:

Quando da chegada dos colonizadores nas diversas partes do Brasil, havia uma densa floresta formando um ecossistema que se estendia do litoral em direção ao interior, o qual era ocupado por milhões de indígenas que utilizavam a terra de forma comunitária, extraíndo material para construção de abrigos, alimentos, remédios e cultivo. Para tais atividades, os indígenas abriam pequenas clareiras nas florestas para realizar o policultivo (ZAMBERLAM, 2012, p. 10)

No que tange a espacialização e uso do território, percebe-se que os indígenas buscavam se fixar em lugares de posição e valor estratégico, de modo a usufruir de sua propriedade e sobretudo de modo que lhes assegurassem as condições de produção necessárias a manutenção de existência. Quanto a isso, cabe-nos acrescentar que “a noção de propriedade tem um sentido

funcional ligado não somente ao valor de uso, mas, sobretudo, ao valor estratégico da situação geográfica, em relação com as possibilidades articuladas no território” (SANTIAGO, 2013, p. 111), levando em consideração seus diferentes interesses, formas de apropriação e uso.

Entretanto, com a expansão da colonização para o Piemonte da Diamantina houve uma tentativa de sufocamento da cultura tradicional dos Payayá, bem como da forma de produzir, inerente ao referido grupo. Nesse sentido, Santos (2014) destaca que, na formação socioespacial vai imperar uma tentativa de sobreposição de distintos modos de produção, porém, a composição dessas novas formas, nem sempre vai extinguir as formas já existentes.

Em suma, o que acontece é uma reconfiguração da forma original, com a incorporação de novos conteúdos. No que tange as manifestações dominantes do poder colonizador, vale salientar que grande parte dos registros oficiais afirmam que Jacobina tem origem, a partir da chegada dos portugueses/colonizadores e concomitantemente com início das atividades pecuárias e de extração de minérios que adentraram o sertão das Jacobinas (LEMOS, 1995).

Datada nos primórdios do século XVII o início do devassamento do território de Jacobina por aventureiros em busca de ouro. Foram os primeiros povoadores da região Melchior Dias Moreira, Antônio Brito Correia e mais tarde os Guedes de Brito. Estes últimos, acompanhados de vários colonos e escravos, dedicaram-se a agricultura e a criação de gado. O desenvolvimento destas atividades e a alta produção de ouro das minas determinaram a criação de um arraial a margem do Itapicuru-Mirim, onde, rápida, mas desorganizadamente, reuniu-se uma população bastante heterogênea. (IBGE, 1962)

Há nessa narrativa uma legitimação do que fora evidenciado anteriormente quanto a tentativa de apagamento da importância da cultura indígena na formação do território. De modo que tais registros oficiais foram produzidos e reproduzidos, disseminando a antiga ideia de origem, a partir da interiorização e chegada dos europeus no sertão norte baiano. Outro fato também negligenciado e/ou tratado vagamente é a contribuição do povo africano, que escravizados foram oprimidos e sujeitados a servir de força de trabalho para substanciar a produção de riquezas para a coroa.

Nesse sentido, os bandeirantes que se estabeleceram por essas terras, tinham como objetivo explorar as riquezas naturais (ouro, reservas hídricas, por exemplo) ali predominantes e expandir as atividades pecuárias (LEMOS, 1995). Com isso, contribuir com a lógica de reprodução do capital, sobretudo através da supervalorização da mercantilização colonial, que teve início no litoral e logo depois se expandiu para as terras interioranas. Esse deslocamento se deu através das rotas à montante dos rios e vales, ampliando a hinterlândia. Acredita-se, mediante a historiografia, que os bandeirantes não tinham uma geopolítica pacífica e por isso sobrepujavam os povos que não se adequassem aos seus interesses comerciais.

Os conflitos e o choque de culturas entre o grupo indígena Payayá e os colonizadores aconteceram ainda em meados do século XVII (LIMA, 2019). Uma vez que Jacobina, delineada de uma forma espacial aprazível, com suas serras tipicamente características (figura 2), bem como uma situação geográfica privilegiada do ponto de vista fisiográfico, por sua diversidade de recursos naturais, atraiu olhares e interesses do bandeirantismo português.

Figura 2: Paisagem urbana da cidade de Jacobina-BA na atualidade.



Fonte: Prefeitura Municipal de Jacobina,

A consolidação desse projeto colonizador se deu ancorada num processo perverso de exploração da força de trabalho humana (escravização), além da usurpação do conhecimento estratégico sobre o território e dos saberes tradicionais atinentes as práticas agrícolas dos povos originários. Foi sob esse viés que os colonizadores travaram uma guerra contra os indígenas, bem como contra a população negra trazida da África, exterminando e/ou dominando (escravizando) aqueles que lutaram em defesa de sua liberdade e continuidade em seu território (SANTOS; SANTOS, 2020). Concomitante a invasão colonizadora, houve resistência e embate direto, disputando o direito de uso e permanência no Piemonte da Diamantina.

Esse conflito acabou culminando numa guerra massiva de extermínio, expropriação e aculturação, inserindo aí as perversas cicatrizes do silenciamento e apagamento histórico da população subalternizada, ou seja, os povos originários, Payayá e também do povo negro, originários da África. Para além disso, a população que sobreviveu a esse massacre (ao resistir a tortura da escravização, fizeram isso sobretudo para assegurar a manutenção da sua existência

e de seu modo de vida) se deslocaram, buscando refúgio em lugares mais longínquos, afastados da área ocupada pelos colonizadores.

Foram nesses espaços que se constituíram muitos quilombos e novos povoamentos indígena, onde atualmente vivem os remanescentes dessa ancestralidade resiliente. “Vale ressaltar que as fugas diante do bandeirantismo e das estratégias de sobrevivência e permanência produziram novas rotas, tanto para indígenas como para negros durante a ocupação do Piemonte” (JESUS, 2019, p. 65).

Nesse contexto, foi delimitado o terceiro momento de nossa análise, que compreende o final do século XIX até o contexto atual (século XXI), marcado (r)existência social dos povos tradicionais e sua reprodução no Piemonte da Diamantina, desde a constituição dos mocambos e quilombos nas áreas de mata fechada, por entre as Serras de Jacobina. A nova territorialização para esses espaços tornou-se fundamental para a sobrevivência e manutenção desses povos, ao longo dos últimos séculos. Portanto, a reconfiguração atual, intrínseca a incorporação de estratégias de organização coletiva revela a resistências das bases locais e a perpetuação da agricultura familiar de base tradicional e ecológica (hoje concebida como agroecologia).

“Do final do século XIX para meados do século XX, era muito comum o estabelecimento ou a organização de povoados negros e indígenas em torno de famílias agrupadas, frutos destes movimentos e relações” (JESUS, 2019, p. 42). Um caso específico que usamos como exemplo e que retrata bem os fatos apresentados é o da origem da comunidade quilombola de Coqueiros (figura 3) no município de Mirangaba (pertencente ao território Piemonte da Diamantina):

Figura 3 Paisagem rural da comunidade quilombola de Coqueiro, Mirangaba/BA.



Fonte: PEREIRA, Luciana, 2023 (moradora da comunidade).

Segundo as narrativas dos moradores, os habitantes de Coqueiros estão na região desde a segunda metade do século XIX. Durante este século ocorreram várias fugas de escravizados na região de Jacobina. Perguntamos se essas pessoas estavam fugindo da escravidão, se eram escravos. Socorro nos respondeu: ‘foi contendas, foi fugindo da escravidão’, e mais adiante complementou: ‘buscam a liberdade, né? Buscam a liberdade como aqui no Coqueiros conseguiu, né?’. A memória retorna ao ano de 1860, período escravista, momento de grandes tensões, fugas e resistências; e Coqueiros aparece nesse cenário, com quatro escravos fugidos, buscando liberdade, nessas serras e matas da região. (MIRANDA, 2018, p. 2)

Da nova espacialização dos povos escravizados, ergueram-se vários quilombos espalhados por diversos municípios do Piemonte da Diamantina. A resistência histórica desse grupo social culminou na continuidade e preservação de suas tradições e da sua ancestralidade, entretanto, houve também a incorporação de outras estratégias de sobrevivência apreendidas dos colonizadores, enquanto estiveram sob a opressão escravista. Tudo isso moldou e orientou a formação dos quilombos. A população quilombola dedicou-se majoritariamente, a agricultura familiar e comunitária, com a finalidade de produzir para o autoconsumo.

A forma do território Piemonte da Diamantina, esculpido naturalmente numa zona rochosa, agraciada com uma diversidade de recursos minerais, está circunscrita entre matas, serras, vales e rios. Essa estrutura, além de propiciar o desenvolvimento da agricultura tradicional indígena e a implantação de uma estrutura colonial mercantil, contribuiu também para as fugas e assentamentos dos quilombos, sobretudo por entre as serras, nas áreas de difícil acesso, estrategicamente para favorecer o refúgio dos povos que resistiram as investidas de aprisionamento do seu modo de ser e existir (figura 4).

Figura 4: Serras e vale da comunidade quilombola Grota das Oliveiras no município de Saúde/BA



Fonte: SANTOS, Joelma Silva dos, 2020.

Em perspectiva, ao contexto brevemente explicitado, cabe-nos considerar que os distintos modos de vida e as relações sociais de produção dessas culturas, evidenciados no cerne da formação socioespacial do Piemonte da Diamantina, exprime uma heterogeneidade de interesses, sobretudo quanto ao uso desse abastoso território. No entanto, as contradições escancaram-se, e se caracterizam como um diferencial preponderante e inerente a esses grupos sociais.

Enquanto na formação inicial predominava a base tradicional de trabalho social para fins de produção e reprodução da vida em comunidade (a partir de uma relação intrínseca com a natureza), na formação secundária, ou seja, aquela que se deu a partir da interiorização da colônia, se instaura uma lógica produtivista colonial para atender prioritariamente interesses comerciais, na qual os recursos naturais são convertidos em produção de riquezas. Com isso, contrariando a forma já existente, vai sendo instalada uma formação territorial contrária aos modos de vida telúricos (da terra).

Para Santiago (2022), esses fatos precisam ser apreendidos a partir desse contexto mais amplo que revela as especificidades de uma totalidade viva e complexa, em permanente transformação. Para isso, é preciso entender o passado e o presente como causalidade e contradição, onde as particularidades do momento presente são desdobramentos desse movimento totalizador que remete a formação socioespacial do território estudado.

Para além desses fatos que culminaram nessa formação socioespacial, é importante ressaltar que o território de Identidade Piemonte da Diamantina tal como reconhecemos hoje, trata-se de um novo modelo de regionalização que compreende os municípios baianos de Jacobina, Saúde, Caém, Mirangaba, Várzea Nova, Umburanas, Ourolândia, Miguel Calmon e Serrolândia. Refere-se, pois, a uma ação estratégica de planejamento, recentemente adotada pelo governo do estado da Bahia. Foi instituída por meio do Programa Territórios de Identidade¹⁰, através do Decreto Estadual nº 12.354, de 25 de agosto de 2010, com o objetivo de planejar ações de maneira coletiva e participativa, além de promover a coordenação e acompanhamento das políticas públicas implantadas no âmbito territorial/regional.

Os TIs, entendidos como unidades de planejamento do Estado da Bahia, consideraram diferentes aspectos nas suas delimitações territoriais, valorizando critérios sociais, culturais, geoambientais, político-institucionais e econômicos, além de atrelar a essas dimensões a ideia de pertencimento, com o reconhecimento dos indivíduos enquanto membros de um espaço coletivo, historicamente construído, e ao qual pertencem identitariamente. (FIGUEIREDO, 2020, p. 71)

¹⁰ De acordo com o Decreto Estadual nº 12.354, de 25 de agosto de 2010, Art. 1º - Fica instituído o Programa Territórios de Identidade, com a finalidade de colaborar com a promoção do desenvolvimento econômico e social dos Territórios de Identidade da Bahia, em consonância com os programas e ações dos governos federal, estadual e municipal. (BAHIA, 2010)

Na área de abrangência territorial, o município de Jacobina se destaca por ter sido, desde os primórdios, núcleo de influência que atraía os bandeirantes/colonizadores que se deslocaram do litoral para o sertão norte baiano, em busca de suas riquezas minerais. Sua influência também se explica em função dos sucessivos deslocamentos em massa que se deu pelos caminhos da mineração, mais precisamente pela rota Jacobina - Rio de Contas, via estrada Real. Essa rota também acessava outras regiões do país, sobretudo Minas Gerais. Isso representou a configuração de uma nova ordem de movimentação colonial, relacionada aos interesses comerciais despertados naquele contexto (JESUS, 2019).

Tais fatos reverberaram em novas relações de produção, fundamentadas num modelo produtivista, centrado na exploração desenfreada da natureza, com objetivo de acumulação de riquezas. Além disso, o desenvolvimento e expansão da pecuária representou uma mudança profunda no que concerne ao modo de vida dos povos originários. A partir da intensificação e crescimento de ambas atividades, novas povoações e vilas se formaram. Num segundo momento, dando origem aos municípios que atualmente compreendem o território de Identidade Piemonte da Diamantina (FIGUEIREDO, 2021).

Desde então, o referido território tem sido objeto de diversos estudos, pois possui um relevante acervo/patrimônio histórico-cultural, desde as ocorrências já evidenciadas até a “a presença de antigos casarões, igrejas centenárias, ruínas, sítios históricos, arqueológicos e a Estrada Real - caminho oficial, único autorizado para a circulação de pessoas e mercadorias no período colonial” (PTDS, 2017, p. 16). Essas territorialidades podem ser consideradas como patrimônio histórico, cujo resgate nos possibilita elucidar e compreender as dinâmicas decorrentes da formação socioespacial, incluindo continuidade da vida social indígena dos Payayá que, no período inicial da formação do Piemonte, resistiu as investidas dos agentes colonizados e desde século XVII foram dados com dizimados.

Entretanto, estudos recentes confrontam a historiografia oficial e revelam sua existência, que lutando pela sobrevivência se dispersaram por outras partes da Bahia. A saber, evidenciamos a presença indígena dos Payayá na atualidade (figura 5). Eles vivem na aldeia Payayá, localizada no povoado Cabeceira do Rio, pertencente ao município de Utinga, na região da Chapada Diamantina/BA (LIMA, 2019). A nova territorialidade indígena dos Payayá foi *locus* da VI Jornada Agroecológica da Bahia que aconteceu em outubro de 2019.

Figura 5: Povo indígena Payayá em luta por direitos



Fonte: www.teiadospovos.org

Na contemporaneidade, a reprodução dessas práticas, modo de vida e tradições culturais vem reverberando em novas estratégias de uso sustentável do território para a produção agroalimentar. Nesse sentido, cabe salientar que a atual conjuntura do Piemonte da Diamantina representa o terceiro momento da formação socioespacial como desdobramento de uma estrutura socioespacial, fundamentada em distintos interesses que, em certa medida, ainda se opõem. De modo mais específico, buscou-se dar relevo ao trabalho de cultivo e comercialização de grupos sociais que trazem em sua gênese, heranças de uma formação territorial e de produção do passado, centrado numa base tradicional de organização social, de produção e interação holística e cotidiana com a natureza (SANTIAGO, 2016, 2021). De modo que continuam a resistir, opondo-se e apresentando-se como uma alternativa a lógica de produção dominante.

2.2 A produção e comercialização dos alimentos agroecológicos no Território Piemonte da Diamantina, Bahia, Brasil

Como testemunho do passado, hoje se perpetua no Piemonte da Diamantina, atividades agrícolas nos moldes da agricultura praticada pelos povos originários (Payayá), durante o processo de formação desse território. Mesmo com toda intervenção colonial sofrida, a partir de uma tentativa de supressão cultural, a formação produtiva e social anterior ainda resiste, porém, com novos conteúdos incorporados e adaptados à realidade concreta da sociedade do presente. As marcas da resistência e permanência de modos de vida e produção está expressa nas comunidades que se ergueram sobretudo nas zonas de refúgio, quando fugiam da pressão

colonizadora. Essas novas formas são observadas atualmente nas comunidades remanescentes indígenas e quilombolas espalhados pelo Piemonte da Diamantina.

São nesses lugares que se mantêm majoritariamente preservadas características de organização comunitária, de trabalho coletivo, de produção alimentar, prioritariamente para o autoconsumo das famílias, as relações de solidariedade e práticas culturais que propiciam o uso e a otimização dos recursos naturais, de maneira racional. Serão esses agentes sociais que substanciarão nosso trabalho, legitimando a essência de seu modo de produção (produção propriamente dita, circulação e consumo) e organização social. Mesmo fisicamente isoladas, a referida população começa a se organizar e fortalecer suas práticas através da articulação social coletiva, em rede.

Nesse sentido, o objeto de estudo desse trabalho, tratado de maneira mais específica a partir de agora, focaliza sobretudo as especificidades, concernentes a produção, a circulação, a comercialização dos alimentos produzidos por agricultoras/es familiares, bem como suas estratégias de organização coletiva, fundamentada numa perspectiva integradora de saberes e práticas agroecológicas.

Esse grupo social, alvo de nossa pesquisa, segue resistindo as investidas do modo de produção dominante, que se especializou pelo Piemonte da Diamantina, através das atividades de mineração, pecuária, centradas na produção de riquezas para a metrópole colonizadora. Trata-se de uma forma de produção herdada da agricultura tradicional que se contrapõe à lógica perversa do capitalismo (transmitida da agricultura colonial, centrada no lucro e exportação comercial), uma vez que não se sustenta pela lucratividade, em descompasso com a exploração desenfreada da natureza, e impactos ambientais e sociais crescentes em certas escalas.

No Sistema de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS) e em outras áreas de produção, a família de José Nilton (figura 6) - conhecido como Zé Moto Jegue - e Darticleia Oliveira cultiva mandioca, milho, feijão, verduras e frutíferas diversas, na roça que fica na comunidade Almas. Os alimentos que produzem são comercializados na Feira Orgânica Chão Verde desde 2007. Darticleia se divide no trabalho da roça e cidade, onde é professora. Os Olhos, Gustavo e Bruno que estudam em Miguel Calmon/BA, aprendem com os pais como realizar o plantio em quadras de acordo com a lua, uma técnica ancestral que indica as condições favoráveis para o desenvolvimento das culturas. A família também cria aves, suínos e gado, aproveitando seus resíduos, junto a outras fontes de matéria orgânica. (REFAS, 2018)

Figura 6: Família de José Nilton e Darticleia, REFAS Miguel Calmon/BA.



Fonte: REFAS, 2018.

A base de trabalho dessas famílias concentra-se na produção de alimentos agroecológicos prioritariamente para o autoconsumo e posteriormente para a comercialização no mercado direto, especificamente nas feiras agroecológicas locais. Vale ressaltar que os alimentos produzidos por esse grupo social são concebidos como mercadoria, apenas quando o excedente passa a ser comercializado nas feiras. Tendo em vista a necessidade de produzir rendimentos e conseqüentemente assegurar uma melhor qualidade de vida para as famílias agricultoras. Além dessas características, na agricultura agroecológica os saberes tradicionais populares são de fundamental importância para o seu desenvolvimento, conforme destaca Santos (2017):

O conhecimento em relação a melhor época de plantar determinadas espécies, como por exemplo: O feijão de corda (feijão caupí) e a melancia que geralmente são cultivados no verão (épocas de trovoadas) entre os meses de outubro a janeiro, devido à distribuição pluviométrica, além da temperatura ser mais favorável ao desenvolvimento dessas culturas. Esses conhecimentos são passados de geração em geração, sem precisar necessariamente de nenhuma orientação técnica especializada para implantar tal prática. (SANTOS, 2017, p. 26)

Nesse sentido, o saber tradicional se fundamenta como o resultado das experiências vividas e do trabalho acumulado socialmente ao longo do tempo. Com isso, a memória coletiva de determinada população se reproduz no tempo e no espaço, como reflexo de um modo de produção e de vida inerente a formação socioespacial anterior. A luta pela sobrevivência tem no modo de produzir, essencialmente o fundamento do modo de ser, estrategicamente como resistência e resiliência social. Em outras palavras, o modo de ser social, cultural e econômico de grupos essencialmente solidários.

Além desses traços herdados da agricultura dos povos originários, a maneira como se dá a produção de alimentos nesse modelo de agricultura revela ainda a manutenção de um modo

de vida orientado pela solidariedade. Quanto a isso, é pertinente destacar as ações coletivas/ancestrais que se dão no âmbito do trabalho comunitário (figura 7), como é o caso do povo quilombola da comunidade Palmeira, no município de Mirangaba, Bahia – uma das comunidades, pertencentes em nosso *locus* estudo.

Figura 7: Mutirão comunitário na comunidade quilombola Palmeira, Mirangaba/BA



Fonte: SANTOS, Joelma Silva dos, 2020.

Na referida comunidade é comum presenciar a prática de mutirões (figura8). Isto é, atividades que acontecem através da força de trabalho coletivo, empenhada gratuitamente por um grupo social, com a finalidade de acelerar o tempo de conclusão das atividades, bem como dinamizar a lida que mesmo árdua, se torna mais eficiente do ponto de vista produtivo e mais interativa do ponto de vista da sociabilidade.

A ajuda mútua, típica prática de solidariedade na Grota das Oliveiras também se configura como um fator primordial no que concerne a divisão social do trabalho, uma vez que tais famílias se organizam de forma cooperativa e participativa (SANTOS, 2017, p. 43).

Ademais, a produção agroecológica se caracteriza como a representação de um posicionamento político e socioespacial de uma parcela da sociedade que acredita e defende uma lógica de produção de alimentos, sustentada na conservação e manutenção de uma estrutura equilibrada e dinâmica entre todos os elementos da natureza. Dessa forma, é possível contribuir também para uma melhor qualidade de vida, em que a dimensão maior é o bem-estar coletivo e a saúde humana. Tudo isso acontece por que a agroecologia, como prática e movimento, substancia a produção e consumo de alimentos mais limpos (livre de agrotóxicos)

e cultivados, levando em consideração o princípio comum da responsabilidade socioambiental coletiva.

Assim, evidenciamos as atividades desenvolvidas pelas famílias agricultoras que trabalham nessa mesma perspectiva de produção, no Piemonte da Diamantina. Essas famílias, além de produzir alimentos para o autoconsumo, também leva parte excedente da sua produção para ser comercializada nos centros urbanos, na maioria das vezes, na sede dos municípios. Entretanto, até meados de 2002 no Piemonte, ainda não havia indícios (registros) de organização coletiva, em torno da estruturação de um espaço específico e exclusivo para exposição e comercialização de alimentos, oriundos agricultura familiar agroecológica.

Um dos primeiros registros que mencionam sobre esse fato, faz referência ao ano de 2003 como o início de um processo de mobilização social entre famílias agricultoras e alguns técnicos de instituições que atuavam com assistência do município de Jacobina (BRASILEIRO, 2013). Essa primeira iniciativa esteve voltada para a fundação da Associação das Produtoras e Produtores Agroecológicos de Jacobina – APAEJ, fundada em 2003. Criada com o objetivo de melhorar a organização social das famílias agricultoras, bem como suas unidades locais de produção, mais precisamente nas comunidades rurais: Cocho de Dentro, Coréia, Itaitu, Cachoeira dos Alves, Genipapo, Campestre e Timbó. Com isso, propiciar o escoamento da produção local, que anteriormente era vendida diretamente na propriedade para atravessadores¹¹ ou comercializa-se apenas na feira livre convencional e sem distinção aparente dos alimentos convencionais, muitas vezes oriundos do agronegócio (cultivados em áreas de monocultivo, com uso intensivo de agrotóxico e outros pesticidas, além de mecanização).

Nesse processo inicial, as famílias participantes da APAEJ buscaram parceria junto as organizações que atuavam com trabalhos de base, além de assistência técnica rural no Piemonte da Diamantina. A Cooperativa de Trabalho e Assistência Técnica à Agricultura Familiar Sustentável do Piemonte da Diamantina – COFASPI, representada institucionalmente por Robson Aglayton, foi um dos principais incentivadores dessa ação, inclusive mobilizando outros parceiros que se engajaram de maneira colaborativa. O Movimento de Organização Comunitária (MOC) também foi uma importante organização que os apoiou, disponibilizando uma equipe técnica para realizar atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER,

¹¹ Antes das famílias agricultoras começarem se organizar para vender de forma coletiva nas feiras agroecológicas era comum aparecer nas propriedades a figura do atravessador, ou seja, aquele comerciante que comprava os alimentos direto em suas propriedades (com finalidade de revenda), porém com preço inferior ao preço do mercado local. Muitas vezes eles ficavam com prejuízo, ao vender seus produtos baratos demais, por medo que eles estragassem na roça e não conseguirem garantir a renda da família. (SANTOS, 2017, p. 29)

acompanhando as das famílias agricultoras da APAEJ em suas atividades de produção agroecológica, durante algum tempo.

A prefeitura do município de Jacobina também abraçou a iniciativa, sobretudo para fomentar a concretização de um espaço específico e exclusivo para a comercialização da produção agroecológica. Tal apoio se deu com a concessão provisória de barracas para que os alimentos já pudessem ser expostos e comercializados para a população jacobinense. As famílias contaram também com o apoio do Banco do Nordeste que os patrocinou com novos equipamentos de trabalho (vestimentas padronizadas personalizadas, a exemplo de toucas, bonés e aventais), incluindo novas barracas com coberturas e talhas padronizadas, identificando a feira da APAEJ, como um espaço de comercialização de alimentos agroecológicos.

A etapa que antecedeu o início das atividades de comercialização direta na primeira feira agroecológica de Jacobina foi a divulgação nas rádios locais, publicizada pelos próprios participantes, acompanhados por uma parcela da sua rede de apoio, ou seja, a equipe técnica que os assessorava. Essa iniciativa corroborou para a disseminação da “campanha” para o consumo consciente, sobretudo de alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos e emanados de uma responsabilidade socioambiental coletiva. Com efeito, esse grupo social almejava sensibilizar e atrair o público consumidor para conhecer, adquirir e consumir os alimentos por eles produzidos. *A posteriori* esse público consumidor, vai tornar-se parte integrante dessa rede geográfica. (SANTOS; SANTIAGO, 2021, p. 10)

Esse conjunto de esforços e ações coletivas reverberaram na articulação de toda essa rede de apoio, em torno de um objetivo comum que foi a constituição da primeira Feira Agroecológica de Jacobina (unidade local de comercialização). A materialização desse espaço aconteceu no dia 24 de dezembro de 2004, na Praça Getúlio Vargas, próximo à Praça da Matriz, no centro da cidade (figura 8 e 9). A feira agroecológica acontecia semanalmente, todas as quartas-feiras, das cinco horas da manhã ao meio-dia. Vale ressaltar que atualmente essa frequência aumentou para dois dias na semana, sendo realizada as quartas e sextas-feiras no mesmo horário e lugar.

Figura 8 e 9: Primeira feira agroecológica do território Piemonte da Diamantina - Jacobina-BA, 2004.



Fonte: Acervo COFASPI, 2007.

Nesse contexto, o município de Jacobina que se destacou inicialmente como núcleo da formação socioespacial, se destaca agora mais uma vez no cenário regional, como município pioneiro na implantação de espaço próprio para comercialização direta de alimentos agroecológicos no território de identidade Piemonte da Diamantina. A consolidação dessa iniciativa motivou a constituição de outras feiras agroecológicas em diferentes municípios do território. As famílias agricultoras do município de Miguel Calmon/BA foram a segunda no território a voltar-se para esse processo organizativo, incentivado também pela COFASPI (conforme veremos na próxima seção, a partir dos resultados da pesquisa de campo).

A COFASPI enquanto instituição parceira que atua no âmbito territorial, firmando convênios com organizações públicas e sobretudo executando projetos de apoio à agricultura familiar agroecológica, ao estar em contato direto com o espaço rural e as famílias agricultoras, percebe rapidamente a necessidade de implementação de um projeto mais amplo, porém, que contemplasse os demais municípios do território Piemonte da Diamantina. Um projeto semelhante e no mesmo formato organizacional daquele consolidado nos municípios de Jacobina e Miguel Calmon.

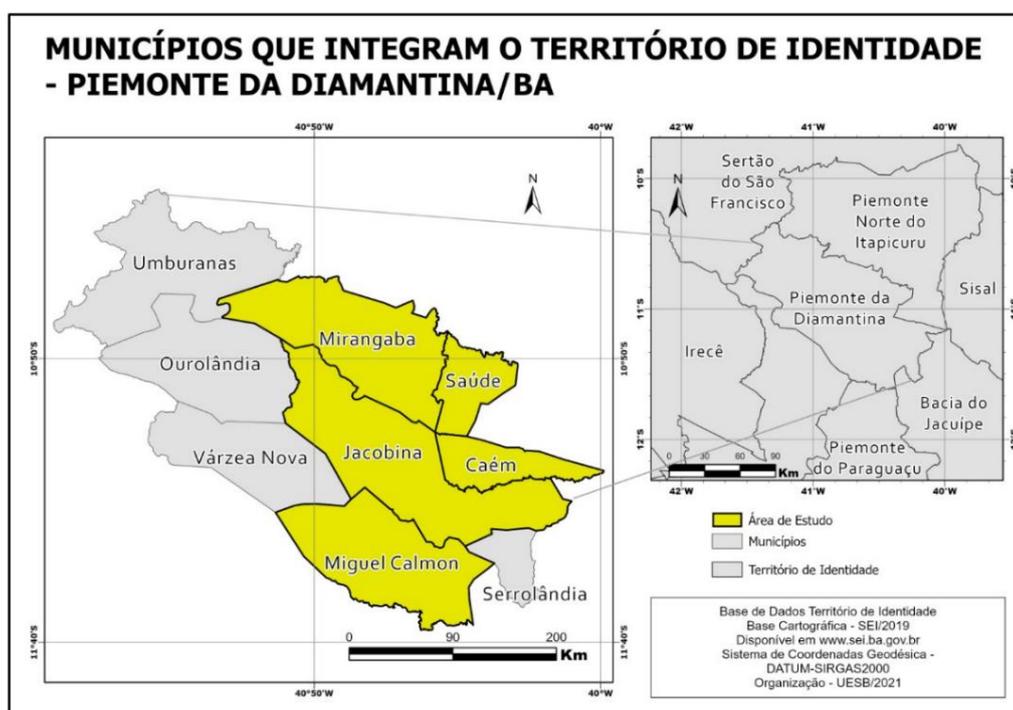
A ideia aqui é que, por meio da renda gerada pela comercialização do excedente da produção, os agricultores fortaleçam suas produções e, assim, passem a fornecer de forma mais organizada e periódicas alimentos de qualidade ao conjunto da população. Assim, as iniciativas de organização de grupos de agricultores e agricultoras vêm se fortalecendo no território do Piemonte da Diamantina nos últimos anos. Um dos principais avanços neste sentido são as formações dos grupos de produção, consumo e comercialização dos produtos agroecológicos e a **efetivação das feiras locais** voltadas para uma produção e consumo mais consciente e uma forma justa de comercializar. (COFASPI, 2015, s/n)

Nessa perspectiva, foi criado em 2011 o “Projeto de promoção e Fortalecimento das Feiras Agroecológicas Solidárias no Território Piemonte da Diamantina - Estado da Bahia” que deu origem a Rede de Feiras Agroecológica Solidárias do Piemonte (REFAS Piemonte). Criado e executado pela COFASPI, através de convênios com a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte/Superintendência de Economia Solidária da Bahia – SETRE/SESOL/BA, bem como o Banco do Nordeste do Brasil – BNB. Instituições essas que financiaram a execução de tais propostas de apoio as famílias agricultoras.

2.3 A organização em rede na perspectiva da REFAS: como funciona?

Como desdobramento das primeiras iniciativas de feiras agroecológicas em Jacobina (2004) e Miguel Calmon (2007), cinco anos depois, ou seja, a partir de 2012 começam a se constituírem novos espaços de comercialização nos demais municípios que integram o território de identidade Piemonte da Diamantina. Com isso, configurou-se uma nova rede territorial, conectando famílias as agricultoras de diferentes comunidades rurais e diferentes municípios, como: Jacobina, Saúde, Caém, Mirangaba, Serrolândia, Miguel Calmon, Várzea Nova e Ouroilândia e Umburanas (mapa 1).

Mapa 1: Delimitação espacial do território Piemonte da Diamantina, Bahia, Brasil.



Organização e elaboração: SANTANA, Fabrício; SANTOS, Joelma Silva dos, 2021.

Em meados de 2012 o coletivo de feiras agroecológicas que se especializaram pelo Piemonte da Diamantina passa a ser identificada por seus próprios integrantes, como rede. Recebendo a nomenclatura de Rede de Feiras Agroecológicas Solidárias do Piemonte – REFAS Piemonte. Tudo isso aconteceu depois da realização de diversos cursos formativos, oficinas, encontros e intercâmbios, mediados pela COFASPI. Essas atividades faziam parte da base estruturante e do plano de trabalho do “Promoção e Fortalecimento das Feiras Agroecológicas Solidárias no Território Piemonte da Diamantina - Estado da Bahia”, celebrado entre COFASPI e SETRE/BA através de convênio. Tratava-se, pois de um projeto de dois anos, cujo objetivo geral inteirava-se em:

Criar e promover feiras locais de produtos de base ecológica e orgânicos fortalecendo-as, a partir do desenvolvimento das ações de assessoria técnica e organização de agricultores familiares, de jovens e mulheres de forma articulada com outras organizações governamentais e não-governamentais, facilitando o acesso a mercados locais estruturados de alimentos agroecológicos, aumentando a renda dos agricultores familiares, garantindo o fornecimento de alimentos saudáveis para a população urbana e rural. (COFASPI/SETRE, 2011. P. 4)

Nesse sentido, as feiras agroecológicas de Jacobina e Miguel Calmon fundamentaram o planejamento de ações de expansão e disseminação dessa iniciativa em outros municípios. Dentre as ações projetadas, estavam as mobilizações territoriais, os cursos de capacitação que acontecia esporadicamente em cada um dos municípios, além de encontros mensais que se concentravam na cidade de Jacobina, na sala de reuniões, na sede da COFASPI, por situar-se na área mais central do território, facilitando o deslocamento dos participantes.

Durante as atividades havia momentos místicos, voltados para a expressar coletiva e individualmente a espiritualidade dos participantes, café-da-manhã comunitário, discussões sobre estratégias de produção, troca de saberes e aprendizados, além da socializarem experiências voltadas para o modo de vida, a fim de fortalecer as relações de solidariedade e senso coletivo (figura 10). Tudo isso contribuiu para os diversos diálogos e estratégias de criação de um fundo rotativo territorial, gerido pelo próprio coletivo.

Figura 10: Encontro de mobilização territorial para criação da REFAS Piemonte



Fonte: Acervo COFASPI, 2007.

Os fundos rotativos solidários, reconhecidos também como FRS são concebidos como poupanças comunitárias ou coletivas. A manutenção do FRS geralmente é feita pelos próprios membros do coletivo, através de contribuições semanais, após a feira ou mesmo mensal. A frequência e o valor são definidos pelo próprio grupo. No caso específico do FRS territorial da

REFAS Piemonte, o recurso inicial foi captado através de projeto/convênio de apoio junto ao Banco do Nordeste.

A finalidade desse recurso era de fomentar a melhoria das unidades familiares de produção e comercialização, ficando à disposição das famílias agricultoras que compõem a REFAS. Normalmente o acesso ao fundo acontece de maneira desburocratizada, por ‘empréstimos’ de pequenos valores, com a mediação da tesouraria que se encarrega de registrar em ata e providenciar recibos, de modo a acompanhar a aplicação e devolução do recurso. Essa proposição aconteceu objetivando o fortalecimento das ações coletivas e das relações de solidariedade a partir do desenvolvimento da autonomia e autogestão, ou seja, pautada na lógica da economia solidária e cooperativa.

Nesse contexto de formação da REFAS Piemonte, a dinamicidade e heterogeneidade do coletivo apresenta-se como uma característica marcante, fazendo-se necessário a formulação de um regimento interno, contendo normas gerais e atribuindo objetivos, ações, direitos, deveres, bem como sua estrutura diretiva. Para isso, as famílias contaram com o auxílio de técnicos que acompanhavam o projeto, sobretudo na elaboração desse documento.

O modelo de regimento interno adotado pela rede territorial também serviu de parâmetro e direcionamento para os grupos locais, em seus respectivos municípios. Essa estratégia de organização possibilitou a integração dos grupos à rede territorial, através da criação de regras/normas, formuladas pelo próprio coletivo, de acordo com suas particularidades e realidade social.

Nessa perspectiva, a REFAS se consolida como organização social a partir da estrutura organizacional mais contemplativa. Sua composição se dá por uma diretoria, com coordenadora, secretária e tesoureira, além de seus respectivos membros internos (figura 11). Essa estrutura favorece a organização e melhor articulação coletiva, inclusive para convocação de reuniões/assembleias, bem como agendamento de visitas técnicas por exemplo.

Figura 11: Encontro territorial com a participação social famílias da REFAS em Jacobina



Fonte: SANTOS, Joelma Silva dos, 2013.

A REFAS se consolida como organização social popular, através da articulação direta entre as famílias agricultoras do território Piemonte da Diamantina. Suas ações em rede, são respaldadas por mecanismos reguladores que os orientam, de acordo as normas locais/territoriais estabelecidas em coletividade. Sua estrutura organizacional e autogestionária, possibilita a participação popular de qualquer integrante dos grupos locais, na diretoria e gestão das ações coletivas dessa rede. No âmbito da gestão colaborativa, sua estrutura organizacional é composta por diretoria, com um titular e suplentes, sendo as principais representantes: as coordenadoras, as secretárias e tesoureiros, além das demais famílias que a integram. Quando constituída, a REFAS contava com a participação de aproximadamente 100 (cem) agricultores.

3. AS REDES LOCAIS E NOVA DINÂMICA DE USO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO

Na contemporaneidade, se sobrepõem configurações socioespaciais cada vez mais complexas, advindas de uma célere mudança na organização atual da sociedade. Essa complexificação, decorrente da globalização, da revolução técnica e do amplo desenvolvimento da ciência, trouxe consigo abruptas transformações. Grande parte delas, atreladas a fluidez e as

simultaneidades dos tempos rápidos dominantes (SANTOS, 1996). Concomitante a isso, surge também a necessidade de adaptação à natureza dessa nova realidade social, característica da atual conjuntura. Tais mudanças realçam a emergência de releituras e ressignificações dessa nova realidade espacial, numa tentativa de compreender os diferentes fenômenos, acompanhando a velocidade da evolução que permeia o espaço geográfico.

Nesse contexto, é preciso direcionar atenção não apenas as características fisiográficas, ou mesmo a questão da técnica e da ciência, mas considerar primordialmente a dimensão social, inerente as relações estabelecidas entre os diversos agentes e grupos sociais, sobretudo aquelas relações que convergem para consolidação de ações estratégicas de resistência. Uma característica elementar de determinados grupos e agentes sociais locais que confrontam e se contrapõe ao modelo de produção hegemônico.

Nas mais variadas escalas (local e global), esse sistema tem consubstanciado a ampliação das desigualdades e explorações sociais, bem como a degeneração dos biomas, atingindo dessa forma, a estruturação dos fluxos de energia e matéria dos ecossistemas naturais. Além disso, o que se sobrepõe em meio a essa realidade é a marginalização e apagamento das lutas sociais de grupos, muitas vezes invisibilizados intencionalmente, perante uma camada da sociedade (ZIBECHI, 1997).

Diante disso, se faz necessário compreender os processos envoltos na forma como essas dinâmicas se espacializam e se manifestam no presente. Assim, foi indispensável evidenciar o quadro geral da formação socioespacial do território Piemonte da Diamantina, de modo a revelar os aspectos imanentes e expressivos que marcaram o período da sua formação, sobretudo aqueles que ainda se reproduzem na atualidade. Com efeito, explicitar as particularidades das novas formas estratégicas de organização social das famílias agricultoras, para fins de fortalecimento da produção agroalimentar e das práticas agroecológicas.

Nesse sentido, vale considerar que as múltiplas redes, carregadas de subjetividades e interesses funcionais estão constantemente se espacializando e empreendendo ações nos territórios. As redes em destaque nesse trabalho são aquelas ainda pouco visibilizadas, ou seja, as redes de organizações sociais populares, inscritas no espaço rural e urbano. Diante disso, é importante ressaltar que tais redes se complexificam no espaço, como fenômenos geográficos, a partir de diferentes contextos, escalas, dimensões e nexos, consubstanciando a novas dinâmicas. Ademais, salienta-se que as categorias geográficas, redes e território são abordadas nesse trabalho, de maneira relacional e dialógica.

Assim, é possível pensar a totalidade do espaço geográfico, buscando compreender os nexos fundamentais entre rede e território, conexos as demais categorias imbricadas. Nesse

caso, há o entendimento de que ambos se correlacionam e se interpenetram, num dado momento da realidade socioespacial, como é o caso específico de nosso objeto de estudo, conforme explicitado nessa seção. Vale salientar que as demais categorias utilizadas se revelaram pertinentes e relacionais no âmbito desse estudo, de modo que são abordadas de maneira indissociável. Nesse sentido, “essa intercambialidade e redutibilidade aumentam, na verdade, com o desenvolvimento histórico; é um resultado da complexidade crescente em todos os níveis de vida” (SANTOS, 1985: 7). Portanto, tratam-se de categorias necessárias para compreender as dinâmicas socioespaciais, em sua totalidade.

Nesse sentido, ao tratar de maneira mais específica a REFAS Piemonte – nosso objeto de estudo; vale ressaltar que a referida organização social se autoconcebe como uma rede que articula e integra diferentes públicos, ou seja, as famílias agricultoras, o público consumidor, e as organizações parceiras, em torno de uma causa comum – o consumo de alimentos livres de agrotóxicos e a sustentabilidade territorial. Essa é a cosmovisão de um grupo social que vem empreendendo ações, vinculadas ao processo organizacional de produção e comercialização de alimentos agroecológicos, de modo a substanciar o uso sustentável do território Piemonte da Diamantina.

As dinâmicas socioespaciais provocadas pela REFAS Piemonte são investigadas desde a dimensão espacial, que se refere ao *locus*, onde tais ações se materializam (as comunidades rurais, as roças, os quintais, as cozinhas, as feiras nas cidades e o território de identidade Piemonte da Diamantina); perpassando pelas relações sociais, estabelecidas entre os diferentes agentes; e por fim, alcançando as novas espacialidades que se complexificam, através da configuração de redes heterogêneas e complementares. Configura-se também como uma rede geográfica de abrangência local e regional, uma vez que imbuída de intencionalidade e propriedades, tem origem nas comunidades rurais, alcançando o espaço urbano local e estabelecendo múltiplas conexões entre os municípios do território (enquanto região).

Portanto, o cerne de análise desse processo está na produção agroecológica, cuja característica preponderante refere-se à reprodução de saberes tradicionais no âmbito da produção de alimentos, inerente a um modo de vida, pautado na manutenção e racionalização das bases materiais de produção. À luz desse pensamento, a agroecologia é concebida também como prática social e política que se contrapõe, apresentando-se como alternativa ao modelo agrícola dominante que, em essência, prioriza a acumulação de riquezas, em detrimento a vida.

Nesse sentido, as atividades familiares de produção e comercialização agroecológica se dão de maneira organizada e articulada, começando nas unidades locais de produção e se expandindo para as unidades locais de comercialização, onde a rede de feiras, de fato, se

materializa, sobretudo no Piemonte da Diamantina. Entretanto, é preciso antes de mais nada, explicitar dialogicamente as categorias geográficas redes e território, fundamentais para entendermos a dinâmica da REFAS Piemonte.

3.1 Entendendo o território a partir do uso e para além do uso

Na sociedade capitalista, em meio a luta de classes, as relações sociais de produção e o mercado consumidor são resultado de um processo produtivo social, o qual pode também ser concebido por diversas redes de produção e circulação, sejam elas ligados as matérias primas, ao processo de trabalho ou a circulação das mercadorias e do capital. Paralelamente, é possível entender a produção e estratégias de uso do território, dentro de uma lógica de apropriação e utilização dos recursos naturais e técnicos para sustentar as mais diversas atividades de produções, em um dado lugar, região ou território.

Portanto, antes mesmo de adentrar na discussão acerca do conceito geográfico de rede e sua operacionalização no contexto da REFAS Piemonte é necessário objetivar de modo mais sistêmico o *locus* de investigação que compreende a nossa base espacial de estudo, ou seja, o território de identidade Piemonte da Diamantina. Afinal, é no âmbito desse território que as ações empreendidas pela rede de feiras agroecológicas, de fato, se materializam.

Nesse sentido, há um destaque para a concepção de território considerada, uma vez que ao referenciá-lo inicialmente como território de identidade, recorreu-se ao termo popularizado por instituições públicas/governamentais. Nesse caso, a adoção da terminologia Território de Identidade Piemonte da Diamantina, deriva de seu caráter original, concebido e legitimado pelo governo baiano, através da Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), a partir da instauração da Lei nº 10.705 de 14 de novembro de 2007.

De acordo com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI (s/d), a noção de território de identidade origina-se de demandas levantadas por movimentos sociais, vinculados à agricultura familiar e à reforma agrária. Entretanto, antes mesmo de fazer parte das estratégias de regionalização e planejamento do governo o Estado da Bahia, já se fazia presente nas discussões e propostas contidas na “Política de Desenvolvimento Territorial” adotada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, no governo Lula (FIGUEIREDO, 2020). Em seu sentido funcional mais atualizado, apresenta-se como uma unidade planejamento estratégico e de gestão governamental, que compreende a esfera estadual (Bahia) e federal (Brasil). Atualmente contempla não somente o espaço rural em suas ações de

impulsioneamento ao desenvolvimento, mas tem se adaptado metodologicamente, a fim de atender demandas dos diversos setores sociais e econômicos, também do espaço urbano.

É sabido que existem muitas controvérsias quanto a essa de abordagem espacial de território de identidade, tendo em vista que sua característica elementar, remete a delimitação de uma área, a partir de seus aspetos semelhantes como critérios de regionalização, de acordo com a concepção das instituições governamentais mencionadas. Entretanto, vale ressaltar que essa discussão não será aprofundada, haja vista que o foco desse trabalho se trata primordialmente das estratégias de organização social e uso sustentável do território para fins de produção de alimentos.

E, tratando da nossa delimitação espacial, será dado ênfase a região que engloba os municípios do Piemonte da Diamantina. Para Specht (2009) ao estudar as dinâmicas do território é imprescindível levar em consideração o uso da escala, e entender o território como um objeto multiescalar, ou seja, sua compressão perpassa por escalas espaciais que vão desde o local até o global (SPECHT, 2009).

Nesse sentido, vale salientar que ao evidenciar tais fatos, a intenção não é suprimir ou tentar deslegitimar a concepção de território de identidade difundida, mas sim dotá-lo de novas significações que realcem as novas estratégias de uso sustentável. Para isso, buscou-se compreender o território Piemonte da Diamantina e suas particularidades, à luz das contribuições mais recentes de Milton Santos (2001) que concebe território, a partir de seu uso, sobretudo aquelas que convergem com nossas acepções. Ao falar em uso do território, em suma, destacam-se as ações que corroboram para a materialização de alguma atividade de produção.

Contudo, a ideia aqui não é focalizar meramente nesse aspecto que sobreleva a dimensão econômica. A ênfase está sobretudo nas relações estabelecidas entre os diversos agentes sociais, em reciprocidade com a forma de produção e comercialização dos alimentos agroecológicos. Com efeito, dar visibilidade a outras dimensões manifestas nas atividades empreendidas pela REFAS Piemonte. Dessa forma, inicialmente o território é evidenciado, a partir de sua base material, no sentido dos recursos naturais, técnicos e de mão de obra/trabalho social, condicionando as especificidades de uso. Concomitantemente há uma fusão dessa dimensão, que confere mais objetividade inerente as relações sociais.

Logo, os momentos descritos acima são complementares à concepção introdutória de território, de modo a englobar outras questões que se revelaram preponderantes no âmbito dessa pesquisa. As particularidades, inerente a produção agroalimentar do Piemonte da Diamantina, sobretudo aquelas advindas do século XVII que reporta à gênese de formação socioespacial desse território, confere singularidade na forma de existir, do ser social, de viver e de produzir

alimentos, herdadas de uma ancestralidade resiliente. A realidade rural dos municípios de Jacobina, Saúde, Mirangaba, Caém, Miguel Calmon, Várzea Nova, Umburanas, Serrolândia e Orolândia, que fazem parte do território estudado revelará *a posteriori* esses fatos.

Nesse contexto investigativo, é imprescindível buscar compreender as dinâmicas do território, a partir do seu uso. Para isso recorreu-se a concepção de Milton Santos (1996; 2001), a fim de elucidar tais fatos, considerando suas contribuições:

Vivemos com uma noção de território herdada da Modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados. É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. (SANTOS, 1998, p.15)

Até chegar a essas concepções que envolve um sentido lógico de complementariedade da realidade concreta (SANTIAGO, 2013), esse conceito passou e vem passando por algumas reformulações. Nesse liame, Santos (1998) também frisa os significativos momentos que marcaram o advento e consolidação de tal conceito, apontando a representação do Estado-nação como um divisor de águas no pensamento geográfico, sobretudo ao entronizar a noção jurídico-político e/ou política-geográfica de território.

Essa noção é proveniente dos processos que remetem ao início da colonização, cujo objetivo principal era conquistar novas áreas que proporcionassem alguma vantagem para as nações colonizadoras. Nesse contexto, se fortalece a ampla valorização dos elementos da natureza, principalmente quando a sociedade passa a convertê-los em recursos (naturais), no sentido de atender primordialmente, os interesses de determinadas nações e impulsionar o desenvolvimento do capitalismo mercantil. Tais fatos são legitimados, desde a noção mais clássica de território, presente nas contribuições *ratzeliana*, conforme elucidado: “Uma nação para desenvolver-se, depende, segundo Ratzel, de vantagens naturais determinadas, e, quando não as tem, deve busca-las fora de suas fronteiras. [...] todo espaço tem seu valor político, o qual varia sempre no processo histórico” (SANTIAGO, 2013, p. 166).

À luz desse pensamento clássico e ao mesmo tempo contemporâneo, percebe-se, que desde o seu advento o território se configura a partir de múltiplos e distintos interesses de uso, de acordo com suas propriedades e vantagens materiais (recursos da natureza), ou incorporados através do desenvolvimento científico-técnico e informacional, que são potencializados, a partir de ações e demandas inerentes ao ser social. Ainda de acordo com Santos (1998) “hoje a natureza é histórica... [...] seu valor local é relativo, ou em todo caso, relativizado”.

Nesse patamar, podemos inferir que há uma dialética de complementariedade com o desenvolvimento desigual e combinado de produção e acumulação capitalista na construção – e interligação pelas redes – dos territórios anexados ao domínio estatal. Sobre o significado desse processo desigual e combinado, o sentido de

complementaridade, no que se refere à materialização e realização do comando centralizador, está ligado às estratégias de difusão e controle das redes e das propriedades que substanciam o espaço e a produção das territorialidades, onde se operam as redes de circulação de mercadorias e capitais e as consequentes redes ideológicas. Assim, podemos dizer que há uma relação dialética entre “o processo de sua vida material”, as “bases materiais” e as representações em uma determinada época, sejam elas quais forem, sobre o mundo real, embora a base material e as relações sociais de produção e consumo determinem os aspectos substanciais e as propriedades concretas do fluxo de mercadorias circulantes e realizadas como consumo, junto à acumulação como poder de domínio – entendendo esse processo também como sistema produtivo e vital, base do modo de vida estabelecido (SANTIAGO, 2013. p. 68)

São diversos os processos dialéticos que incidem sob essa nova vertente que confere materialidade a natureza e seus elementos. Nesse interim, o território deixa de ser concebido exclusivamente por sua forma física (delimitação espacial, geralmente sob controle do Estado-nação), bem como pelas manifestações/relações de poder (RAFFESTIN, 1993), sob uma perspectiva política-geográfica. Em contrapartida, é introduzida uma nova abordagem, que concebe e entende o território, a partir de seus múltiplos usos, perpassando por um sistema indissociável de objetos e de ações. (SANTOS, 1996; 1998; 2001; 2014).

“Essa abordagem considera na relação dialética entre materialidade e ação, um todo sistêmico que valoriza as heranças do passado (história) e as contradições da sociedade (VENCESLAU, 2012, p.5).” Conforme explicitado, as múltiplas e diferentes formas de uso do território vão se relativizar, dependendo dos interesses de determinados agentes e/ou grupos sociais. Evidentemente, que nesse movimento há insurgência de conflitos de interesses, como aconteceu entre os povos originários (indígenas Payayá), os negros escravizados, trazidos da África, bem como os agentes colonizadores, no contexto do período de formação socioespacial do território Piemonte Diamantina, consoante a seção anterior.

Cada unidade (considerando a escala) espacial apresenta potencialidades/vantagens, sejam elas materiais ou não, que acarretam em distintas manifestações de interesse pelo usufruto territorial. Sob essa ótica, o território é concebido como uma unidade dialética contraditória de sistema de objetos e de ações, envolvendo em determinados momentos, relações de solidariedade que se dá no âmbito do espaço vivido, habitado e transformado socialmente.

Embora, a contemporaneidade seja marcada por um período de inúmeros avanços, técnico-científico-informacional que englobam diversos setores da sociedade, vale ressaltar, que, atinente a questão agrícola, sobretudo no Brasil é proeminente as contradições desse setor produtivo. Dadas pelo impulsionamento das atividades agrícolas que se intensificaram, a partir da Revolução Verde, período concomitante a repercussão técnico-científico-informacional.

No século XX foram propostos novos métodos na produção agrícola, especialmente no Pós – Segunda Guerra Mundial. Com a Revolução verde que foi difundida por governos e organismos internacionais, universidades e centro de pesquisas agropecuárias, foram produzidas sementes híbridas, fertilizantes sintéticos e

agrotóxicos, definindo-os como pacote tecnológico, juntamente com as máquinas agrícolas (ZAMBERLAM; FRONCHETI, 2012, p. 64)

Nesse contexto, se reverbera uma ampliação das desigualdades sociais no espaço rural, principalmente no que tange o acesso à técnica e as tecnologias, apropriadas a realidade socioespacial da população. Sabe-se ainda, que o conjunto de insumos e implementos do tal pacote tecnológico, carregou e ainda carrega, em sua essência, a degeneração dos elementos constituintes à natureza e a reprodução ampliada do capital, em detrimentos à vida. Diante desse cenário é perceptível a subtração e muitas vezes, a alienação da cultura local, do modo de ser, de existir e de produzir das famílias, sobretudo aquelas que desenvolvem suas atividades com práticas tradicionais – como ocorre nas atividades agroecológicas da REFAS Piemonte.

Muito embora, os objetos técnicos desse período tenham sido amplamente difundidos no espaço rural, eles não foram pensados para atender as necessidades operacionais de agricultores/as familiares, ou seja, daquela camada social que detinham a posse de pequenas áreas de terra (minifúndios), deixando-os às margens desse processo. Efetivamente, a modernização da base técnica da agricultura se deu de maneira desigual e contraditória. Seu caráter seletivo e institucionalizado, levou as elites se apropriarem dessas vantagens (MARQUES, 2006).

O Estado também consubstanciou o monopólio de tais objetos, favorecendo a ampliação das desigualdades, ao oferecer estímulos de financiamento facilitado para a elite ruralista, brasileira. Além disso, diversos foram os incentivos à expansão das fronteiras agrícolas no interior do país, de modo a aumentar também, a concentração de terra e conseqüentemente a formação de latifúndios. Tal expansão, teve início na faixa litorânea, que compreende a Mata Atlântica, sobretudo no período colonial, perpassando pelos diversos biomas brasileiros e comprometendo com maior intensidade o Cerrado, principalmente no contexto da disseminação do pacote tecnológico.

Atualmente, essa expansão se dá em direção a Floresta Amazônica, a partir da instrumentalização dos objetos técnicos, advindos com o avanço da agricultura agroexportadora. Diante do exposto, está mais que evidente que esse modelo e sua lógica de produção, tornou-se, de fato, degenerativa e insustentável, a longo prazo. Durante muito tempo, a racionalidade limitava-se a questão econômica como fator preponderante. Hoje já se pensa em uma racionalidade ambiental, considerando todos os elementos constituintes da natureza (LEFF, 2001).

Com a expansão do mercado global é notável que a produção agroalimentar exportadora não se satisfaz em alimentar as necessidades sociais/coletivas, mas sim alimentar os interesses

individuais/elitistas que se fundamenta na concentração de riquezas e ampliação da pobreza. As normas que regem essas ações corporativistas têm provocado uma série de problemas de ordem social, ambiental e cultural, sem precedentes. “A crise ambiental coloca em questão os fundamentos da racionalidade econômica” (LEFF, 2001, p. 42).

Portanto, na atual conjuntura, é inconcebível pensar uma lógica de produção que explora, expropria e ignora as populações locais e toda sua natureza, seja ela interior e/ou exterior. A racionalidade de uso do território não precisa mais se ater exclusivamente, a despeito dos objetos técnicos, pensados para atender os interesses da elite ruralista. Prover isso é consentir e incentivar as desigualdades sociais. Assim, concordamos com Leff (2001) ao entender a pertinência de pensar os sistemas de objetos técnicos e sistema de ações, a partir de uma racionalidade ambiental que busca superar a lógica dominante da economia de exploração, no âmbito da produção agrícola. Com isso, compreender os múltiplos usos do território sob uma perspectiva sustentável, atenta a valores e princípios transgeracionais.

Diante disso, destacamos o contexto da REFAS Piemonte, e também de muitas outras famílias que desenvolvem suas atividades, respaldadas nos saberes e técnicas tradicionais. Vale salientar que os objetos técnicos que fazem parte da realidade concreta dessas famílias, ainda são vistos, muitas vezes, como rudimentares. Uma vez que tais objetos foram projetados e incorporados no cotidiano e seus antepassados. Entretanto, eles ainda coexistem e são reproduzidos no período atual, com o propósito de auxiliá-las em suas atividades produtivas. De fato, alguns deles foram preservados e outros novos foram sendo adaptados e incorporados à realidade concreta do presente, haja vista que a perspectiva mercadológica ruralista projeta objetos técnicos para atender interesses, majoritariamente corporativos.

Na agroecologia os agricultores lançam mão de uma diversidade de técnicas, muitas das quais se ajustam bem as condições locais e podem levar a conservação e regeneração da base dos recursos naturais [...] as técnicas tendem a ser intensivas em conhecimento, mas não no uso de insumos (ALTIERI, 2012, p. 123).

No caso específico das famílias agricultoras da REFAS Piemonte é comum apropriação e uso de saberes práticos e técnicas operacionais preexistentes. De modo geral, ocorre com a utilização dos seguintes objetos técnicos: enxada, machado, foice, arados de tração animal, tratores comunitários, carroças, regadores, mangueiras e outras tecnologias sociais de produção racional, a exemplo de canteiros econômicos, sombrites, toneis para estocagem e armazenamento de sementes crioulas, além de telas para criação semi-intensiva de aves.

No âmbito das práticas agroecológicas, não há predominância de grandes aparatos tecnológicos, como na agricultura convencional (agroexportadora). Considerando que a adesão do pacote tecnológico (fertilizantes sintéticos, sistemas de irrigação, máquinas pesadas,

nanotecnologias, hibridização de sementes e as geotecnologias, no cenário atual), desencadearia em grandes perdas na sociobiodiversidade¹². Para a adoção de novos objetos técnicos, estes precisariam ser criados para atender as reais necessidades dessa parcela da sociedade.

Ademais, é preciso distinguir que a percepção de tais implementos, como objetos técnicos, depende da cosmovisão de quem os concebe. No caso das técnicas, reproduzidas tradicionalmente pelas famílias, são consideradas por elas, como procedimentos e instrumentos de manejo essenciais e eficientes nos tratos culturais e nas práticas socioespaciais desenvolvidas.

Nesse aspecto, há uma concordância com Santos (2014) ao mencionar que os objetos que constituem o território são intencionalmente criados para atender determinadas finalidades. Além disso, carregam consigo uma gama de intencionalidades, desde a forma como são fabricados até a sua espacialização por diferentes lugares. Tal pensamento realça as contradições do processo de incorporação dos diferentes objetos técnicos, por grupos sociais distintos, conforme evidenciado, ao discorrer sobre a produção de alimentos agroecológicos e a produção convencional/agroexportadora.

Em síntese, os objetos técnicos são projetados para subsidiar a execução de determinadas ações (atividades normatizadas por uma lógica). Essas ações são consubstanciadas por distintos grupos sociais ou mesmo conglomerados empresariais corporativistas. Com efeito, a aplicabilidade conjunta desse sistema, se dá pela finalidade de atender determinados interesses, coletivos ou individuais. Nesse liame, é possível compreender como, de fato, se processam as variadas estratégias de uso do território.

Diante disso, é importante considerar que as atividades desenvolvidas pelas famílias agricultoras da REFAS Piemonte se revelam em seu caráter alternativo, como uma possibilidade de superação à lógica da racionalidade substancialmente econômica. Embora, ela apresente, em sua base, um caráter econômico, dado que uma das finalidades das feiras agroecológicas é assegurar rendimentos e melhoria na renda das famílias, a atividade não se limita a isso e geralmente não reverbera em acumulação de riquezas e monopólio.

Sua ação é externalizada nas práticas agroecológicas que tem início na unidade local de produção familiar (espaço rural), através de ações coletivas realizadas por membros da família. Estende-se para outros subespaços de caráter local (SANTOS, 2014), a exemplo das cidades (espaço urbano) que recebem semanalmente, em sua unidade de comercialização (feiras agroecológicas), os alimentos provindos das comunidades rurais, em seus respectivos

¹² É a relação entre bens e serviços gerados a partir de recursos naturais, voltados à formação de cadeia produtivas de interesse de povos tradicionais e de agricultores familiares. (DINIZ; CERDAN, 2017, p.6)

municípios. Nesse movimento, as famílias se organizam de acordo com suas necessidades, a fim de atender demandas internas e externas, localizadas.

As demandas internas tratam-se, pois, das necessidades básicas das famílias, endossadas por meio da produção, alimentos para o autoconsumo e a garantia de uma renda mais satisfatória para as famílias. Já as demandas externas referem-se as necessidades de diversidade de oferta de alimentos que atendam os anseios do público consumidor, ou seja, a clientela das feiras agroecológicas. “É nesse sentido que o lugar defronta o mundo, mas também o confronta, graças a sua própria ordem” (SANTOS, 2014, p. 166).

As relações sociais, inerente a essa organização, envolve relações horizontais de solidariedade entre os membros das famílias, entre as diversas outras famílias que fazem parte de cada coletivo local, entre as instituições parceiras, bem como entre agricultores/as e consumidores/as. Nessa última, cabe mencionar também a relação de confiança que será melhor explicitada na seção posterior. Além disso, as ações empreendidas por esse grupo social apresentam racionalidade ambiental, sobretudo no que tange ao uso sustentável do território, contrapondo-se a lógica econômica dominante.

Afinal, as particularidades intrínsecas a sua estrutura funcional da REFAS Piemonte, revelam um sistema de objeto e sistema de ações distintos daqueles materializados no modelo de produção agroalimentar hegemônico – na agricultura convencional, também chamada de agronegócio ou agricultura moderna. A racionalidade no uso dos recursos da natureza, otimizados e adaptados para atender demandas reais e concretas do lugar, conferem um caráter mais sustentável as práticas agroecológicas, especializadas pelo território Piemonte da Diamantina.

Essas evidências legitimam o pensamento de que, ao estudar o território é preciso romper as fronteiras do poder estatal, bem como das grandes corporações que ditam as regras de organização espacial, a partir de uma racionalidade econômica dominante. Embora, a atual conjuntura ainda realce a hegemonia de uma globalização neoliberal, exploratória e excludente, é fundamental repensar tal lógica, a partir de uma perspectiva contra-hegemônica (SANTOS, 2002).

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. (SANTOS, 2001, p. 96).

Com efeito, é pertinente posicionar-se contra essa violência estrutural que ofusca as ações alternativas e na contemporaneidade continuam a subalternizar aqueles que não se enquadram nas normas padronizadoras, dominantes. Nesse sentido, dar visibilidade as ações

alternativas de produção agroecológica é impulsionar a difusão de uma nova concepção de uso sustentável do território.

Uma nova ordem contra-hegemônica de caráter local se estabelece sob o território, de modo a nos permitir ver os espaços de fluxo serem atravessados por horizontalidades que se consubstanciam em forma de resistência a racionalidade econômica. Sob essa perspectiva, Santos (2001) elucida que o território pode ser entendido como recurso, à medida que dispõe de potencialidades/vantagens, mas também pode ser abrigo, atendendo sobretudo os anseios e interesses da população que nele vive.

3.1.1 Para além do uso: o território como abrigo

O território Piemonte da Diamantina apresenta em sua base material, um conjunto de sistemas que coexistem e interagem entre si. De tal modo, a legitimar sua influência face o desenvolvimento de determinadas atividades, sejam elas para a reprodução social ou reprodução do capital. Em simultaneidade, o território pode ser usado como recurso e também como abrigo, sobretudo por aqueles que o criam e recriam, socialmente através do trabalho e das mais diversas interações. Portanto, o tratamento direcionado a essa abordagem se atem a outras dimensões, para além da econômico-material.

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 1999, p. 8).

À luz desse pensamento, entende-se que a manifestação de tais relações se destacam, inicialmente nos lugares, expandindo-se para outras escalas de análise e complexificando a dialética do espaço. Tudo isso atenua as contradições socioespaciais daqueles que vivem e lutam continuamente, resistindo as investidas do capital, numa tentativa de emancipação pelo direito de existir, viver e produzir em seu lugar.

Para os atores hegemônicos o ‘território usado’ é um recurso, garantia de realização de seus interesses particulares. Desse modo, o rebatimento de suas ações conduz a uma constante adaptação do seu uso, com adição de uma materialidade funcional ao exercício das atividades exógenas ao lugar, aprofundando a divisão social e territorial do trabalho, mediante a seletividade dos investimentos econômicos que gera um uso corporativo do território.[...] Os atores hegemônicos têm o território como um abrigo, buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares. É neste jogo dialético que podemos recuperar a totalidade (SANTOS et al, 2000, p. 12).

“O território, hoje, pode ser formado por lugares contíguos e lugares em rede” (SANTOS, 1998, p. 16), onde manifestam-se as mais diversas interações e relações sociais,

marcando, sobretudo as (r)existências, além das trocas materiais e espirituais. É a partir dos lugares que os territórios se caracterizam como abrigo. Para isso, leva-se em consideração o indissociável conjunto de sistemas de objetos e de ações, operacionalizados através de técnicas de caráter local e/ou global. É partindo desse chão (*Boden*) como recursos na totalidade (SANTIAGO, 2013), que os agentes e grupos sociais criam e recriam o território no tempo e no espaço, de acordo com suas necessidades e interesses.

Deduzimos que algumas conceituações do paradigma território – solo – povo - Estado coexistem em complementaridade. Território, terra, recurso natural apareceram em contextos diferentes, mas designados com a mesma palavra *Boden*. cremos que isso pode ter dado margem a certos reducionismos. Além do mais, a noção de “solo” também pode ter o significado de recurso natural, que julgamos ser o significado mais amplo, o que torna possível entendermos a teorização ratzeliana como um materialismo geográfico. Também podemos observar um pouco do pensamento complexo de Ratzel, numa outra contextura, no artigo “A posição geográfica das grandes cidades”, na seção sobre “Moradia, terra natal, protetorado e solo cultivável”, quando afirmou: [...] a antropogeografia ensina diferentes relações do povo com sua terra (*Boden*): Precisamos da terra para morar; nossa moradia nesta terra precisa de proteção, que só é eficiente se mantivermos nossa terra de morar (*Wohnboden*), até o alcance dos nossos olhos, livres de inimigos, sejam homens ou animais; finalmente precisamos de terra para a alimentação, seja caça, pesca, agricultura ou pecuária, indústria ou comércio, que nos oferecem comida. Moramos então na terra de morar, rodeado pela área de proteção, que é limitado pelo horizonte, e rodeado pela nossa área de sustento, que pode ser grande ou pequena, perto ou distante; e sobre tudo isso pairam nossas lembranças e sentimentos que se fixam temporariamente neste ou naquele lugar da terra, mas com maior intensidade onde moramos ou morávamos nós ou os nossos. É também através destes quatro elementos que toda povoação humana, se relaciona com sua terra (*Boden*): moradia (*Wohnplatz*), terra natal (*Heimat*), área de proteção (*Schutzgebiet*) e área de sustento (*Erwerbsgebiet*). São, por assim dizer, quatro círculos que envolvem nossa existência (RATZEL, 1906, p. 437, tradução nossa). Essa discussão revela uma abordagem que considera vários aspectos conexos, como a noção de *Boden*, ligada a terra, e não propriamente ao solo edáfico. SANTIAGO, 2013, p. 205)

No caso específico do território Piemonte da Diamantina, cabe-nos considerar que ao destacá-lo, também como moradia, abrigo, área de sustento, lugar da nossa existência são apreendidas outras dimensões e sentidos, parte coexistente das experiências e das relações estabelecidas entre as pessoas com o lugar, onde seus pés estão firmados. Portanto, para conceber o território em sua totalidade, à luz desse pensamento, é preciso explicitar as experiências vividas pelas famílias agricultoras, correlacionadas com a (r)existência e manutenção da cultura e do saber popular local, frente ao modelo dominante.

Muitas dessas práticas de produção agroecológicas, adotadas atualmente, são na verdade, heranças de uma ancestralidade que exercia o trabalho de produção, cuja finalidade era a manutenção e reprodução da vida. O contexto que remete a formação socioespacial do Piemonte da Diamantina revela isso, na predominância das atividades indígenas, ao cultivar e extrair da natureza exterior apenas os alimentos e elementos essenciais às suas necessidades vitais e espirituais.

No entanto, o que acontece na contemporaneidade é a incorporação de novas estratégias de produção que assegurem não apenas a manutenção da vida com dignidade, mas sobretudo a reprodução do capital e conseqüentemente a produção e concentração de riquezas. Afinal, existe uma lei de mercado que regula e ordena a produção, circulação e consumo, numa escala global, fazendo com que muitos lugares e territórios se tornem reféns dessa racionalidade econômica, dominante.

Diante disso, Santos (1998) nos convida a pensar uma lógica reversa que não condicione os lugares contíguos à ordem mundial. A conformação de uma nova racionalidade, menos exploratória, se dá no âmbito da (r)existência da sociedade civil organizada. Sabe-se que as leis de mercado são normatizadas e comandadas pelas grandes corporações empresariais, que operam, fundamentalmente na produção/reprodução material e informacional, substanciando um movimento contraditório da supervalorização da economia mundial, em detrimento a economia local.

Resistir a essa lógica perversa e exploratória é o maior desafio dos agentes sociais que vem sofrendo alienação cultural, ao longo de décadas, tornando-os dessa forma, homogeneizados. Contudo, é no liame da vida, no espaço do acontecer solidário que novas possibilidades se constroem. Isso se dá pelas novas relações de solidariedade que se revelam no âmbito do lugar, esboçando as características do atual contexto e as contradições entre a ordem local e a global. O território atual é marcado por um cotidiano compartilhado, mediante regras que são formuladas e reformuladas localmente. (SANTOS, 1998, p. 17)

Assim, é preponderante destacar que as experiências vividas e ações empreendidas pelas famílias agricultoras da REFAS Piemonte, refletem em relações que transcendem a dimensão econômica. Perpassa pelo uso sustentável do território, cuja finalidade principal é a produção alimentar para o autoconsumo das famílias, a manutenção das relações de solidariedade, intrínsecas em suas vivências e no processo de produção, além da racionalidade ambiental, que compreende o uso e usufruto dos recursos naturais.

Trata-se, portanto, da objetivação de ações concretas que se particularizam, em uma trama de relações sociais multiescalar. Tais ações são permeadas de sentidos e significações que se exteriorizam na maneira como as famílias consubstanciam suas atividades coletivas, atreladas as práticas agroecológicas. Assim, conhecer as particularidades que corroboram com o uso do território como recurso e abrigo, nos permite compreender a totalidade do processo, de maneira relacional.

As práticas agroecológicas em essência, se manifestam na reprodução de um modo de vida, pautado na socialização de saberes e práticas agrícolas tradicionais. Conforme já

mencionado, muitas delas tem origem nas práticas culturais dos povos indígenas nativos. Outras, foram incorporadas de grupos sociais diversos, sobretudo após a intervenção cultural dos colonizadores. A cultura comunitária e as relações de solidariedade inerente ao modo de vida do povo negro escravizado (originários da África), também foi incorporada à efetivação das práticas tradicionais, no que concerne a organização social e produção agroalimentar.

Essa é a realidade da formação socioespacial do Piemonte, que carrega consigo marcas de um passado de conflitos choques de interesses. Em outras palavras, são na verdade ‘rugosidades invisíveis na forma’, porém perceptíveis em seu conteúdo e essência. Primordialmente, no modo de vida das famílias agricultoras, sobretudo aquelas que ainda hoje, trabalham com a produção agroecológica.

Na contemporaneidade, as práticas agroecológicas prevalentes no cotidiano das famílias da REFAS Piemonte, são: rotação de cultura; plantio consorciado; sombreamento; adubo orgânico (esterco de aves, bovinos e caprinos); compostagem, defensivos e Biofertilizantes naturais; cultivo de sequeiro e/ou irrigação manual; diversificação de pomares; processamento de pousas; estocagem e armazenamento de sementes crioulas.; organização familiar e comunitária coletiva; relações de solidariedade/mutirões (figura 12).

Figura 12: Práticas agroecológicas predominantes no contexto das famílias da REFAS Piemonte.



Fonte: SANTOS, J. S., 2022.

As estratégias elencadas representam não apenas as práticas de caráter técnico-empírico e técnico-científico, mas também as estratégias de organização social coletiva, imprescindíveis na constituição e consolidação da REFAS Piemonte. Embora, seu caráter local se destaque, através da conformação de pequenos grupos de agricultoras/es espalhados pelas comunidades

e municípios do Piemonte da Diamantina, é evidente que a articulação em rede, segue consubstanciando e fortalecendo as relações e interações entre elas/es.

Nessa perspectiva, as famílias agricultoras, vivendo em lugares contíguos¹³, estabelecem interações sociais que se dão por meio de diálogos, enriquecidos pelas trocas materiais e espirituais (místicos) que envolve saberes e experiências. “No lugar, reside a única possibilidade de resistência aos processos perversos do mundo, dada a possibilidade real e efetiva da comunicação, logo da troca de informação, logo da construção política.” (SANTOS apud SOUZA, 2005 p. 5)

Portanto, são nos momentos supracitados que geralmente ocorrem as maiores interações e trocas entre as famílias agricultoras da REFAS Piemonte. Durante os encontros coletivos (territoriais), individuais (visitas), as formações e intercâmbios comunitários, bem como, rotineiramente, através da comunicação virtual em grupos de troca de mensagens – uma das estratégias de comunicação, adotada mais recentemente. Ademais, vale considerar a participação social desse público em espaços populares de debates sobre diversas problemáticas socioambientais e estruturais, predominantes no espaço rural.

As uniões horizontais podem ser ampliadas, mediante as próprias formas novas de produção e de consumo. Um exemplo é a maneira como produtores rurais se reúnem para defender os seus interesses, o que lhes permitiu passar de um consumo político localmente definido (SANTOS, 1998, p. 20).

Assim, é possível pensar essa organização como uma estratégia de resistência dos lugares, que se posiciona antagonicamente, as regras e normas dominantes. Com isso, buscando formular e reformular uma ordem local, que não seja subordinada sobremaneira, a normas externas. Nesse sentido, é possível salvaguardar as tradições e saberes populares locais, sobretudo aqueles atinentes à produção agroecológica de alimentos.

Concomitante a esse fato, é possível conceber o lugar como espaço de funcionalidades simultâneas, espaço do acontecer solidário (SANTOS, 1998), das (r)existências e coexistências. É a partir dessa realidade concreta que as ações relacionadas ao uso sustentável do território, convergem para as relações e articulações horizontais, de tal modo a engendrar uma nova trama de redes, a serviço das organizações sociais, em seus lugares e territórios.

3.2 As redes geográficas e suas funções no território

A palavra rede, em seu sentido restritamente etimológico, significa “*rete*”, deriva do latim e refere-se a “rede de caça e/ou de pesca”. Em seu sentido mais amplo, remete a um tecido

¹³ De acordo com Santos (2014, p. 158), a contiguidade é o fundamento da solidariedade.

comum (tramas, malhas), geralmente formado, sincronicamente por uma estrutura integrada de fios, linhas e nós. Logo, ao abordar a noção de rede é quase impossível, que num primeiro momento não se faça analogia a essa representação comum; que leva a questão adjacente ligada a configuração do espaço; tal como semelhante a um tecido que se expande pela superfície da terra como a urbanização e a produção agrícola. Tal exemplificação se caracteriza como elementar na objetivação sistemática de sua estrutura geral, sobretudo ao tratar especificamente, da rede de feiras agroecológicas – nosso objetivo de pesquisa.

Historicamente, é possível tentar algumas identificações das ideias e noções de rede desde a antiguidade grega e a Idade Média. Nesse contexto possui nexos com a estrutura produtiva e ao modo de vida. Quanto a representação da tecelagem como uma técnica de produção de redes de caça e de pesca, cuja finalidade elementar era a captura de pequenos animais silvestres (MUSSO, 2004; DIAS, 2007; DIAS, SILVEIRA, 2021; COELHO NETO, 2021).

Uma outra referência, atinente a sua gênese, “esteve associada à metáfora do organismo, relacionando rede à organização de fluxos ou tecidos no corpo” (COELHO NETO, 2021, p. 30). Nessa perspectiva, a rede aparece como uma unidade explicativa para a correlação entre o fluxo sanguíneo pelas vias de circulação, ou seja, pelas artérias, também chamadas de veias e/ou vasos capilares. Trata-se de um movimento contínuo que transporta o sangue até o coração, através do sistema circulatório.

Ainda de acordo com Coelho Neto (2021), essa segunda representação também apareceu na antiguidade, na medicina de Hipócrates entre 460-377 a.C. Tais evidências aparecem ainda, em Descartes, na obra “*Traité de l’Homme*. Na referida obra, Descartes trata o organismo humano, especificamente a rede de circulação sanguínea, equiparando seu funcionamento ao de uma máquina hidráulica.

Isso demonstra que a utilização da ideia/noção de rede não é algo recente na história da sociedade. Entretanto, na contemporaneidade, diversos campos do conhecimento têm direcionado maior atenção para as múltiplas redes, no tempo, no espaço e no uso das propriedades do território, a partir de diferentes contextos e realidades. Com isso, tem intensificado a prospecção e apropriado da noção de rede, através de sua estrutura lógica de funcionamento, incluindo nesse rol, as diversas ciências, fazendo da noção rede, agora uma categoria de análise.

Dessa forma, há uma multiplicidade de interpretações dessa noção que se relativiza em cada abordagem e/ou ciência. No caso das ciências humanas, sua utilização está voltada, majoritariamente, para o entendimento da realidade concreta das complexas interações entre os

sujeitos e o mundo. Contudo, sua abordagem também se distingue, a considerar a tipologia de rede estudada, em função de determinados fenômenos, sejam eles técnicos-científicos-informacionais, orgânicos, físicos ou sociais, como exemplos. A trama das redes contemporâneas apresenta múltiplos e difusos significados, podendo ser compreendidas,

Como um modo de raciocínio, a rede se torna uma chave universal, utilizada em diversos campos disciplinares para explicação de sistemas complexos, a exemplo da sociedade, do cérebro, do corpo, do planeta e do mundo. Já como modo de organização do espaço-tempo, a rede é concebida como matriz técnica, remetendo-se à existência de um denso, complexo e interligado sistema de infraestruturas técnicas que viabilizam as novas possibilidades de organização territorial das sociedades e apresenta-se como locomotiva da transformação social (COELHO NETO, 2021, p.33).

É a partir desse pressuposto que a REFAS Piemonte, enquanto organização social, está sendo estudada. Afinal, trata-se de uma articulação entre pessoas que apresentam similaridades em suas atividades de trabalho, ou seja, na produção de alimentos agroecológicos. Essa articulação converge para a espacialização contígua de suas ações estratégicas (frente a uma lógica de mercado excludente) pelo território. Nesse contexto, sua complexidade se dá em função da existência de múltiplas redes, dentro dessa estrutura organizacional, conforme será explicitando mais adiante.

Para melhor entender o contexto e concepção de rede, acolhidos nesse trabalho, cabe-nos destacar alguns aspectos relevantes, correspondentes a apropriação e uso desse conceito à luz da ciência geográfica. Logo, recorreu-se com maior afinco a um arcabouço teórico, voltado para o campo das humanidades e das ciências sociais aplicadas, dando ênfase aos estudos e contribuições de autores da geografia (SANTOS, 1996; DIAS, 1995, 2021; CORRÊA, 2000, 2011; SOUZA, 2013; SANTIAGO, 2021; COELHO NETO, 2021).

Evidentemente, a rede tem aparecido nesse campo do conhecimento, voltada preponderantemente para o estudo das diversas formas de organização social, sejam elas coletivas, relacionadas a grupos formais e/ou informais da sociedade civil (SCHERER-WARREN, 2002; 2006; MUSSO, 2004; SCHMITT, 2011; COELHO NETO, 2021), bem como, grupos empresariais corporativistas (CASTELLS, 1999; SANTOS, 1996, 2014; 2014; VENCESLAU, 2012).

Ademais, é possível mencionar ainda, que o advento da noção de rede na geografia, enquanto uma perspectiva de abordagem, se deu a partir da década de 1960. De acordo com Souza (2013), foi ampla a difusão dessa categoria no Brasil, na França e no Mundo Anglo-Saxônico, chegando a ganhar maior repercussão e notoriedade, desde o período que corresponde a década de 1990, até os dias atuais.

Na geografia, por exemplo, os estudos sobre redes urbanas (ou sistemas urbanos, ou ainda, sistemas de cidades) foram extremamente importantes nas décadas de 1960 e 1970, e alguns trabalhos pioneiros (como os do geógrafo *Johan Georg Khol*, ou também as esparsas, mas interessantes reflexões de *Elisée Reclus* a respeito) nos remetem ao século XIX e ao começo do século XX (SOUZA, 2013, p. 163).

Num sentido geral, ficou evidente após uma densa revisão bibliográfica que historicamente, grande parte dessas abordagens tem dado maior ênfase as redes, inscritas no espaço urbano, considerando suas mais variadas tipologias. A exemplo das redes de cidades (CORRÊA, 1989, 1996, 2000, 2004, 2011; DIAS, 1995, 2021; SANTANA, 2006) e as redes técnicas, típicas do período técnico-científico-informacional (SANTOS, 1996, 2014; CHRISTALLER, 1966) que contemplam as redes viárias, rede de transportes, rede de esgoto, rede de distribuição de energia elétrica e redes informacionais.

Para Santiago (2013, 2021), na contemporaneidade, a noção de rede vem se revelado como uma categoria analítica mais ampla e complexa, associada aos fluxos de circulação, comunicação e comercialização, de modo que atravessam e se apropriariam do potencial territorial e da criação de novas territorialidades; como partes conexas da totalidade viva, em qualquer situação geográfica. Sua utilização é fundamental para compreender as complexas organizações, bem como, as novas dinâmicas socioespaciais, estejam elas, manifestas no espaço urbano ou rural, sejam elas redes técnicas ou sociais, ligadas também as organizações e movimentos (ZIBECHI, 1997).

Com efeito, constatou-se a relevância dessa abordagem, enquanto uma temática emergente e confluyente para novas dinâmicas socioespaciais. Portanto, é fundamental ampliar os horizontes de pesquisas no âmbito da Geografia, voltando o olhar também para as diversas redes, inscritas no espaço rural, inclusive as redes de organizações sociais populares. É notável que na atualidade tem se tornando uma estratégia organizativa latente, que fortalece as iniciativas e ações populares nos diversos espaços de decisão/política, de modo a confrontar o modelo de produção hegemônico. As redes estratégicas, que compreendem as de organizações sociais populares e/ou movimentos sociais,

[...] pressupõe a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas. Em seu sentido mais amplo, se constitui em torno de uma identidade ou identificação, da definição de adversários ou opositores e de um projeto ou utopia, num contínuo processo em construção e resulta das múltiplas articulações (SCHERER-WARREN, 2006, p. 113).

Ademais, vale ponderar que as ações empreendidas por organizações sociais, como a REFAS Piemonte, geralmente apresentam pontos convergentes em suas ações. No caso específico da organização estudada, o que legitima a confluência de ações comuns que se dão no âmbito do acontecer solidário (SANTOS, 1996), é a manifestação de uma identidade coletiva

congênera. Explícita nas estratégias de organização, produção, consumo e comercialização agroecológica de alimentos, no território Piemonte da Diamantina.

3.3 REFAS Piemonte: uma rede local e territorial de produção e comercialização de alimentos agroecológicos no Piemonte da Diamantina (Bahia)

A articulação da rede de feiras agroecológicas do Piemonte exprime um certo grau de complexidade, sobretudo na organização do espaço. Sua densa infraestrutura técnica, intrínseca a sua estrutura organizacional, culminam na formação de uma rede geográfica de abrangência local e territorial, formada por fixos e fluxos. Essa rede é movida, a partir de novas relações de contiguidade e horizontalidade que atravessam o território. As quais, segundo Dias (1995), se caracterizam como um importante instrumento para compreender as dinâmicas do território.

Nesse sentido, percebe-se nas contribuições mais recentes de Corrêa (2011), um amplo esforço em elucidar a geograficidade dessa categoria/conceito, propondo também sua operacionalização. Diante disso, vale evidenciar sua concepção de rede geográfica, além da tipologia por ele elaborada. “As redes geográficas são redes sociais espacializadas. São sociais em virtude de serem construções humanas, elaboradas no âmbito de relações sociais de toda ordem, envolvendo poder e cooperação, além daquelas de outras esferas da vida” (CORRÊA, 2011, p. 200).

Ademais, é acrescentado ainda, que tais redes são “constituídas por um conjunto de localizações interconectadas” (CORRÊA, 2011, p. 1), dando destaque para dois aspectos primordiais, a serem considerados – a espacialidade e a natureza social, como característica elementar que as distingue das demais redes. É importante salientar que as redes se configuram, a partir de funções a elas atribuídas, no intuito de atender demandas e/ou interesses prioritários, sejam eles individuais ou coletivos.

[Pois] ganham uma dimensão única e socialmente concreta, graças a ocorrência, na contiguidade, de fenômenos sociais agregados, baseados num acontecer solidário, que é fruto da diversidade e num acontecer repetitivo, que não exclui a surpresa. As redes são um veículo de um movimento dialético que, de uma parte, ao Mundo opõe o território e o lugar; e, de outra parte, confronta o lugar ao território, tomado como um todo (SANTOS, 2003, p. 182).

No território Piemonte da Diamantina, a rede se configura, a partir da articulação de pequenos grupos de agricultoras/es que trabalham numa perspectiva de produção agroecológica articulando-se com os demais grupos locais, em cada um dos municípios conectados em rede, através da REFAS Piemonte. Nesse movimento, o que acontece é a intercambialidade entre pessoas e lugares contíguos. A identidade comum entre eles/as, fortalece os vínculos,

potencializando o engajamento e participação popular, além de alimentar o fluxo das interações e trocas de saberes e experiências entre esse grupo social.

Santos (2014, p. 168) destaca que as redes são mistas, imbuídas de materialidade e ação. Elas podem se espacializar em diferentes escalas, sejam elas: globais, locais ou mesmo territoriais, desempenhando papel relevante na organização do espaço geográfico. As redes locais são aquelas que, a depender da sua funcionalidade, confronta a ordem perversa do mercado global e a mundialização dos espaços.

No meio local, a rede praticamente se integra e dissolve-se através do trabalho coletivo, implicando um esforço solidário e diversos atores. Esse trabalho solidário e conflitivo é, também, co-presença num espaço contínuo, criando o cotidiano da contiguidade. A esse recorte territorial, chamamos de horizontalidades. [...] Nesses espaços da horizontalidade, alvo de frequentes transformações, uma ordem espacial é permanentemente recriada, onde os objetos se adaptam aos reclamos externos e, ao mesmo tempo, encontram, a cada momento, uma lógica interna própria, um sentido que é seu próprio, localmente constituído. É assim que se defrontam a lei do mundo e a lei o lugar. (SANTOS, 2014, p. 168)

Assim, a REFAS Piemonte é concebida como uma rede geográfica de caráter local e territorial, por considerar que suas ações são engendradas inicialmente, nas unidades locais de produção, se expandem para as unidades locais de comercialização e se complexificam espacialmente pelo território Piemonte da Diamantina, através de sua estratégia organizacional que se dá, de maneira articulada. Além disso, sua infraestrutura técnica e organizacional vai repercutir diretamente na reprodução de múltiplas articulações no âmbito dessa mesma rede.

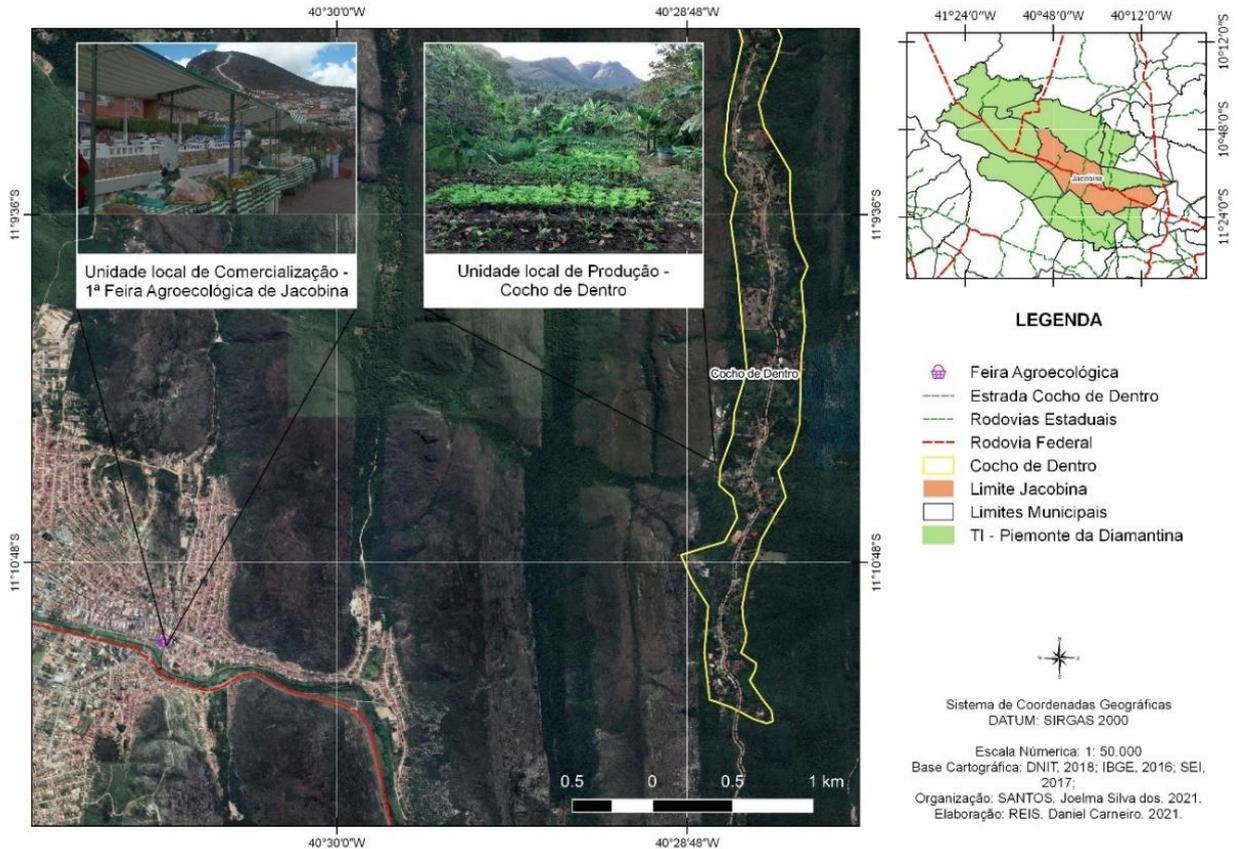
Para consubstanciar esse trabalho, faz-se necessário recorrer a proposição de Corrêa (2001) que ao formular uma tipologia detalhada, apresenta três dimensões passíveis de análise na constituição das redes geográficas, a saber: a dimensão organizacional, temporal e espacial. Em síntese é preciso saber: como, quando e onde se constituíram tais redes.

Diante disso, vale salientar que a REFAS Piemonte se caracteriza como uma rede geográfica, a partir de aspectos que comportam sua infraestrutura técnica e também estrutura organizacional. A infraestrutura técnica compreende um indissociável conjunto de ações que ocorrem no âmbito da produção e comercialização de alimentos agroecológicos. Já a estrutura organizacional é composta por três principais representatividades sociais: as famílias agricultoras; o público consumidor/clientes e as instituições parceiras.

No contexto da infraestrutura técnica, é importante mencionar que tais processos se materializam basicamente em duas unidades espaciais (mapa 2): nas unidades locais de produção familiar (fixos) – as roças, os quintais, as cozinhas, onde são produzidos diversos tipos de alimentos, como: hortaliças, frutas, verduras, leguminosas, além de alimentos

processados; bem como, nas unidades locais de comercialização de alimentos agroecológicos (fluxos) – a feira agroecológica (SANTOS; SANTIAGO, 2021).

Mapa 2: Infraestrutura técnica da rede local de produção e comercialização da REFAS Jacobina.



Organização e elaboração: SANTOS, Joelma S. dos; CARNEIRO, Daniel Reis, 2021.

A organização da Rede e Feiras Agroecológicas do Piemonte e sua composição funcional são concebidas como elementar, sobretudo como apresentar-se como alternativa de uso sustentável do território. Além disso, sua característica estratégica na organização popular de agricultoras/es familiares pode potencializar o protagonismo e empoderamento desse grupo social, que historicamente foi subalternizado, ficando reféns da ordem controladora, ditada pelo mercado global.

Emerge, portanto, um movimento articulado de resistência dos lugares contíguos, conforme preconizado por Milton Santos (1996; 2003; 2014). Isso demonstra que nas novas dinâmicas socioespaciais da contemporaneidade, a trama das redes pode acontecer também nos espaços da contiguidade, onde predominam as relações horizontais, no âmbito das articulações populares que produzem, consomem e comercializam alimentos agroecológicos. Esses agentes sociais que vivem nas comunidades rurais dos municípios do território Piemonte da Diamantina, encontram-se interconectados, em torno de um interesse comum.

4. O DESENVOLVIMENTO LOCAL E TERRITORIAL SUSTENTÁVEL NA PERSPECTIVA DA REFAS PIEMONTE

Perceber a essência das contradições, inerente a determinados processos sociais é tão pertinente quanto conhecer os conflitos e criticar a base estruturante que produz e ao mesmo tempo deforma a nossa realidade socioespacial. É essencial reconhecer e elucidar as alternativas capazes de promover a superação de tal realidade de exploração, injustiças e desigualdades. As diversas problemáticas sociais são, na verdade, fruto de um constante choque de interesses que simultaneamente, tem atravessado gerações, reproduzindo-se nas mais variadas escalas e dimensões, comprometendo sobremaneira, a manutenção da vida/existência.

Ao elucidar o contexto desse estudo é importante destacar que a REFAS Piemonte, como rede organizacional de produção e comercialização posiciona-se antagonicamente à lógica de produção hegemônica. Assim, nesse movimento, a rede de feiras agroecológicas se apresenta, por meio de suas ações, como um modelo alternativo ao modelo convencional agroexportador. Sua oposição, se externaliza nas estratégias de organização social popular, bem como nas práticas agroecológicas que convergem para a consolidação de uma agricultura sustentável.

A agricultura sustentável apoia-se no enfoque agroecológico visando manter a produtividade agrícola com o mínimo de impactos ambientais e com retornos econômico-financeiros adequados à meta de redução da pobreza, atendendo às necessidades sociais da população rural (ALTIERI, 2000, p. 11)

A lógica de produção desse modelo alternativo, contraria a lógica hegemônica e corrobora para a organização individual, familiar e coletiva das/os agricultoras/os. A maneira como esse grupo social interage e se posiciona localmente, configura-se como uma estratégia de resistência às investidas de controle, engendrada pela ordem econômica e produtivista do mercado global. Tal fato, expressa em síntese, a resistência e potência dos lugares.

Essas estratégias estão embricadas no uso sustentável dos recursos do território, fazendo parte do modo de vida das famílias agricultoras da REFAS. Nesse sentido, as particularidades das práticas agroecológicas se revelam no âmbito da produção, a partir de algumas ações predominantes que a distingue da agricultura convencional. A otimização e potencialização dos recursos internos, existentes nas propriedades, bem como, nas unidades de produção comunitária, além da incorporação de práticas de manejo prioriza a diversificação da produção.

No cercamento das propriedades são usadas madeiras, extraídas do próprio lugar, dispensando assim, o uso de arames farpados (isso foi observado na fazenda Água Branca de Fora na propriedade de uma das agricultoras pesquisadas). Outros dois exemplos comuns são: o uso palhas de coqueiros ou licurizeiros para realizar a

cobertura de construções (moradias humanas e de animais), e a utilização de adubos orgânicos (esterco animal), aproveitados da propriedade e das próprias criações sejam elas de origem bovina, avícola ou de ovinos (SANTOS, 2017, p. 26).

A adoção de práticas como essas, asseguram o uso racional dos recursos localmente disponíveis, possibilitando maior autonomia na gestão da unidade de produção familiar. Além disso, o processo produtivo, independe de insumos externos, uma vez que durante o manejo das unidades são incorporados recursos naturais, locais, tanto para potencializar a produção, como também, para conter a disseminação de pragas e doenças nas plantações.

Com a finalidade de potencializar a produção são adotadas algumas técnicas, a exemplo do uso de adubos orgânicos, cobertura morta/vegetal (com folhagens secas, usadas para mitigar a evaporação), além da produção de biofertilizantes e defensivos naturais. No que concerne ao controle de pragas e doenças, geralmente usam repelentes naturais. *“A gente faz defensivo natural de nim, de folha de pinha, arruda, pimenta, cravo defunto. A gente usa adubo natural... adubo de galinha, de vaca, de ovelha. [...] Contra formiga a gente usa manipueira de mandioca”* (NSS, 51 anos, REFAS Saúde, 2022).

A compostagem também é uma prática comum entre as famílias agricultoras da REFAS, conforme é possível perceber na narrativa de uma agricultora da comunidade rural Inácio João, pertencente ao município de Caém-BA. *“O adubo também é nois (sic) quem faz. Faz compostagem. A gente aprendeu nos curso da COFASPI, aí nois (sic) usa compostagem. Nois (sic) ajunta (sic) adubo de galinha, adubo de gado e as folhas que cai, pega e faz a compostagem pra poder levar pra os canteiro”* (ESS, 58 anos, REFAS Caém, 2022).

Outra característica que distingue as práticas agroecológicas da agricultura convencional é a diversificação da produção. Enquanto na agricultura convencional as práticas predominantes são de monocultivo, ou seja, a produção individualizada de uma única cultura na mesma área, como por exemplo, o cultivo de soja, cana-de-açúcar, arroz, algodão. Na agroecologia há uma maior otimização dos espaços de produção, através do consórcio entre diversas culturas numa mesma área, ou seja, são adotadas práticas de policultivo¹⁴.

De acordo com Novais (2017), para as agricultoras familiares da comunidade de Coxo de Dentro, situada no município de Jacobina-BA, a diversificação de culturas se caracteriza como uma prática de forte relevância na produção agroecológica, uma vez que a policultura

¹⁴ A prática de policultivo ou policultura é comumente realizada por agricultores/as familiares, através da adoção de cultivo consorciado, ou seja, o cultivo de diversas culturas (tipos de plantas), numa mesma área de produção. A principal finalidade é otimizar o uso de pequenas áreas (minifúndios), bem como potencializar a produção, por meio da diversificação de culturas. Se caracteriza como uma prática antagônica ao modelo de produção do agronegócio que por sua vez adota majoritariamente, práticas de monocultivo.

ajuda a favorecer a segurança alimentar das famílias, viabiliza a incorporação de rendimentos no orçamento familiar, bem como, contribui para um maior equilíbrio ecológico local e estabilidade produtiva nas áreas de cultivo, considerando a baixa incidência e pragas e doenças.

A agricultora 05 justificou que além da venda na feira, o consumo próprio também é motivo para diversificar. Para ela, ‘a variedade é bom para poder agradar o cliente. [Ele] sempre procura. Aí se a gente não tem fica com vergonha. É bom pra gente também, invés de comprar lá fora, tem da os gente mesmo’ (NOVAIS, 2017, p. 48).

Em termos gerais, o policultivo torna as unidades produtivas multifuncionais e segundo Altieri (2012), garante uma produtividade significativa que pode variar entre 20 a 60%, quando comparado ao monocultivo que apresenta o mesmo nível de manejo, uma vez que há uma maior variedade de produtos colhidos, por unidade de área. Logo, a diversidade de alimentos nas unidades locais de comercialização – nas feiras agroecológicas, propicia uma melhoria significativa na renda das famílias. Afinal, com a maior variedade de oferta de alimentos, há também, uma maior contemplação das necessidades e exigências do público consumidor.

Ademais, vale salientar que, de acordo com algumas informações obtidas através de diálogos com as famílias da REFAS, a otimização no uso dos espaços das unidades locais de produção se faz necessária, haja vista que a maioria, senão todas as propriedades rurais dessas famílias, tratam-se de minifúndios, ou seja, pequenas propriedades, cuja área é inferior a um módulo rural/fiscal (MEDEIROS, 2012), esses espaços são usados de maneira integrativa.

Essa estratégia acontece, mais por uma questão de necessidade, na qual as famílias agricultoras buscam uma espécie de adaptação a essa realidade fundiária, desigual. Embora, por um lado, esse gargalo condicione a produção diversificada e sustentável, há uma pequena escala, por outro lado, desmistifica a ideia de que é preciso dispor de grandes extensões de terra/latifúndios para garantir uma produção satisfatória de alimentos.

No Brasil são muitos os dados oficiais (IBGE, 2017; CONAB, 2021) que legitimam a relevância da agricultura de base familiar, sobretudo a partir de sua expressiva participação na produção de alimentos para consumo interno. Afinal, quem tem garantido o abastecimento de mercados locais, bem como, a oferta dos principais alimentos que fazem parte o cardápio brasileiro é a agricultura de base familiar. Sabe-se que as famílias agricultoras trabalham nos moldes da agricultura tradicional, ou seja, reproduzindo muitas vezes, as diversas práticas agroecológicas, em suas pequenas unidades de produção.

Responsável por grande parte dos alimentos consumidos pelos brasileiros e de acordo com o último levantamento do IBGE, publicado no Censo Agropecuário, 2017, a agricultura familiar é a base da economia de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes, ocupando uma área total de 80 milhões de hectares, com cerca de 12 milhões de agricultores que tem nesta atividade a sua principal ocupação, produzindo 60% do leite, 59% dos suínos, 50% das aves e 30% dos bovinos. Na

agricultura, produz 87% de mandioca, 70% de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% de arroz e 21% do trigo de todo o país (CONAB, 2021, p. 30).

No caso específico do feijão, alimento tradicional na mesa de brasileiras/os, é comum que seu cultivo aconteça de forma consorciada com outras culturas, ou ainda, integrando-as à vegetação nativa, juntamente com milho, mandioca, mamona, abobora, sorgo, gergelim e girassol, por exemplo; conforme acontece na comunidade Água Branca de Fora (Saúde-BA), onde os meus pais vivem e produzem. (figura 13).

Figura 13: Cultivo consorciado na agricultura familiar de base ecológica, em comunidade da REFAS Saúde.



Fonte: SANTOS, Joelma S. dos, 2019.

No caso específico do território Piemonte da Diamantina que se encontra inserido numa região de clima Semiárido¹⁵, o cultivo de feijão, milho e mandioca, também ocorre de forma consorciada e rotacional. Essa atividade é desenvolvida, predominantemente, em áreas de sequeiro, onde não há nenhum sistema de irrigação mecanizado. Nesse caso, há dependência da precipitação natural, em quantidade satisfatória para garantir uma boa safra.

Enquanto isso, o agronegócio, ou a chamada agricultura moderna/convencional preocupa-se em produzir *commodities*, uma vez que sua produção se dá em grande escala, voltada prioritariamente para o comércio/transações no mercado global. Sua principal finalidade é garantir maior lucratividade para a elite produtora e empresas corporativistas desse setor. O monocultivo de grãos, destinados à exportação é um típico exemplo disso. Os interesses

¹⁵ O Território Piemonte da Diamantina faz parte da área de abrangência do Semiárido, e todos os municípios estão inseridos na Região Semiárida. Predomina o clima semiárido, com precipitação média de 650 mm (SEI, 2018, p. 17).

inerentes aos donos desse meio de produção é a acumulação do capital, sem importar-se com dos problemas sociais e ambientais, decorrente dessa ação.

Outro aspecto que difere esses dois modelos é que, enquanto a elite produtora e as empresas corporativistas do agronegócio buscam o lucro via trabalho assalariado, nas atividades agroecológicas, a produção é para autossustento e se materializa, predominantemente, pela força de trabalho familiar e comunitária (figura 14). Como isso, possibilitando as condições necessárias para a reprodução da família, bem como, para a satisfação de suas necessidades (SAMPAIO, 2011; RIBEIRO, 2012).

Mesmo quando se aumenta trabalho, não se busca lucro, mas o bem estar da família. Pode ocorrer também a busca pelo lucro, desde que direcionado ao interesse a reprodução da família, diferente da empresa capitalista, que não há separação entre gestão e trabalho, lucro e produção (SAMPAIO, 2011, p. 6).

Figura 14: Força de trabalho familiar e comunitária nas comunidades Palmeira e São Roque da REFAS Mirangaba.



Fonte: Fanpage/Facebook REFAS Piemonte, 2023.

Tais fatos corroboram para o entendimento de que ambos os processos revelam as contradições e desigualdades entre a produção que se dá numa perspectiva local, para aquela que busca alcançar o mercado global. Nessa segunda, a ordem que prevalece é a econômica, cuja finalidade é atender as necessidades do capitalismo global. Por outro lado, agentes e grupos sociais locais tentam resistir as investidas de supressão do modo de ser, existir e produzir das famílias agricultoras, mesmo que, *a priori*, isso signifique ficar às margens da lógica do desenvolvimentismo excludente.

Diante disso, novas realidades como essa se constroem constantemente, de modo que se apresentam latente na contemporaneidade. É o caso da REFAS Piemonte, que tem buscado fortalecer suas ações locais, de forma estratégica, contando com organização social popular, em rede. As famílias agricultoras fortalecem e dinamizam suas práticas, a partir de ações coletivas

conjuntas e momentos de trocas solidárias, entre si. Uma representante das instituições parceiras da REFAS, entende que tais ações cooperam para o desenvolvimento sustentável do território.

Essa mesma representante afirma que o desenvolvimento sustentável acontece, sobretudo, *“quando há uma autonomia, dependendo o mínimo possível de insumos externos e com responsabilidade ambiental, social e econômica, pensando nas gerações presentes, mas preservando os recursos naturais existentes para que as futuras gerações também tenham acesso”* (VCM, 29 anos, COFASPI, 2022).

Dessa forma, a proposta dessa seção é conjecturar um modelo de desenvolvimento que contemple as ações empreendidas pela REFAS, partindo de uma perspectiva local, que ao nosso ver, consubstancia o uso sustentável do território. Em suma, a sustentabilidade inerente a essa ideia de desenvolvimento, advém do potencial de transformação social das práticas agroecológicas. Nesse sentido, agentes e grupos sociais locais são concebidos como sujeitos, promotores de ações e práticas sustentáveis que assegurem, a longo prazo, as condições necessárias para manutenção da existência humana e da preservação da sociobiodiversidade.

Nessa perspectiva, o intuito dessa discussão é estabelecer algumas inferências acerca a realidade concreta da organização (em rede), produção e comercialização de alimentos agroecológicos, no âmbito do desenvolvimento local e territorial sustentável do território Piemonte da Diamantina. Com efeito, algumas ponderações foram realizadas inicialmente, para que possamos refletir acerca da problemática do modelo produtivista e desenvolvimentista do agronegócio que, em síntese, diverge da produção familiar agroecológica, em diversos aspectos.

Assim, essa seção busca explicitar dialogicamente tal discussão, trazendo os resultados das pesquisas de campo. Vale ressaltar que foi dado maior ênfase aos aspectos que convergem para uma reflexão temática, acerca do uso sustentável do território, a partir das ações empreendidas pela REFAS, além de seus rebatimentos no desenvolvimento local das comunidades rurais e municípios, integram o território Piemonte da Diamantina, resultando também na sustentabilidade territorial.

Para avançar nessas ponderações é imprescindível salientar que a perspectiva elementar de desenvolvimento abordada aqui, é aquela concebida primordialmente pelos próprios agentes sociais, integrantes da Rede de Feiras Agroecológicas do Piemonte, participantes diretos do processo de uso do território para fins de produção de alimentos agroecológicos.

4.1 A produção agroecológica: uma problemática do desenvolvimento territorial de base local

“Produzir agroecologicamente é muito desafiador” (ESSJ, 37 anos, REFAS Jacobina, 2022), diz uma agricultora da REFAS Piemonte, moradora da comunidade rural Campestre, pertencente ao município de Jacobina. A fala dessa agricultura sintetiza a pertinência dessa discussão que envolve a produção agroecológica, como uma problemática do desenvolvimento territorial de base local (SAQUET; ALVES, 2014). Sua relevância, está sobretudo, nas ações coletivas, em rede e também nas práticas agroecológicas, que remetem a apropriação e uso sustentável dos recursos localmente disponíveis no território.

Diante dos principais desafios contemporâneos atinentes a produção agroalimentar, está mais que evidente os problemas sociais, ambientais e culturais advindos do modelo de produção hegemônico. Modelo esse, projetado para atender, prioritariamente, os interesses de capitalistas, favorecendo a concentração e acumulação de financeira. Nele a natureza exterior, que passou a ser explorada desenfreadamente, tende ao esgotamento, uma vez que, esse processo segue em ritmo acelerado. Ao falar disso, evidencia-se um modelo de desenvolvimento exploratório, excludente e degenerativo, respaldado pela ordem econômica global.

Essa é uma perspectiva de desenvolvimento a serviço dos detentores dos meios de produção, ou seja, aqueles que reproduzem suas riquezas, explorando a força de trabalho dos que se encontram às margens desse processo, essa é a lógica do capitalismo. Em outras palavras, é possível concebê-lo como um modelo insustentável, sobretudo, se considerarmos, a longo prazo, todos os problemas estruturantes, dele decorrente. Nesse sentido, nos compete pensar, enquanto cidadãs/os, seria então possível, conjecturar outras perspectivas de desenvolvimento no capitalismo global?

A pretensão aqui não é trazer respostas prontas, mas sim propor uma reflexão sobre tais possibilidades. Em outros momentos desse trabalho, foram evidenciadas algumas contribuições de Santos (1996, 2000, 2004, 2014), instigando-nos a pensar sobre a resistência dos lugares, ao confrontar a ordem hegemônica global. Portanto, é nessa perspectiva que relacionamos as ações populares/coletivas como base fundante das estratégias de resistência, centralizadas na reprodução de um modo de vida, bem como de um modelo de produção agroalimentar mais saudável e sustentável.

O atual modelo de desenvolvimento capitalista está baseado na depredação, exploração e acumulação, tendo por imperativo máximo a dimensão econômica, que se sobrepõe e condiciona as outras dimensões da vida humana. Esse paradigma nos

desafia a repensarmos os parâmetros atuais do desenvolvimento e efetuarmos profundas mudanças de atitudes, pessoais e coletivas, sobretudo, na maneira de nos relacionar com as pessoas, a natureza e o mercado de consumo. É nessa perspectiva que somos convocados a construir um modelo sustentável de desenvolvimento. (BAPTISTA; CAMPOS, 2013, p. 73)

Boff (1999) também nos convida a pensar o desenvolvimento, a partir de ações e práticas sustentáveis que corroboram com a manutenção da vida, da conservação dos diversos elementos da natureza exterior, da preservação dos saberes e tradições populares locais, bem como, da dignidade humana.

Diz-se que o novo desenvolvimento deve ser sustentável. Ora não existe desenvolvimento em si, mas sim uma sociedade que opta pelo desenvolvimento que quer e precisa. Dever-se-ia falar de sociedade sustentável. Sustentável é a sociedade ou planeta que produz o suficiente para si e para os seres dos ecossistemas onde se situa; que toma da natureza somente o que ela pode repor; que mostra um sentido de solidariedade geracional, ao preservar para as sociedades futuras os recursos naturais de que elas precisarão (BOFF, 1999, p. 137).

Quando a temática do desenvolvimento for abordada à luz dessa perspectiva, aí sim podemos pensar numa lógica mais justa e sustentável, sobretudo para os agentes e grupos sociais locais. Se o sistema hegemônico e sua lógica de funcionamento é uma criação social, ele é, portanto, passível de mudanças, rupturas e/ou reestruturação. Não se trata de utopia, mas sim, de possibilidades reais e urgentes que vem sendo engendradas por uma camada da sociedade. Contudo, para que isso ocorra efetivamente, é preciso fortalecer e impulsionar as ações coletivas das organizações sociais populares, considerando, *a priori*, as iniciativas locais.

Em se tratando de uma perspectiva de produção agroalimentar sustentável, percebe-se que não será um processo rápido, tampouco fácil, porém se faz necessário potencializar, constante e continuamente a luta coletiva dos agentes sociais que, de maneira resiliente, vem se reinventando e resistindo as investidas do modelo de produção/desenvolvimentista, exploratório, excludente e degenerativo, sempre respaldado pela ordem econômica global. Portanto, a produção agroecológica alternativa se configura, de fato, como um processo desafiador, conforme legitimado inicialmente nas palavras da agricultora da feira agroecológica de Jacobina (ESSJ, 37 anos, REFAS Jacobina, 2022).

Vale salientar que no contexto desse trabalho, o ser humano e a natureza são considerados indissociáveis e interdependentes. Portanto, diante de toda a problemática evidenciada, é fundamental que o usufruto e a gestão da natureza exterior aconteçam progressivamente e com responsabilidade social, tanto individual, como coletiva, ponderando sobre as reais necessidades da sociedade contemporânea e, além disso, com compromisso transgeracional. Portanto, pensar a reprodução social e manutenção da existência humana pressupõe considerar todas as questões levantadas.

A sociedade não está separada da natureza. A reprodução do homem é, ao mesmo tempo, continuidade da sociedade em que vive e substantiva, a reprodução do social e do natural que está nele e em suas obras. Há uma síntese dialética do social e do natural, entre o homem-natureza e o homem-sociedade, uma interdependência contínua e efetiva, portanto, a natureza exterior a nossos corpos precisa ser gerida com responsabilidade, protegida e utilizada conforme suas características em cada estabelecimento rural e urbano, em cada local, em cada território, como ocorre na produção agroecológica (SAQUET, ALVES, 2014, p. 579).

De fato, na produção agroecológica, há uma maior interação social-natural, mediada por relações simétricas de troca e cuidado, sobretudo na gestão das unidades locais, durante o manejo dos agroecossistemas¹⁶. Isto é, dos quintais, das roças, dos apiários e de todos os espaços produtivos no interior das propriedades, incluindo as cozinhas familiares, casas de mel e casas de farinha comunitária, onde são processados alimentos que também são produzidos e comercializados nas unidades locais de comercialização (figura 15). Desses lugares são extraídos da natureza apenas o essencial ao desenvolvimento das práticas agroecológicas, de modo que assegure a produção dos rendimentos necessários a reprodução e manutenção das famílias.

Figura 15: Unidades locais de produção familiar da REFAS Piemonte



Fonte: SANTOS, Joelma S. dos, 2018.

Em contato direto com as famílias agricultoras/feirantes, em suas respectivas unidades locais de comercialização foram obtidas, através de entrevista semiestruturada, algumas

¹⁶ Os agroecossistemas podem ser entendidos como sistemas agrícolas dentro de pequenas unidades geográficas, no qual a ênfase está nas interações entre as pessoas e os meios pelos quais os alimentos são produzidos numa determinada propriedade – as roças, as pastagens, o cultivo de forragens, bem como, os quintais produtivos, por exemplo (SANTOS; CARVALHO, 2022, p. 66).

informações acerca dos principais tipos de alimentos por elas/es produzidos (quadro 1). Na ocasião, ficou explícito que os produtos comercializados semanalmente nas feiras agroecológicas são os mesmos alimentos que as famílias produzem para o autoconsumo.

PRINCIPAIS ALIMENTOS PRODUZIDOS E COMERCIALIZADOS NAS FEIRAS DA REFAS

Município	Hortaliças	Verduras/ legumes	Frutas	A. Processados
REFAS Jacobina	Alface, coentro, cebolinha, couve, rúcula.	Chuchu, cenoura, andu, aipim, beterraba, feijão verde, batata doce, rabanete, nabo.	Banana, manga, abacate, laranja, maracujina.	Beiju, tapioca/fécula de mandioca, óleo de babaçu,
REFAS Saúde	Alface, coentro, cebola, cebolinha, couve, rúcula, salsinha.	Cenoura, beterraba, feijão verde, andu, quiabo, aipim, pimenta.	Acerola, pinha, seriguela, umbu, mamão, tangerina, caju, tomatinho cereja, maracujá da caatinga.	Biscoito/ sequilhos de tapioca, brividade, doce de leite, licuri, coco, banana, goiaba, bolo, mel, óleo de licuri, licor.
REFAS Caém	Centro, alface, rúcula, hortelã, salsa, acelga, cebolinha, orégano, hortelã, espinafre.	Cenoura, alho poró, beterraba, aipim, pimentão, chuchu, açafraão.	Laranja, banana, graviola, mamão, goiaba.	-
REFAS Mirangaba	Coentro, cebolinha, alface, salsa.	Aipim, pimentão, cenoura, abóbora.	Tangerina, abacate, jaca, manga, banana.	-
REFAS Várzea nova	Alface, coentro, rúcula, salsa, espinafre, couve.	Feijão, abóbora, nabo, rabanete, cenoura, beterraba, aipim, maxixe, quiabo, batata doce.	Banana, mamão, melancia.	-
REFAS Miguel Calmon	Alface, coentro, cebolinha, couve.	Repolho, cenoura, beterraba, aipim, chuchu.	Banana, tomate, acerola, manga, abacate.	Beiju, farinha, tapioca/fécula de mandioca, mel.

Fonte: Pesquisa de campo, realizada por SANTOS, J. S., 2022.

Vale salientar que além dos alimentos apresentados no quadro acima, existe também outros alimentos que são produzidos apenas com a finalidade de autoconsumo, de modo que não são comercializados nas feiras agroecológicas, são exemplos: leguminosas e cereais, como o feijão e o milho, respectivamente. Os relatos de algumas agricultoras reforçam a predominância de tal fato.

“Feijão e milho a gente planta mais é só pra nosso consumo, a gente usa em casa mesmo” (ESS, 58 anos, REFAS Caém, 2022).

Essa prática demonstra o planejamento estratégico das famílias, a partir de uma ação, cuja prioridade é garantir a segurança alimentar. Nesse sentido, mesmo quando há boas safras, com quantitativos relevantes, ainda assim, esses alimentos são armazenados e estocados, garantindo assim, a manutenção das famílias. Nesse ínterim, o milho produzido, muitas vezes é estocado e usado para alimentar as criações durante grande parte do ano. *“Mês passado*

(agosto/2022) eu produzi milho, mas deixei pra o consumo também. Quando é pouco a gente não traz. Frutas também, quando tem muito a gente traz, quando não tem é só pra nosso uso” (ESSJ, 37 anos, REFAS Jacobina).

Em algumas comunidades que integram a REFAS, essa é uma prática comum, onde tais grãos também são selecionados pelas famílias, armazenados e estocados, como sementes crioulas, ou seja, sementes que foram reproduzidas *in situ*, ao longo de gerações e com características genéticas adaptadas as condições fisiográficas locais. Essa é uma importante estratégia de conservação utilizada no armazenamento de milho e feijão (figura 16). Além do armazenamento de sementes crioulas em recipientes adaptados, como garrafas pet, por exemplo, é também comum que dornas e/ou tonéis de zinco sejam utilizados, sobretudo quando há uma maior quantidade de sementes para ser estocada nos depósitos e/ou bancos familiares (SANTOS; CARVALHO; FERREIRA, 2020).

Figura 16: Seleção e armazenamento de sementes crioulas na comunidade Água Branca de Fora, integrante da REFAS Saúde.



Fonte: SANTOS, Joelma S. dos, 2018.

Ademais, vale ressaltar que os alimentos agroecológicos produzidos, mais especificamente aqueles que foram elencados, representam o quadro geral da produção dos municípios que compõem a REFAS Piemonte. É perceptível que há uma grande variedade de alimentos em cada um deles. Embora atualmente, os municípios de Caém, Várzea Nova e

Mirangaba não contemplem a produção e oferta de alimentos processados. Isso se justifica por diversos fatores (destacados a seguir) que contribuíram para sua fragilização e manutenção das atividades. Além disso, houve um agravamento desse cenário com o enfrentamento da crise sanitária global da pandemia do COVID-19.

Como é sabido, a agricultura familiar agroecológica fora negligenciada por muitos anos, ao longo da história. O direcionamento de maior atenção do setor público e privado esteve voltado para a agricultura convencional/moderna e/ou agricultura agroexportadora, desde os grandes investimentos financeiros dos bancos públicos e privados, como também os incentivos públicos do poder estatal que potencializou o avanço e expansão do agronegócio por todas as partes do país.

Embora, essa tenha sido a realidade concreta do espaço rural, desde a Revolução Verde, nos últimos anos diversos movimentos sociais do campo, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) no Brasil e a Via Campesina (movimento global), tem levantado pautas, mobilizado diversos segmentos e reivindicado direitos comuns, sobretudo o acesso à terra, a comida sem veneno – agrotóxico¹⁷, capaz de assegurar a soberania alimentar.

Os movimentos sociais do campo adotaram o conceito de soberania alimentar como uma alternativa a abordagem neoliberal que aposta num comércio internacional injusto como forma e resolver o problema da fome mundial. Em vez disso, o conceito de soberania alimentar enfatiza o acesso dos agricultores à terra, sementes e água, focando na autonomia, nos mercados locais e circuitos locais de produção-consumo, na soberania energética e tecnológica e nas redes de agricultor a agricultor (ALTIERI, 2012, p. 366)

Nesse sentido, a intensificação da pressão popular no Brasil ganhou maior vigor após o fim da ditadura militar e a redemocratização do Estado brasileiro, instituída pela Constituição Federal de 1988, condição essa, que possibilitou maior repercussão e amplitude das movimentações e lutas sociais no país (FIGUEIREDO, 2020). Um marco nas ações que legitimaram a elaboração de políticas públicas para a agricultura familiar foi a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (PRONAF), de modo que novos olhares começaram a voltar-se para esse setor.

A política pública para a agricultura familiar com maior relevância teve início em 1995 com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O objetivo do programa é fortalecer a agricultura familiar por meio do financiamento subsidiado de serviços agropecuários e não agropecuários. Este programa garante a diversificação de atividades agrícolas nas propriedades familiares, possibilita o empreendedorismo por meio do processamento e agroindustrialização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar, bem como atende às exigências

¹⁷ Em 7 de abril de 2011 foi lançada oficialmente a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, cuja perspectiva é consolidar uma rede em torno da luta unitária contra os impactos severos que os agrotóxicos causam na saúde humana e no meio ambiente. Ao mesmo tempo em que busca explicitar as contradições e malefícios gerados pelo agronegócio, também apresenta a agroecologia como modelo de agricultura viável e capaz de cultivar alimentos e vida saudável. Ver *site* oficial da campanha: <https://contraosagrototoxicos.org/>.

mercadoológicas e de adoção de práticas conservacionistas para uma produção ambiental, econômica e socialmente sustentável (EMBRAPA, s/d).

A *posteriori* outras ações públicas no âmbito da agricultura familiar ganham maior relevo, a partir de 2000, ao final do mandato do governo Fernando Henrique Cardoso com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Contudo, tais ações começam a ser impulsionadas e difundidas nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, respectivamente, ambos do Partido dos Trabalhadores (PT).

No primeiro mandato do governo Lula foi criada a Secretaria de Desenvolvimento Territorial, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (FIGUEREDO, 2020). Naquele contexto, o Estado começa a fomentar e fortalecer as estratégias de produção agroalimentar no espaço rural, com uma atenção especial para a produção diversificada, que se dá no âmbito das pequenas unidades locais e a partir da força de trabalho familiar.

Entretanto, em 2016, após o Golpe (processo de *impeachment*) sofrido pela presidenta Dilma Rousseff, há uma série de mudanças na conjuntura política o país, sobretudo a partir do momento em que Michel Temer assume o comando interino do governo brasileiro. Nesse contexto, houve uma interrupção massiva da estruturação e manutenção das ações públicas de apoio à agricultura familiar e conseqüentemente um enfraquecimento do movimento e práticas agroecológicas, envoltas na realidade desse grupo social. Ali começava um processo de desmonte, ancorado no discurso pró-agronegócio, defendido e difundido pela frente parlamentar/bancada ruralista do Congresso Nacional.

Figueiredo (2022) explicita que entre as ações de desmonte, iniciadas no governo interino, umas das que teve forte impacto (negativo) na vida das famílias agricultoras foi a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o qual direcionava ações de apoio e fortalecimento a esse setor produtivo. Esse quadro não melhorou com mudança de governo em 2019, uma vez que, sob o comando do governo Bolsonaro, o processo de desmonte e desestruturação das ações que vinham sendo implementadas, entram cada vez mais em decadência.

Diversas foram as medidas que repercutiram diretamente na vida das famílias agricultoras, inclusive aquelas que integram a REFAS. Conforme mencionado na seção anterior, essa rede interconecta diversos agentes sociais, desde agricultoras/as, consumidores, até as instituições parceiras, como a COFASPI. Aliás, a REFAS se consolida como organização social no território Piemonte da Diamantina, a partir das ações de base, realizadas por técnicas/os da COFASPI, durante as atividades de ATER junto as famílias agricultoras nas

comunidades rurais onde vivem. Portanto, a assistência técnica representa um elo basilar para o direcionamento e efetivação de ações públicas às famílias.

Não obstante, com a política de recessão dos governos Temer, bem como do governo Bolsonaro, há uma fragilização das atividades, no âmbito dessas organizações e tantas outras espalhadas pelo Brasil, sobretudo com o corte de investimento que deveria atender esse público.

Sobre os impactos desse período acerca das atividades da COFASPI, o presidente da entidade ressalta que essas medidas “afetaram não só a Cofaspi, mas todas as instituições que executavam projetos via MDA, pois acabou com as chamadas públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural” (FIGUEIREDO, 2020, p. 99).

Todos esses fatores têm reverberado na fragilização da organização produtiva da REFAS. A ausência de assistência é uma problemática recorrente no atual contexto dessa organização. Muitas famílias reduziram sua produção ou mesmo desmotivaram-se em participar da comercialização direta nas feiras agroecológicas locais. Entre o período de execução dos primeiros projetos de criação, fortalecimento e apoio as ações da REFAS, por volta de 2004 a 2016, as reuniões, encontros, oficinas e intercâmbios coletivos eram atividades frequentes que potencializavam a participação social (figura 17)., as interações, as trocas, bem como, todo o rol de trabalho realizado pelas famílias.

Figura 17: Oficina sobre práticas agroecológicas e redes na organização social, realizada no sindicato rural, junto a REFAS Mirangaba.



Fonte: Fonte: SANTOS, Joelma S. dos, 2013.

A ausência e/ou escassez de apoio fez com que nesses últimos anos, a REFAS tivesse um momento ainda mais desafiador, no contexto da produção e comercialização agroecológica, precisando se reinventar, criando internamente novas estratégias, tendo em vista que o apoio

externo tem sido praticamente inexistente, conforme relatado por diversas famílias durante as entrevistas. “Nos últimos anos a gente vem caminhando com as próprias pernas. E a gente precisa de mais apoio” (RBNF, 36 anos, REFAS Miguel Calmon, 2022). Esses desafios se intensificaram ainda mais durante a pandemia, tendo em vista que muitas famílias precisaram se recolher, por uma questão de autocuidado e preservação da própria vida.

No referido contexto, a produção foi comprometida, de modo que algumas famílias diminuíram a frequência e/ou pararam de comercializar na feira, durante alguns dias, principalmente no período de *lockdown*. Evidentemente, que isso rebateu diretamente na renda das famílias, uma vez que deixaram de produzir os rendimentos essenciais à própria manutenção. A necessidade de reinventar o comércio popular, em alguns casos, foi superada. Alguns alimentos passaram a ser fornecidos na cidade via *delivery*, por meio de encomendas, às vezes por ligações outras vezes por *WhatsApp* (figura 18). No entanto, aconteceu também de algumas famílias não conseguirem se adaptar a essa realidade e acabaram por interromper suas práticas de comercialização nas feiras e ainda não conseguiram retomar.

Figura 18: Estratégias de comercialização popular em Saúde e Jacobina durante a pandemia Covid-19.



Fonte: Fanpage/Facebook, REFAS e Delivery da roça Jacobina, 2020.

Diante disso, é importante considerar que embora a produção agroecológica apresente-se como alternativa ao agronegócio e seus problemas estruturantes, ainda há uma dívida social, histórica que precisa ser reparada, sobretudo no que concerne a incentivos e inserção de políticas públicas que de fato atendam aos reais interesses e necessidades de agentes e grupos sociais locais. O trabalho de base nas comunidades, a assistência continuada e amparo público a esse setor é essencial para garantir o fortalecimento e potencialização das ações coletivas, empreendidas por articulações como a REFAS, em seus territórios.

4.2 A práxis do desenvolvimento territorial sustentável no contexto da REFAS Piemonte

A proposta dessa discussão é fazer uma provocação integrativa, contemplando sobretudo, a concepção de desenvolvimento territorial dos agentes sociais que vivem, experienciam, realizam ações/práticas e estabelecem vínculo e relação direta com o lugar. No contexto da REFAS, essa discussão engloba as práticas agroecológicas e a organização social em rede, como uma estratégia de fortalecimento e potencialização das ações locais e territorial. Dessa forma, vale salientar ainda que, nessa etapa do trabalho, expresso também, minha cosmovisão (com respaldo das informações/dados obtidas/os na pesquisa e atenta ao rigor teórico-metodológico), uma vez que me encontro inserida nesse Lugar de fala¹⁸, na condição de filha de agricultores (REFAS Saúde), colaboradora da REFAS e também como pesquisadora.

Assim, a lógica dessa abordagem é invertida, quando explicitado primeiramente a empiria/prática, trazida de modo a fundamentar a discussão sobre desenvolvimento territorial sustentável na perspectiva das famílias agricultoras e dos representantes das instituições parceiras – COFASPI e ATABAQUE. O conceito de desenvolvimento sustentável não é tratado, a partir de um arcabouço teórico que problematiza e/ou polemiza sua gênese, mas sim de sua operacionalidade, intentada, a partir do *locus* das experiências vividas e das ações empreendidas pelo grupo social pesquisado, haja vista que tais ações se concretizam no âmbito do espaço do acontecer, da vida, da produção e uso e das relações horizontais substanciadas pelas ações em rede.

O movimento agroecológico brasileiro coloca-se em defesa de mudanças estruturais no campo, aliando-se aos históricos movimentos camponeses. Além disso, a agroecologia no Brasil distancia-se dos modelos convencionais orgânicos, pois, na medida em que defende o acesso a alimentos como direito universal, não está focada em atender a nichos de mercado e consumidores com maior poder de compra. Ao contrário, busca contribuir para a generalização de estilos de agriculturas mais sustentáveis (ROSA; SVARTMAN, 2018, 24).

Nessa conjuntura, a proposta é focalizar na operacionalização de uma perspectiva de desenvolvimento concebível e engendrada pelos próprios integrantes da REFAS. Pensar a potencialidade de avanços de um modelo de produção agroalimentar mais justo e sustentável, tanto para as famílias que produzem, consomem e comercializam, como também para o público consumidor (em geral) que adquire esses alimentos nas feiras agroecológicas locais.

Diante de toda discussão exposta até aqui, nos cabe indagar e refletir... Afinal de contas, quem de fato regula e substancia o desenvolvimento territorial é a economia local ou global?

¹⁸ Ver a obra “Lugar de Fala” da autora RIBEIRO, Djamila (2019).

A resposta para essa inquietação vai depender de qual perspectiva de desenvolvimento estamos falando. Nesse caso, ao abordar a produção agroecológica como uma problemática do desenvolvimento territorial, se entende que sua efetivação perpassa, primordialmente, por ações e iniciativas locais. À medida que essas ações se externalizam, através de redes, em cada lugar contíguo (espaço do acontecer solidário), também expandem simultaneamente suas ações por todo o território, a exemplo da REFAS.

Para Saquet e Alves (2014) os processos que convergem para o desenvolvimento territorial precisam ser orientados e objetivados por meio de alguns princípios como: participação, cooperação, produção de alimentos saudáveis e preservação ambiental, valorização, bem como, a conservação e manutenção das vantagens/potencialidades do território (SANTIAGO, 2013), que compreende todos os recursos sociais-naturais.

A narrativa de uma das agricultoras do município de Várzea Nova e também coordenadora da REFAS Piemonte, elucida a concepção de que as ações empreendidas por essa rede, apresentam caráter ético e sustentável, manifesto nas práticas agroecológicas e nas interações que se dão cotidianamente no espaço rural e urbano. Afinal, “é preciso estender a luta de classes ao plano da moral. Aquele que se inclina perante as regras estabelecidas pelo inimigo jamais vencerá” (TROTSKI, 1936 p. 17).

Sustentabilidade pra gente é poder continuar produzindo aquilo que a gente precisa pra viver (nosso alimento), respeitando a natureza, a nossa história, os nossos clientes, o conhecimento de nossos colegas de feira. Acredito que é também, não enganar, certificar e garantir a qualidade que o produto que a gente leva pra feira é diferenciado daqueles comercializados na feira convencional. A gente trabalha em favor de uma economia mais solidária (JAS, 36 anos, REFAS Várzea Nova, 2023).

A lógica econômica que movimenta a comercialização agroecológica é a economia popular solidária e autogestionária, engendrada como mecanismo de superação ao modelo hegemônico (SINGER, 2002; DUBEUX et al, 2012). Uma estratégia social, centrada num modelo de produção e consumo mais humanizado que focaliza sobretudo a valoração do ser social, da natureza exterior, da dignidade humana e do bem viver coletivo. Em suma, a ação concreta de economia solidária carrega em essência, valores sociais e político para além da viabilidade econômica, há em sua base, laços de reciprocidade, confiança e solidariedade. Características essas, que a difere das relações capitalistas de produção, uma vez que, no âmbito do trabalho coletivo não há estímulo a competição e individualismo entre si.

Dessa forma, cabe ponderar que o enfoque dessa nova perspectiva não se sustenta apenas pela racionalidade econômica, comandada por uma lógica predominantemente local ou global, mas sobretudo pela racionalidade ambiental (LEFF, 2001) e mediante a formulação e reformulação contínua de uma lógica econômica fundamentada prioritariamente nas

necessidades e interesses da população local. Além disso, respeitando as particularidades inerentes as tradições populares e modos de vida dos agentes sociais locais, dando ênfase as relações de solidariedade, que convergem para uma lógica de produção mais justa e sustentável.

“Pensamos o verdadeiro desenvolvimento sustentável partir das atividades locais e na produção agroecológica é assim, acontece por uma via que demonstra a importância de uma alimentação mais saudável, com a economia local fortalecida, beneficiando os produtores locais e também o meio ambiente. Talvez não tenha grandes valores econômicos atribuídos a essa atividade, mas tem o lado educativo que sensibiliza a sociedade e isso é muito significativo. Mesmo com grande potencial de avanço a REFAS carece de mais apoio público, dos municípios, dos órgãos estaduais e federais também” (MB, 48 anos, ATABAQUE, 2022).

Outra contribuição que nos ajuda a entender melhor a concepção de desenvolvimento sustentável atribuída por colaboradores das instituições parceiras da REFAS, nesse caso de um líder comunitário da associação ATABAQUE é a de que a alimentação saudável, a economia popular local e a produção de rendimentos para as famílias agricultoras, ao comercializar o excedente da produção pode ser ainda mais potencializada, sem gerar grandes danos a natureza, como acontece na produção convencional. No mais, essa liderança alerta para a necessidade de maiores incentivos e apoio público-institucional, principalmente dos municípios, tendo em vista que se encontram mais próximos fisicamente das bases que consubstanciam essas atividades.

Portanto, a perspectiva de desenvolvimento defendida pelos membros da REFAS contempla questões que permeiam diversas problemáticas sociais e estruturais, de modo que lutam cotidianamente, em defesa de uma sociedade mais saudável, justa e sustentável, conforme preconizou Boff (1999). Nesse caso, as relações socioespaciais são orientadas não apenas pela racionalidade econômica e ambiental, mas também por uma lógica colaborativa e de complementaridade (NUNES; FONSECA, 2018), que preserva a essência das relações solidárias. Ademais, as reivindicações elementares partem da necessidade de mudanças estruturais que perpassam por ações inclusivas e colaborativas do Estado.

4.3 A sustentabilidade das feiras agroecológicas do Piemonte da Diamantina

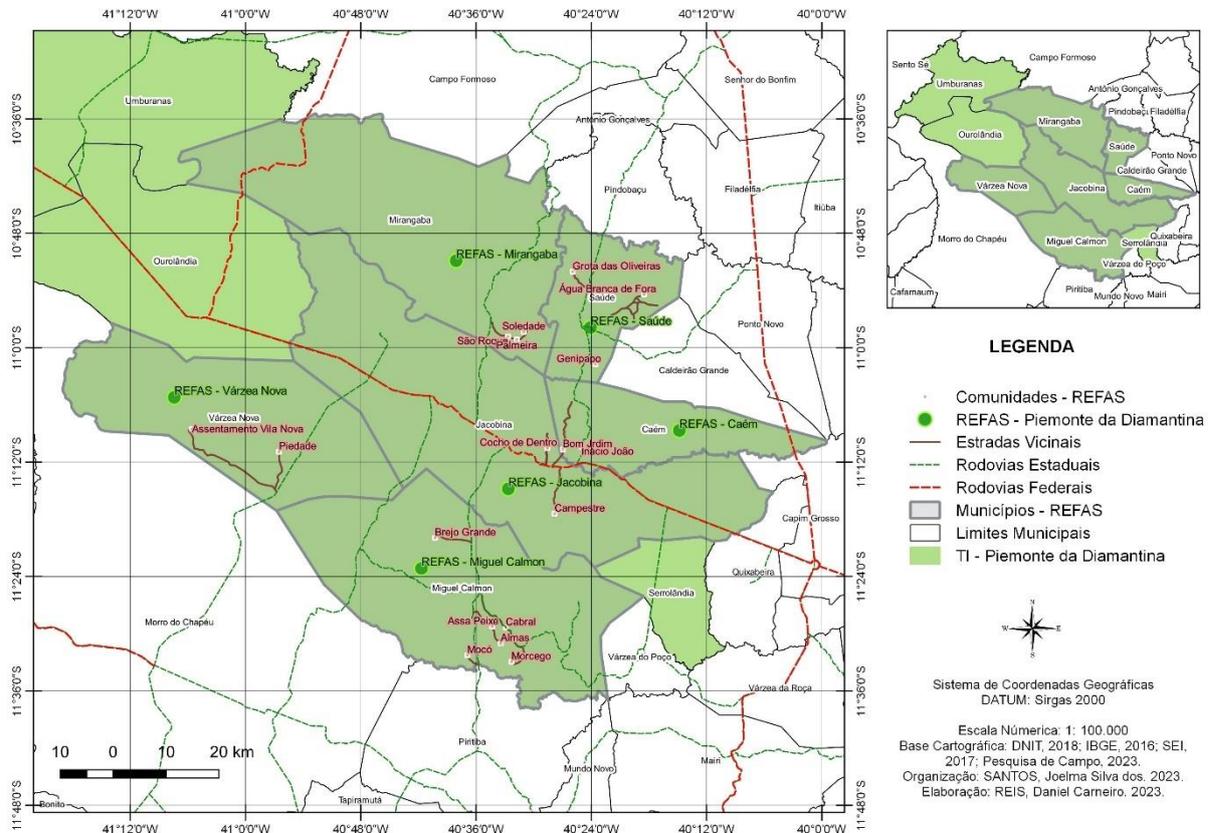
Ao longo dessas últimas seções intentamos algumas discussões e ponderações acerca da sustentabilidade das ações estratégicas de produção, comercialização e organização social popular da REFAS, no território Piemonte da Diamantina. Nesse sentido, evidenciou-se o contexto geral das dinâmicas socioespaciais empreendidas por essa rede, na busca pelo fortalecimento e qualificação de suas ações, de modo a corroborar para a sustentabilidade e manutenção das práticas agroecológicas que convergem para o uso sustentável do território.

Para melhor contextualizar essas ações na atualidade, buscou-se explicitar a pertinência dessas ações no âmbito do desenvolvimento local e territorial, sobretudo das famílias diretamente envolvidas nesse processo. Nesse sentido, as informações colhidas durante a pesquisa de campo são apresentadas de forma dialógica, preponderantemente aquelas que foram direcionadas ao público que possui vínculo direto com a REFAS (as famílias agricultoras, o público consumidor e os representantes das instituições parceiras). Esse cenário geral tem demonstrado a resistência popular coletiva da REFAS, meio a uma conjuntura desafiadora, atravessada por um cenário político neoliberal, de recessões e descaso com agricultura familiar de base ecológica, bem como o enfrentamento à crise pandêmica da COVID-19.

Em 2011, quando teve início o processo de constituição da REFAS Piemonte, o território Piemonte da Diamantina contava com a articulação de nove municípios, com feiras agroecológicas funcionando ativamente todas as semanas, na sede de seus respectivos municípios: Jacobina, Serrolândia, Caém, Saúde, Mirangaba, Miguel Calmon, Várzea Nova, Ouroândia e Capim Grosso¹⁹. Passado doze anos, desde a sua formação, uma quantidade aproximada de 40 (quarenta) famílias agricultoras/feirantes resistem aos diversos desafios impostos pela realidade social desigual que os circunda.

Muitos desses desafios são de ordem técnica-operacional, outros, organizacional, além daqueles relacionados à desestruturação das políticas públicas e projetos de apoio, nos últimos anos. Todavia, a REFAS conta com a articulação social popular de outros cinco grupos locais/municipais que seguem (r)existindo, de maneira colaborativa e autogestionária, sem suporte operacional direto do Estado e das demais instituições parceiras. Dessa forma, sua situação organizacional atual contempla a articulação entre as famílias agricultoras das comunidades rurais dos municípios de Jacobina, Saúde, Caém, Mirangaba, Várzea Nova e Miguel Calmon, conforme evidenciado (mapa 3):

¹⁹ Nesse período o município de Capim Grosso ainda estava inserido na unidade de planejamento do Território de Identidade Piemonte da Diamantina, atualmente este município integra outro território.

Mapa 3: Comunidades rurais e municípios conectados a REFAS Piemonte, com feiras ativas em

Organização e elaboração: SANTOS, Joelma S. dos; CARNEIRO, Daniel Reis, 2023.

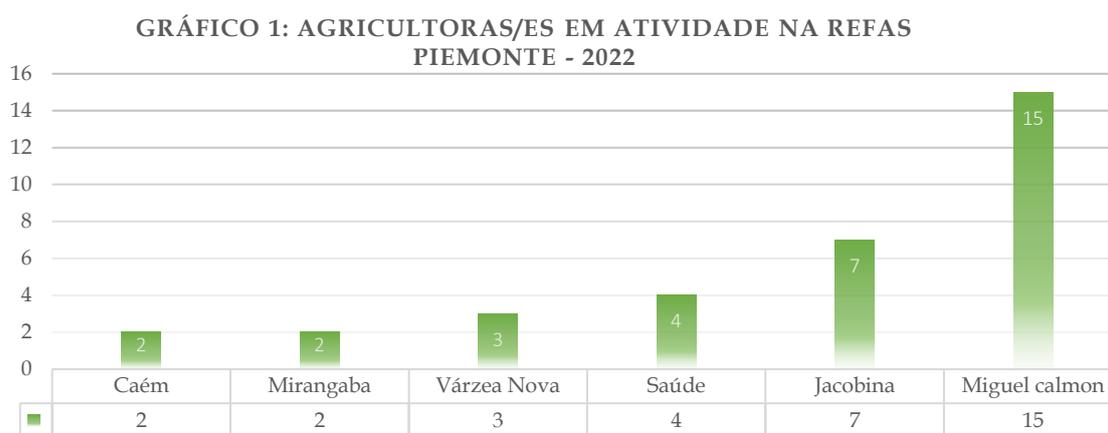
O mapa apresentado, evidencia as comunidades rurais (contorno vermelho), representando-as como fixos, ou seja, uma parte elementar da estrutura técnica dessa rede que interconecta as unidades locais de produção familiar às feiras agroecológicas, através do fluxo de circulação de alimentos. Esse processo ocorre, a partir da distribuição/transporte e escoamento da produção até as unidades locais de comercialização (ponto verde) que integram a REFAS. Cada uma das feiras dessa rede se especializam no espaço urbano, isto é, na sede dos respectivos municípios. O quadro seguinte, relaciona cada uma das comunidades rurais a seus municípios, conectados a REFAS atualmente (quadro 2):

QUADRO 2: COMUNIDADES RURAIS QUE INTEGRAM A REFAS PIEMONTE - 2023

REFAS Jacobina	Campestre, Coxo de Dentro, Bom Jardim.
REFAS Saúde	Água Branca de Fora, Genipapo, Grota das Oliveiras.
REFAS Caém	Inácio João.
REFAS Mirangaba	Palmeira, São Roque e Soledade
REFAS Miguel Calmon	Almas, Assa Peixe, Brejo Grande, Cabral e Mocó, Morcego.
REFAS Várzea Nova	Assentamento Vila Nova e Piedade.

Fonte: Pesquisa de campo, realizada por SANTOS, Joelma Silva dos, 2022.

Em linhas gerais, é evidenciada a situação atual de participação popular e envolvimento territorial das comunidades na articulação da REFAS. O município com maior diversidade de comunidades, integrando a rede é Miguel Calmon, contando com a participação direta de agricultoras/es de cinco comunidades. Além disso, esse mesmo município também possui hoje, em sua infraestrutura operacional 15 (quinze) barracas, sendo cada uma utilizada pela família/feirante que se encontra em atividade semanal na feira agroecológica local. Nesse sentido, há um destaque para esse grupo que soma o maior quantitativo de participantes ativos (gráfico 1).



Fonte: Pesquisa de campo, realizada por SANTOS, Joelma Silva dos, 2022.

Os dados apresentados revelam que alguns grupos locais, a exemplo dos municípios de Caém, Mirangaba, Várzea Nova e Saúde encontram-se ativos, porém, com menor participação social, em virtude de uma maior fragilização e carência de ações de fortalecimento. Nota-se também que há uma necessidade de maior aproximação com os grupos de Jacobina e Miguel Calmon. Vale ressaltar que os municípios que se encontram mais fortalecidos são aqueles que se consolidaram, enquanto organização social, há mais tempo. Assim, possuem uma maior consistência na organização interna, de modo que já superaram diversos desafios ao longo de sua trajetória, inclusive atravessaram a pandemia sem interromper as atividades de produção e comercialização nas feiras, o que denota pelo destaque, maior resiliência e força de integração.

Embora haja um decréscimo na participação social das famílias nas feiras, isso não significa que elas tenham parado de produzir. Entretanto, a produção tem se limitado ao consumo familiar, conforme o relato de uma agricultora, moradora da comunidade quilombola São Roque em Mirangaba. “Antes existia um grupo com mais pessoas, mas uns foi indo e se afastou da feira, aí algumas pessoas que não tão indo mais pra feira botar barraca, tão

plantando só pra o consumo da família e pronto. Não tão vendendo em nenhum lugar mais” (CSS, 48 anos, REFAS Mirangaba, 2022)

Os grupos de Jacobina e Miguel Calmon, respectivamente, foram pioneiros na criação de feiras agroecológicas do território Piemonte. Com efeito, podem ser tratados como modelos impulsionadores para os grupos mais fragilizados e aqueles irão se constituir, sobretudo contando com uma maior efetivação das ações de fortalecimento e empoderamento dos grupos locais, circunvizinhos. Uma estratégia incorporada em outros momentos e que podem ser reproduzidas atualmente no âmbito do território são os encontros e intercâmbios de troca, mediados por ações públicas, de forma colaborativa e complementativa entre o Estado, as instituições parceiras e a própria REFAS.

Embora, cada lugar contíguo (comunidade, feira e município) possua suas particularidades na forma de organização socioespacial, manifestação social e nas estratégias de produção é importante considerar que esse coletivo apresenta diversas características em comum, de modo que congregam para a potencialização de ações convergentes, no sentido de superar os desafios enfrentados. Para que essas estratégias aconteçam de maneira eficiente, novos mecanismos precisam ser adotados, haja vista que, nos últimos anos, os agentes sociais da REFAS foram penalizados com o descaso e desassistência político-institucional do Estado.

“Ultimamente a gente não ta mais tendo muito apoio assim, de políticas públicas, porque que nem tu sabe, esse governo (Bolsonaro) que ta aí não deu acesso da gente ter mais políticas públicas de apoio ao nosso trabalho, ainda teve o desafio da pandemia, mas mesmo assim vamos levando, até o dia que Deus quiser. Era esses apoios que levantava a gente também, incentivando a gente a correr atrás, produzir mais e não desistir. Nunca mais visitamos outros municípios que nem antes, era direto a gente tinha nossos intercâmbios, figura 19 (ESSJ, 37 anos, REFAS Jacobina, 2022).

Figura 19: Intercâmbio com famílias da REFAS e famílias das Feiras de Irecê-BA e Polo da Borborema-PB.



Fonte: Joelma Silva dos, 2012-2013.

“Em relação ao poder público hoje, a gente praticamente não tem apoio nenhum. Nos últimos anos a gente vem caminhando com as próprias pernas. E a gente precisa de mais apoio (VSS, 47 anos, REFAS Saúde, 2022).

Depois da pandemia nosso vínculo de comunicação com REFAS diminuiu e isso nos enfraqueceu um pouco. Eu acho que tá mais que na hora da gente voltar tudo isso, né! Ter a troca de experiência, troca de convivência entre comunidades, que você passa a conhecer o território parecido com o seu. É uma forma da gente passar a nossa experiência e colher daqueles que também participam (RBNF, 36 anos, REFAS Miguel Calmon, 2022).

Além dessas narrativas que demonstram a importância da manutenção permanente da comunicação, como um elo basilar de interação social e integração organizacional da rede, é preciso viabilizar também os momentos presenciais de trocas materiais e espirituais, coexistente nos encontros e intercâmbios entre as comunidades. A ausência e/ou diminuição do apoio público-institucional tem contribuindo para a fragilização de alguns grupos locais, bem como a inatividade de outros. Ademais, outros tantos desafios foram mencionados pelas famílias durante as entrevistas. Por conseguinte, foram categorizados e sistematizados com as potencialidades, inerente as ações coletivas da REFAS (quadro 3).

Quadro 3: POTENCIALIDADES E DESAFIOS DA REFAS PIEMONTE - 2022

Potencialidades	Desafios
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Preservação dos vínculos de parceria institucional com COFASPI e ATABAQUE; ▪ Parceria com consumidores, colaboradores e simpatizantes; ▪ Reciprocidade na relação agricultor-consumidor; ▪ Aumento na clientela e procura por alimentos agroecológicos, após a pandemia; ▪ Diversificação da produção e aumento na oferta de produtos; ▪ Fundo rotativo solidário municipal e territorial; ▪ Certificação orgânica participativa concretizada em alguns municípios; ▪ Representatividade quilombola, feminina e juventude rural; ▪ Novas estratégias de comunicação virtual; ▪ Comercio por encomenda e entregas <i>delivery</i> (via <i>delivery</i> da roça); ▪ Estocagem de sementes crioulas. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ausência e/ou redução de apoio técnico-institucional, continuado; ▪ Comunicação presencial fragilizada, pós pandemia e desestruturação de políticas públicas e projetos de apoio; ▪ Inserção e ampla participação de mais famílias agricultoras; ▪ Valorização e diferenciação dos alimentos agroecológicos; ▪ Dificuldade de acesso, intrafegabilidade das estradas vicinais; ▪ Ausência de transporte coletivo no horário das feiras locais. ▪ Controle de pragas e doenças, em determinadas culturas; ▪ Necessidade de reestruturação e/ou reforma padronizada das barracas; ▪ Escassez hídrica ou dificuldade de acesso a fontes de abastecimento/armazenamento de água.

Fonte: Pesquisa de campo, realizada por SANTOS, Joelma Silva dos, 2022.

As informações sistematizadas e elencadas compreendem uma generalização dos desafios mais recorrentes e mencionados pela maioria dos participantes (feirantes) entrevistados em cada uma das feiras da REFAS. Os desafios e potencialidades em destaque são aqueles concernentes a produção, comercialização e organização social das famílias. Nesse sentido, outro fator limitante que compromete o fluxo/distribuição dos alimentos e avanço das ações empreendidas da rede de feiras é a precariedade das estradas vicinais que interligam pontos fixos dessa rede, ou seja, as unidades locais de produção, situadas nas comunidades rurais até as unidades de comercialização/feiras agroecológicas, na sede dos municípios.

Essa, também é uma problemática recorrente em grande parte dos municípios, carecendo, portanto, de maior atenção e ações públicas municipais, no sentido de garantir a manutenção e melhoramento da trafegabilidade dessas estradas. Tal fato é ainda mais predominante nas comunidades mais longínquas²⁰. Nesse sentido, as famílias mais penalizadas são as que vivem nas comunidades, situadas nas áreas de grotas, isto é, nas áreas de vale, por entre as Serras da Jacobina, onde se ergueram muitos quilombos, historicamente (figura 20).

Figura 20: Moradores da comunidade quilombola Grota das Oliveiras, realizando a manutenção da estrada.



Fonte: Fanpage Facebook Grota das Oliveiras, 2019.

Da Grota das Oliveiras pra cá (cidade de Saúde) dá uns 12 km. O acesso é muito difícil, quando chove aí fica mais difícil ainda. Já é difícil do jeito que a gente vem de lá pra cá, no seco. Aí quando chove aí é que fica difícil, porque tem muita ladeira que escorrega demais, é muita lama. A gente toma o animal um ao outro lá emprestado, aí bota a carga até o lugar onde dá pra passar. Aí até onde der pro animal passar, aí a gente vem com a moto e carrega, de certos meio pra cá e acaba e chegar aqui de moto (PSC, 41 anos, REFAS Saúde, 2022).

²⁰ Ao nosso ver, a desassistência a essas comunidades, se dá pela desatenção, esquecimento, senão uma tentativa de supressão de direitos e apagamento/ocultamento intencional.

“A estrada é de chão. Quando tá chovendo a estrada é ruim, viu! Lá é grotá. Hoje mesmo, a gente saiu de lá era 4 horas da manhã e chegou aqui quase 5h. Normalmente a gente gasta de 15 a 20 minutos e hoje a gente gastou em torno de 1 hora pra chegar aqui” (RBNF, 36 anos, REFAS Miguel Calmon, 2022).

Os relatos e a imagem apresentada realçam a problemática social enfrentada cotidianamente por essas famílias. Além disso, vale ressaltar que nessas áreas, o relevo caracteriza-se como mais acidentado (circunscrita meio as Serras de Jacobiana), além disso, o alto teor de matéria orgânica e de argila no solo, torna as estradas de acesso, mais escorregadias e perigosas, durante o período chuvoso. Com efeito, há uma maior dificuldade, atinente a mobilidade social e econômica das famílias, condicionando e muitas vezes chegando a impossibilitar o escoamento da produção agroecológica até as feiras locais.

Um dos grandes desafios dos moradores foi e continua sendo o difícil acesso a comunidade. Há muito tempo que o meio de transporte por eles utilizado é o burro e jumento (animal de carga), principalmente para fins de transportar a produção até a cidade para que a mesma seja comercializada na feira livre, uma vez que a principal via de acesso até a comunidade ainda continua sendo uma estreita trilha, por onde é possível passar apenas, pessoas a pé, animais de carga, motocicletas e alguns veículos traçados. Eles afirmam que quase sempre acabam vendo a produção se perder (estragar) porque não conseguem uma forma de escoar tudo o que produzem na agricultura, devido essa dificuldade que enfrentam desde que começaram a morar na Grota das Oliveiras, comunidade quilombola do município de Saúde-BA. (SANTOS, 2017, s/p).

Grande parte das comunidades que experienciam essa realidade são as remanescentes de quilombos, como é o caso de Bom Jardim (Caém), São Roque, Palmeira e Soledade (Mirangaba), Campestre (Jacobina) e Grota das Oliveiras (Saúde). Historicamente, essas comunidades tiveram seus direitos básicos suprimidos e negligenciados, porém são elas que mantêm preservado um modo de vida mais solidário e sustentável, através das ações comunitárias direcionadas.

Ademais, as práticas agrícolas tradicionais, base elementar das práticas agroecológicas e herdadas de uma ancestralidade resiliente (povos indígenas e negros/africanos escravizados) sempre fizeram parte das estratégias de produção agroalimentar das famílias e comunitária nos quilombos. A própria REFAS, enquanto articulação social, precisa voltar um olhar, ainda mais cuidadoso para com as aprendizagens possíveis, junto a essas comunidades que vivem experiências singulares, no que diz respeito ao fortalecimento de suas (r)existências, a partir da organização coletiva.

Esses foram alguns dos principais desafios destacados por cada um dos grupos locais integrantes da REFAS. Embora sejam muitos os desafios estruturais, é notável que esse coletivo tem adotado estratégias de superação, de modo que segue (r)existindo e empreendendo suas

ações. Assim, mesmo em conjunturas controversas, continuam por meio da organização coletiva, confrontando e enfrentando as investidas de sufocamento do sistema hegemônico.

4.3.1 Potencialidades e perspectivas futuras das ações da REFAS Piemonte

A REFAS é concebida como uma rede integrativa que interconecta grupos populares do espaço rural a outros agentes sociais locais, tanto do espaço rural como do espaço urbano, através de uma relação de reciprocidade e complementaridade. Essas trocas se materializam, desde a etapa de produção até a comercialização nas feiras agroecológicas. Ademais, pode ser concebida ainda, como um importante instrumento meditativo para compreender a unidade relacional da categoria geográfica, campo-cidade (abordagem não aprofundada nesse trabalho).

Figura 21: Feiras Agroecológicas da REFAS – Jacobina, Saúde, Miguel Calmon, Mirangaba e Várzea Nova, 2023.



Fonte: por SANTOS, Joelma Silva dos, 2023.

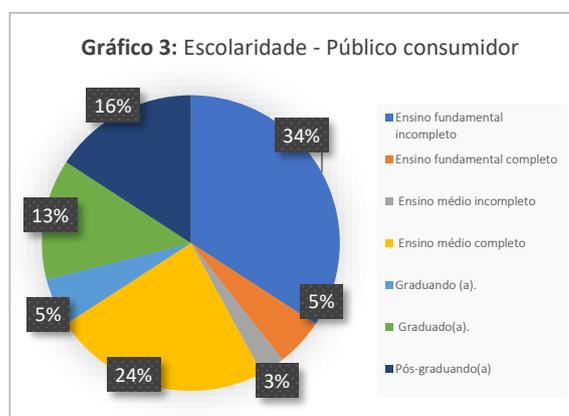
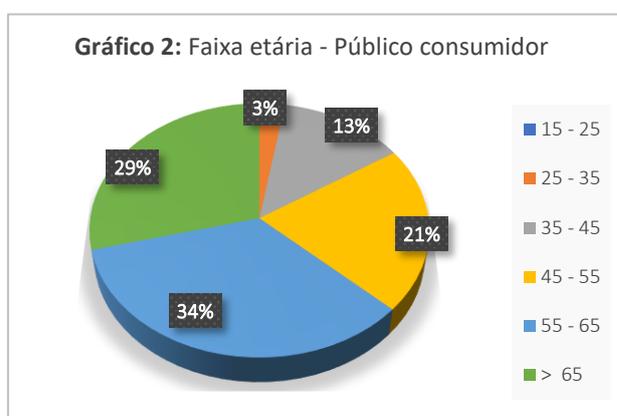
No estudo das feiras agroecológicas, outro aspecto que merece destaque é a organização produtiva das famílias, uma vez que sua operacionalização se dá através de circuitos curtos, também chamados de circuitos locais de distribuição e comercialização. Em outras palavras, trata-se de um sistema, no qual predominam as interrelações, entre os agentes sociais que estão diretamente envolvidos no processo de produção, perpassando pelo processamento, distribuição e consumo de alimentos (SANTOS, 2004; RENTING; SCHERMER; ROSSI, 2012; ALTIERI, 2012).

Nesse sentido, as feiras agroecológicas se caracterizam como circuitos curtos, sobretudo por mediar o encurtamento das relações entre quem produz/comercializa e quem consome. O público consumidor, em reciprocidade com as famílias agricultoras, detém informações sobre

a origem e forma como os alimentos foram produzidos/processados, diferentemente do que acontece no sistema de produção agroexportador. Para Contrigiani et al. (2020), os circuitos curtos, no âmbito do sistema agroalimentar, se constituem como um contraponto ao modelo de produção e comercialização dominante.

Para não concluir, as feiras agroecológicas são concebidas como espaços de exposição, comercialização direta e socialização, onde diversos públicos se aglutinam com um objetivo comum, ou seja, o contato com alimentos mais saudáveis – livres de agrotóxicos, produzidos/emanados com responsabilidade ambiental coletiva e compromisso transgeracional. Esse pensamento/consciência comum, conecta as famílias agricultoras/feirantes, não apenas ao público consumidor, como também a outros simpatizantes/colaboradores que lutam por uma quebra de paradigma concernente ao modelo hegemônico. Diante disso, há um estreitamento de laços, no qual as trocas de saberes e experiência se apresentam com um marco nessa relação.

Para melhor explicitar a relação entre as famílias agricultoras e o público consumidor da REFAS, foi direcionado uma pesquisa *in lócus*, diretamente com os clientes das feiras locais, a fim de caracterizá-los e entender como se externaliza a reciprocidade no âmbito das ações empreendidas por essa rede. A pesquisa aconteceu nas feiras de cada um dos seis municípios focalizados nesse trabalho, mas a caracterização foi generalizada ao contexto territorial.

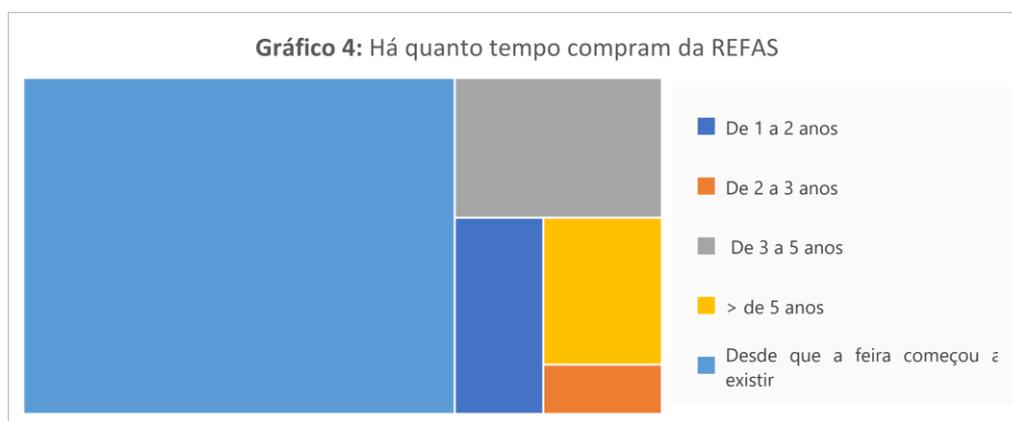


Fonte: Pesquisa de campo, realizada por SANTOS, Joelma Silva dos, 2022.

Os dados relacionados evidenciam uma diversidade atinente a faixa etária e escolaridade do público consumidor, porém faz-se necessário destacar que os maiores frequentadores, são pessoas com idade superior a 45 anos, representando 84% de todo o público (gráfico 2). Nesse sentido, foi constatado, a partir de diálogos com os participantes que, há entre esse público, uma maior relação de autocuidado atinente a saúde, a alimentação saudável, além de uma consciência ambiental mais expansiva, de modo a convergir com as ações da REFAS. Quanto a escolaridade (gráfico 3), nota-se que há um misto entre os frequentadores das feiras. Com

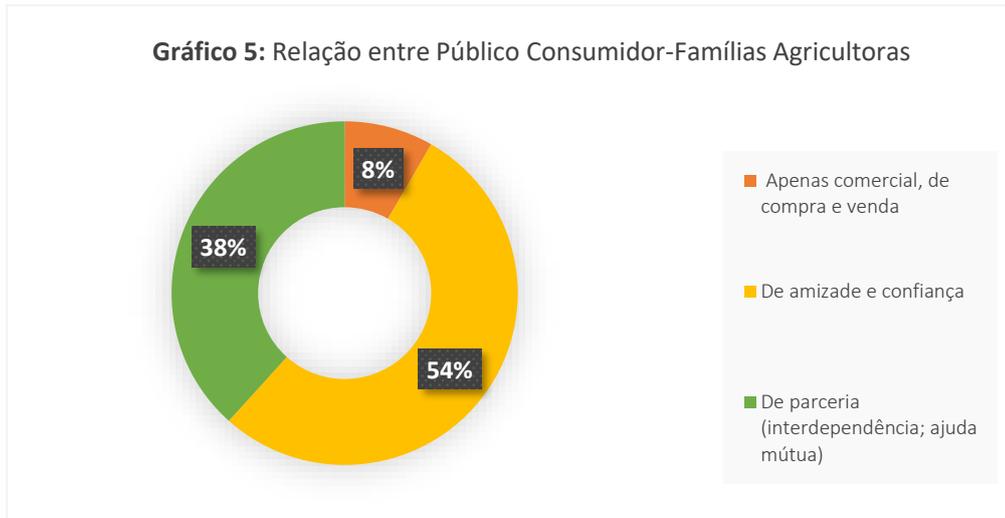
isso, contemplando de maneira equilibrada quase todos os níveis de escolaridade e camadas sociais.

Outros dados obtidos a partir da perspectiva do público consumidor foi sobre o tempo em que compram alimentos diretamente nas feiras agroecológicas. Nesse sentido o gráfico 4, demonstra que a REFAS apresenta uma evolução gradativa, no que concerne a adesão de novos consumidores e manutenção da interconexão com a REFAS, haja vista a representação de um vínculo duradouro com a rede local. A maior parte dos participantes da pesquisa, adquire os produtos da rede, desde a fundação das feiras, ou seja, há mais de 10 (dez) anos (a REFAS se consolidou como organização social popular entre os anos de 2012-2013). Ademais, observa-se que há uma integração continuada de novos consumidores.



Fonte: Pesquisa de campo, realizada por SANTOS, Joelma Silva dos, 2022.

Uma vez caracterizado o público consumidor, buscou-se também conhecer a forma como consumidores/as e feirantes interagem e estabelecem suas relações. Como de fato, se consolida suas conexões, nesse caso considerando a perspectiva de quem compra. Diante disso, a clientela foi questionada como é a relação entre eles; se é apenas uma relação comercial; se, de amizade e confiança; ou se é de parceria, haja vista que há interdependência e complementaridade entre eles (ajuda mútua). As informações em destaque (gráfico 5) revelam que a máxima da relação de amizade e confiança predomina entre eles representando 54% e quando somando a relação de parceria essa proporção aumenta para 92% dos consumidores questionados.

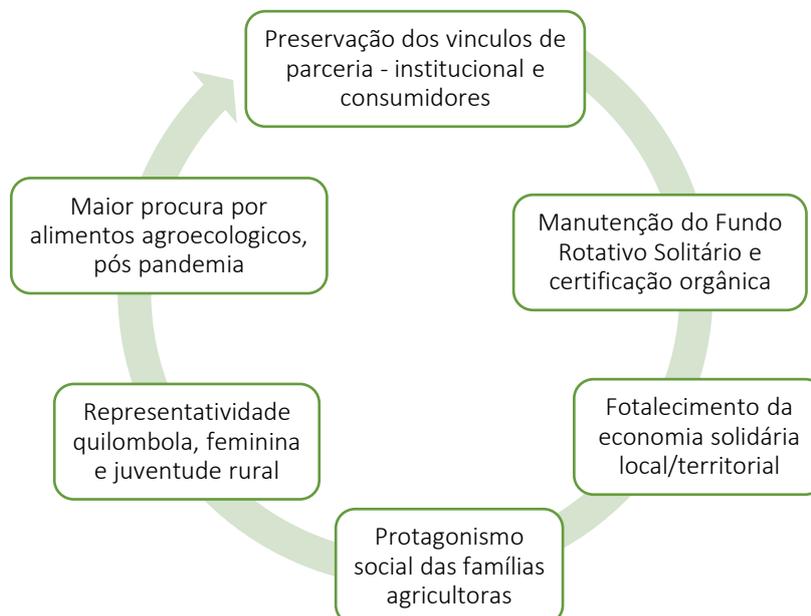


Fonte: Pesquisa de campo, realizada por SANTOS, Joelma Silva dos, 2022.

O nível de confiabilidade na procedência dos alimentos comercializados nas feiras agroecológicas, decorrente da forma como esses públicos interagem, representam um marco relevante no fortalecimento de vínculos e articulação social da REFAS.

Ademais, após ponderar sobre a concepção de feira agroecológica acolhida nesse trabalho e a caracterização geral do público consumidor, como componente elementar dessa rede, são explicitados também outros fatores que evidenciam as potencialidades dessas feiras. Tais fatores são expressos, a partir da realidade concreta de cada grupo local. Para isso, foram considerados os dados e informações obtidas *in lócus*. No esquema abaixo, há um destaque para as potencialidades que aparecem com maior predominância e ênfase nos relatos das famílias/feirantes (figura 22):

Figura 22: Ações de potencialização das feiras agroecológicas.



Elaboração: SANTOS, Joelma Silva dos, 2023.

Um importante fato relatado, foi a preservação dos vínculos com instituições parceiras, a exemplo da COFASPI e ATABAQUE. Ambos tem desempenhado papel crucial no que concerne ao apoio, desde a constituição e consolidação até o fortalecimento das ações empreendidas pela REFAS, no âmbito do território. De acordo com informações fornecidas por uma representante institucional da COFASPI (atualmente técnica/cooperada e também diretora administrativa) que outrora esteve atuando diretamente em projetos de assistência, direcionados a REFAS, afirma que a cooperativa tem promovido as seguintes iniciativas junto à rede:

Temos apoiado a REFAS com o acompanhamento técnico, formações, mobilizações e com investimentos através dos projetos que deram acesso a cisternas de consumo e produção, quintais produtivos, barracas e outros, tudo isso possibilitou o apoio a produção e a comercialização dessas famílias (VCM, 29 anos, COFASPI, 2023).

Até meados de 2016 e 2017 a referida instituição esteve executado projetos direcionados especificamente ao fortalecimento da organização social e produtiva das famílias da REFAS. Contudo, nos últimos anos, houve uma redução nas ações públicas de apoio à agricultura familiar de base ecológica, desencadeando na impossibilidade de efetivação de convênios junto aos órgãos federais, sobretudo durante os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro.

No contexto de realização da pesquisa, os projetos que estavam sendo realizados pela COFASPI, tratavam-se de projetos e/ou chamadas públicas, firmadas junto aos órgãos (secretarias e superintendências) do Estado da Bahia, conforme explicitado. *“Os projetos de ATER que estão sendo executados atualmente são todos do governo estadual. O governo federal não está mais realizando chamadas públicas para nossas instituições não”* (RACR, 56 anos, COFASPI, 2022). Tal fato, revela que essa tem sido uma conjunta política adversa para a agroecologia e demais iniciativas de uso sustentável dos territórios e isso se conforma em maior proporção na escala regional/nacional, contudo reverbera, causando impacto direto na base estruturante da sociedade (comunidades e municípios) que envolve a realidade local.

A gente tá sempre executando alguns projetos, mas nem sempre conseguimos alcançar o pessoal da REFAS. Porque assim, nem sempre temos projetos que estão sendo realizados nas comunidades e municípios onde tem as feiras agroecológicas, mas sempre que tem a gente procura contemplá-los. A vezes acontece das comunidades não preencherem os pré-requisitos dos órgãos financiadores dos projetos. Por isso que as vezes a instituição tá atuando naquele município, porém não tá atendendo as famílias agricultoras da REFAS, especificamente, tá acompanhando outros. Aliás existem projetos que são muito específicos, sabe! Por exemplo: o Pró-Semiárido, atende as comunidades mais carentes de políticas públicas. Está em atuação, só que não coincidiu com as comunidades onde estão esses agricultores. Aí tem o Bahia Produtiva que não é para acompanhar agricultores é para acompanhar empreendimentos, aí são cooperativas de produção, laticínio, enfim...Aí fica assim, as vezes nós estamos no município da rede, mas não estamos diretamente acompanhando essas famílias porque acontece que nem sempre nós podemos definir as comunidades, as vezes isso já vem pré-definido. Aí é isso, a gente vem tentando sempre casar os projetos nessas comunidades e as vezes os critérios dos projetos não nos oferece a possibilidade da gente atender diretamente. (RACR, 56 anos, COFASPI, 2022).

Assim, com o desmonte e desestruturação das políticas públicas federais voltadas para esse segmento, as instituições parceiras tiveram seu público de abrangência mais limitados e condicionado as determinações externas, de modo a atender as exigências restritivas dos órgãos estaduais, considerando que são eles que ainda mantém apoio direcionado a agricultura familiar na Bahia. Nessa situação, as organizações não governamentais foram impossibilitadas de alcançar públicos mais heterogêneos, como aconteceu no período que compreende 2007 e o início de 2017, quando a COFASPI esteve apoiando mais ativamente a consolidação da REFAS, através de convênios públicos mais abrangentes e passíveis de adequações. Vale salientar durante esse período a referida instituição executou pelo menos três projetos: “*Fortalecimento das Feiras Agroecológicas, Apoio a Rede de Feiras Agroecológicas Solidárias e o Prêmio Mandacaru*” (VCM, 29 anos, COFASPI, 2023).

Embora o início das primeiras iniciativas de apoio da COFASPI tenha ocorrido em 2003, ressalta-se que se tratavam de ações voluntárias de técnicos que buscavam atuar, atendendo as demandas de assessoramento a produção sustentável nas comunidades rurais de Jacobina e adjacências. O acesso institucional a incentivos públicos para a promoção e fortalecimento das atividades de produção e comercialização agroecológica tiveram início apenas, a partir de 2007.

Nós apoiamos a REFAS desde o início com a criação da primeira feira em 2003/2004 que foi a feirinha de quarta-feira aqui em Jacobina, isso com trabalho voluntário nosso. Depois a feira de Miguel Calmon e em 2011 começamos a mobilizar agricultores e ajudamos a criamos uma feira em cada município do território (Piemonte da Diamantina), quando estivemos executando o projeto de fortalecimento das feiras e a criação da rede, financiado pela SETRE. Em 2007 foi o primeiro projeto de fortalecimento de feira que contemplou o município de Jacobina. Um projeto do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) que o objetivo era fortalecer a produção e feiras agroecológicas no estado da Bahia, envolveu instituições como a COFASPI, o MOC e outras instituições. Nesse período nos visitamos feiras em várias cidades da Bahia, do Nordeste e fomos até Vitória no Espírito Santo, em intercâmbio para conhecer essas experiências de organização por lá, isso em 2007. Foi a partir daí que nos surgiu a ideia de espalhar essa iniciativa por aqui, criando a rede de feiras – a REFAS. Nesse período já haviam trocas de experiências entre agricultores das feiras de Jacobina e Miguel Calmon, pois os projetos de ATER possibilitavam intercâmbios entre comunidades desses dois municípios por exemplo, além de outros do território (RACR, 56 anos, COFASPI, 2022).

Esse foi um contexto, em que os vínculos de parceira foram estabelecidos e fortalecidos entre a REFAS e a COFASPI. Apesar de os últimos anos não ter sido favorável a manutenção desse elo, o fato é que eles foram preservados. Outra instituição que tem desempenhado importante papel a organização social, produtiva e comercial da REFAS é a associação ATABAQUE, representando o quilombo urbano da Bananeira, um bairro da cidade de Jacobina. Essa organização já executou dois projetos, em parceria com Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) com sede em Brasília.

Eles têm uma linha de apoio a projetos que se chama PPP-ECOS²¹, daí a gente enviou uma proposta de promover a certificação orgânica participativa junto com as famílias agricultoras das REFAS. A gente tem esse vínculo já historicamente porque antes minha pessoa trabalhou como coordenador desse projeto logo no início quando foi executado pela COFASPI. Foi um projeto financiado naquele período pela SETRE em parceria também com o BNB para criar essa rede territorial de feiras agroecológicas e promover a prática do fundo rotativo solidário. Foi assim que há muitos anos atrás nasceu essa REFAS e depois a gente deu continuidade mediante a certificação participativa orgânica e daí entrou a ATABAQUE como proponente e junto ao financiador que era o ISPN. Outros projetos que foram executados pela ATABAQUE e abrangeu mesmo indiretamente a REFAS foi o Rotas Quilombolas do Alto Itapicuru e As Rotas Quilombolas das Mulheres Negras e da Juventude, já que grande parte das comunidades dessa rede são quilombolas. Entre as atividades do projeto o aconteceram muitos intercâmbios entre as comunidades (MB, 50 anos, ATABAQUE/COFASPI, 2022).

O participante entrevistado, atualmente representante da ATABAQUE, na condição de assessor técnico/agrônomo, já apoiou voluntariamente a REFAS Jacobina, sobretudo no contexto da pandemia, quando esteve mediando a relação/trocas entre agricultores/as e consumidoras/es, buscando assim, criar uma nova estratégia de comércio agroecológico virtual, chamada “*Delivery da roça*”, na qual ele acolhia as demandas/encomendas dos clientes, levava até as famílias agricultoras e em seguida recolhia e distribuía as cestas de produtos agroecológicos entres os consumidores, sobretudo os da cidade de Jacobina.

Diante do exposto, cabe-nos considerar que a relação entre esses três públicos: representantes institucionais, famílias agricultoras e público consumidor, transcende as relações institucionais e comerciais, haja vista que o elo que os une é o objetivo e a identidade em comum entre eles, em torno da produção e consumo de alimentos mais saudáveis. Logo, trata-se de um processo contínuo de manutenção e estabelecimento de vínculos, resultando em múltiplas articulações sociais, mesmo em períodos adversos.

Assim, né... A gente não se sente parte integrante só porque somos a instituição que ajudou e contribuiu de certa forma, mas acabou que a gente criou um ele de amizade que vai além da mera relação institucional. Criamos esse vínculo de amizade aí a gente faz parte mesmo e quando a gente esfria um pouquinho, aí eles nos procuram perguntando:” E aí, cadê? Não aparece mais não? Aí chama a gente para perto e a gente acaba não se afastando muito né, porem a gente sabe que eles têm a organização deles, mas o vínculo de amizade, isso nos traz a ficar sempre próximo. (RACR, 56 anos, COFASPI, 2022).

Assim, constata-se que esses agentes sociais locais são os componentes elementares da REFAS, contemplando assim, a estrutura organizacional basilar à consolidação e potencialização das ações sustentáveis, em rede, no âmbito do território. Ademais, vale ressaltar que o cenário futuro é um pouco mais animador, atinente as parcerias, uma vez que as perspectivas de fortalecimento dos vínculos entre essas duas instituições e a REFAS já coexiste.

²¹ O Projeto “Pequenos Projetos Ecosociais na Amazônia” tem por objetivo apoiar a organizações da sociedade civil e de base comunitária, a desenvolver ações estratégicas geradoras de impactos ambientais positivos, redutoras do desmatamento, combinadas ao uso sustentável da biodiversidade e à manutenção de funções ecossistêmicas.

Estamos desenvolvendo um aplicativo de vendas para ajudar a impulsionar a comercialização, porque a gente sabe que as vezes ainda acontece do pessoal voltar pra casa com produção” (MB, 50 anos, ATABAQUE, 2022).

Agora recentemente, nós da COFASPI fomos selecionados para uma nova chamada de ATER para atuar nos nove municípios do território. Agora vamos retomar o diálogo com esses grupos para a gente dar uma fortalecida na REFAS. Acho que agora é a hora, porque esse é um projeto que terá duração de cinco anos. É um tempo bom para reorganizar e atender as demandas e dificuldades da rede (RACR, 56 anos, COFASPI, 2022).

Outro aspecto que também merece destaque, nesse contexto geral de apoio e parcerias, foi a certificação participativa, que se efetivou junto a alguns grupos locais. Na oportunidade aconteceram formações e orientações técnicas para fins de formalização e cadastramento da REFAS como Organização de Controle Social (OCS), junto ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), órgão fiscalizador, vinculado ao Governo Federal.

Assim, agricultores/as dos municípios de Jacobina, Mirangaba, Saúde e Caém já se encontram registrados no sistema de Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos e devidamente certificados. O grupo de Miguel Calmon encontra-se em processo de certificação, aguardando a emissão do referido documento, por parte do órgão responsável. Já o grupo de Várzea Nova não entrou nessa etapa de cadastramento, tendo em vista as limitações do projeto executado. O quadro abaixo evidencia os grupos locais, suas respectivas comunidades e a quantidade de famílias com certificado de produção orgânica na REFAS, conforme consta na base nacional do MAPA (quadro 4).

Quadro 4: OCS REFAS - CADASTRO NACIONAL DE PRODUTORES ORGÂNICOS DO MAPA - 2023			
Município	Comunidades	Quantidade de famílias ativas	Total
Jacobina	<ul style="list-style-type: none"> • Campestre • Coxo de Dentro 	3 3	6
Saúde	<ul style="list-style-type: none"> • Água Branca de Fora • Genipapo • Porteiras 	2 2 1	5
Caém	<ul style="list-style-type: none"> • Inácio João 	4	4
Mirangaba	<ul style="list-style-type: none"> • Palmeira • São Roque 	5 2	7

Fonte: MAPA, 2023. Elaboração: SANTOS, Joelma Silva dos, 2023.

Com o respaldo e legitimação de órgãos institucionais sobre a procedência da produção orgânica/agroecológica dessas famílias, amplia-se também a confiabilidade perante o público consumidor. Na condição de OCS, agora os grupos locais apresentam em sua estrutura

organizacional, um conselho fiscal composto por membros do próprio grupo que rotineiramente visitam e fiscalizam as unidades locais de produção das demais famílias com objetivo de verificar se as estratégias de manejo estão alinhadas as exigências da produção orgânica, além de assegurar os consumidores o direito de visita às propriedades, caso assim desejem.

Cabe salientar que as regras de produção orgânica no Brasil foram instituídas por meio da Lei nº 10.831 de 23 de dezembro de 2003 e sua complementarização ocorreu através de elaboração participativa, envolvendo representação técnica institucional e membros da sociedade civil organizada. Sua regulamentação se deu através do Decreto nº 6.323, publicado em 2007 no Diário Oficial da União (MAPA, 2022). A conquista à certificação, representa um marco no acesso às políticas públicas direcionadas a esse setor no Brasil e também no território Piemonte da Diamantina (Bahia). Portanto, o certificado de produção orgânica configura-se como um instrumento legal de grande relevância para conferir maior confiabilidade aos alimentos cultivados e/ou processados de maneira orgânica/agroecológicos.

Na prática, observa-se que as estratégias de produção orgânica e agroecológicas apresentam similaridades e por esse mesmo motivo são tratadas muitas vezes como sinônimo. Contudo, as experiências vividas em campo demonstram o oposto, haja vista que na primeira estratégia evidenciada, o foco está mais na produção sem uso de insumos químicos/agrotóxico e na incorporação de técnicas que assegurem a produção de alimentos mais adequados a saúde humana e a saúde do solo. Enquanto isso, a produção agroecológica alcança esses mesmos objetivos, embricados na incorporação de princípios sociais, ambientais e políticos que vão além do aprimoramento tecnicista e regras regulamentadoras do Estado. Há, nesse segundo processo, uma busca pela superação das diversas problemáticas sociais, aliadas ao processo produtivo.

Com a sobrevalorização econômica do produto em si em detrimento da importância da forma como este é produzido, permite-se o estabelecimento de padrões de procedimento que implicam, em determinado aspecto, em um reducionismo na visão do necessário equilíbrio do agroecossistema para outra em que o enfoque passa a ser o que é ou não permitido (ASSIS; ROMEIRO, 2002, p.74).

A crítica a essa dicotomização se dá em virtude do reducionismo dado a essas estratégias, além disso o mercado hegemônico tem visualizado a produção orgânica como uma possibilidade de expansão e reposicionamento nos diversos mercados (local/global). Nesse sentido, parte da elite ruralista tem apropriando-se do discurso de alimentação saudável para buscar a certificação orgânica como um instrumento de agregação de valor e maior lucratividade, frente o mercado convencional. Nesse caso, o que ocorre é uma remoldagem das bases capitalistas visando a expropriação, a exploração da força de trabalho assalariado nas áreas de monocultivo, bem como a perpetuação da reprodução ampliada do capital.

Em síntese, é possível destacar que, nem toda produção orgânica é de fato agroecológica. Os fatos evidenciados objetivam a explicação acerca do motivo pelo qual a produção da REFAS é concebida como agroecológica, uma vez que se fundamenta como prática e como movimento popular. As bases que norteiam as práticas desenvolvidas pelas famílias dessa organização, contemplam além de princípios técnicos e organizacionais, aspectos culturais, ambientais, econômicos e políticos. Em linhas gerais, na agroecologia prevalecem princípios mais amplos e profundos que envolve não apenas a produção e consumo de alimentos sem agrotóxicos, mas sobretudo princípios éticos de responsabilidade socioambiental coletiva e compromissos transgeracionais, que vão além da lógica produtivista e economicista do mercado global.

A pretensão dessa discussão não é invalidar ou tentar deslegitimar a relevância da certificação orgânica, mas sim chamar atenção para essa dualidade entre produção orgânica e agroecológica, advinda dessa nova tentativa de sobreposição da lógica capitalista ante a agroecologia, ou seja, a produção agroalimentar concebida como sustentável (a longo prazo). Nesse sentido, a certificação dos alimentos produzidos pelas famílias da REFAS se faz significativa por conferir ainda mais confiança e segurança ao público consumidor, embora muitos clientes já reconheçam o trabalho desenvolvido por eles e manifestem confiança, sem exigir comprovação por parte dos/as feirantes.

A confiabilidade pôde ser percebida, através das informações que revelam aumento de clientela e melhoria nas vendas, de acordo com o relato de algumas feirantes. As famílias agricultoras, quando questionadas sobre a média semanal de rendimentos produzidos, a partir da comercialização na feira, estimaram um valor aproximado que gira em torno de um salário mínimo/mensal (R\$ 1.300,00). Esse valor produzido é utilizado para a manutenção da própria família e custeio de outras despesas básicas, além de movimentar outros segmentos da economia local, quando usado para aquisição de outros produtos essenciais. “*A minha renda hoje é daqui. Aquilo que a gente precisa em casa, a gente compra com dinheiro que a gente faz aqui na feira. Compra um botijão, paga conta de luz, compra outra coisa que a gente precisa...* (LRS, 47 anos, REFAS Jacobina, 2022)”.

Vale salientar que os valores produzidos nas feiras agroecológicas são relativos, podendo sofrer variações, a depender de alguns fatores, tais como: a quantidade, variedade e tipos de alimentos, além do período do mês, haja vista que muitos feirantes relataram que há um decréscimo nas vendas, principalmente nas duas últimas semanas de cada mês. Tal fato se justifica, em virtude da maior movimentação econômica dos municípios, durante o início do mês, uma vez que esse período compreende o calendário de pagamentos de benefícios sociais,

aposentadorias, servidores públicos e outros trabalhadores assalariados; consumidores da feira. *“Tem vezes, quando as feiras estão boas, a gente tem uma produção mais diversificada, a gente chega a tirar até dois salários mínimos por mês”* (JAS, 36 anos, REFAS, Várzea Nova, 2023).

Outro ponto de destaque que merece atenção das autoridades públicas é a ausência de instituições financeiras (bancos) em cidades como Caém. Essa ocorrência tem provocado uma maior fragilidade na economia popular local, impactando diretamente a movimentação de consumidores nessas feiras, de acordo com a fala de uma agricultora da Comunidade Inácio João, localizada no município de Caém:

Agora mesmo tá fraco pra vender, já foi melhor. Aqui não tem banco, então o pessoal daqui, vai tudo tirar dinheiro em Jacobina e Saúde e lá mesmo faz a feira, então é por isso que aqui fracou (sic). Aí eu me queixos dos prefeito que não se interessou de trazer um banco pra cá, por que como eu te falei, aqui não tem banco. Eu mesmo, vou tirar meu dinheiro em Jacobina e lá mesmo faço minhas compra, aí quando isso acontece o dinheirinho da gente já fica por lá (ESS, 58 anos, REFAS Caém, 2022).

Outros fatores prevaletentes que interferem na produção de rendimento familiar, correspondem a quantidade, variedade e tipos de alimentos. Dessa forma, quem apresenta rendimentos mais acentuados são aquelas famílias que levam maiores quantidades, variedades e alimentos de preços mais elevados, a exemplo de aves abatidas, processados, como: mel, biscoito, beiju, sequilho, óleo vegetal, tempero seco, e doce caseiro. No entanto, algumas famílias fornecem apenas alimentos *in natura* (hortaliças, verduras, legumes e frutas), cujo valor estipulado é menor que os demais alimentos, portanto, isso explica o fato de alguns agricultores obterem renda superior aos demais, em alguns casos.

De acordo com as informações fornecidas pelas famílias, a maioria, senão quase todas, tem a produção agroecológica e a feira como única fonte de renda. Aquelas que obtém renda complementar, são os casos intrínsecos a pluriatividade, em que o/a companheiro/a exerce outras atividades paralelas à produção agroalimentar. Um clássico exemplo disso, é quando a mulher executa múltiplas atividades que perpassam pelo trabalho doméstico, atrelados a gestão da unidade familiar (práticas de cuidados com os filhos e companheiro), abarcando também a gestão majoritária das unidades de produção e comercialização. Vale salientar que na REFAS, a participação feminina representa 87% das agricultoras que cooperam diretamente nas unidades de comercialização e na base organizacional da rede.

No mais, percebe-se que em outras situações há membros das famílias que se desdobram em atividades extra, para além do trabalho na agricultura e trabalho doméstico. Contudo, isso não invalida a relevância das práticas agroecológicas no âmbito da renda familiar, conforme legitima um agricultor da comunidade de Almas, pertencente ao município de Miguel Calmon-BA. *“A feira não é a única fonte de renda da minha família. Minha esposa trabalha em outros*

lugares também, ela é professora. Aí o que a gente ganha, um completa o outro. Mas o que estamos produzindo hoje, se fosse pra viver só disso, dava pra sobreviver tranquilo” (JNDS, 42 anos, REFAS Miguel Calmon).

Nas feiras da REFAS, os preços correspondentes aos mesmos produtos são padronizados internamente e muitas vezes equiparados ao preço dos produtos vendidos nas feiras convencionais, ou seja, se um quilo de tomate na barraca de Dona Maria, custa R\$ 5,00, então esse produto custará o mesmo preço na barraca de Seu Zé da feira agroecológica, bem como o produto de Dona Ana que compra nas Centrais de Abastecimento (CEASA) e revende na feira livre convencional.

As famílias que integram a REFAS, tendem a orientar a comercialização através de princípios solidários, de modo a desconstruir o estigma da competitividade entre eles. Concomitantemente, almejam por meio da equiparação de preços, democratizar o acesso a alimentos mais saudáveis, contemplando outras camadas sociais e não apenas a elite. Além disso, a exposição de alimentos nas feiras, também segue uma racionalização mais justa, uma vez que há uma limitação consciente, ao separar a quantidade de produtos a serem escoados, numa semana de movimentação mais fraca. Isso é perceptível na fala de uma feirante:

Assim, como tem muita gente que produz e vende, que precisa vender também... Aí assim, a gente traz 10 porções de cada. Batata doce é uma caixa, aipim, como é descascado, a gente traz uns 10 pacotes. Eu vou pela minha consciência, trago não muita coisa para que meus colegas aqui também possam ter a oportunidade de vender. Quando tá no período do coentro, que a gente tem muito coentro e aqui na feira tem pouco, aí gente traz uma quantidade maior que a de costume (ESSJ, 37 anos, REFAS Jacobina, 2022).

“E assim, além de consumir e de vender, eu também gosto muito de doar para as pessoas para aquelas que não tem, que não tem como comprar aí eu gosto de doar” ((ESSJ, 37 anos, REFAS Jacobina, 2022). As ações solidárias no âmbito das feiras agroecológicas locais se consubstanciam pelas trocas materiais e/ou simbólicas. Quando materiais, se revelam através das trocas de produtos entre eles/as nas feiras, quando simbólicas, se externalizam através da troca de serviços, favores, conforme explica uma agricultora aposentada da comunidade de Genipapo, situada no município de Saúde.

“A gente se fortalece pelos laços de união e solidariedade. Na feira quando eu preciso de algum produto que eu não tô produzindo e minhas colegas aqui da feira tem, eu vou lá e pego delas, a agente faz trocas. Acontece deu (sic) não ter coentro aí eu pego não mão delas pra fazer meus temperos. Se eu tenho tempero e elas tem alface ou tomate a gente só troca, a gente não compra, a gente troca. Outra coisa também que a gente faz muito, é assumir o lugar das colegas sempre que eles precisam se ausentar pra resolver alguma coisa na rua.” (VSAS, 56 anos, REFAS Saúde, 2022)

Essas ações seguem uma lógica distinta da ordem econômica global, configurando-se como ações alternativas que se fortalece pelas relações de reciprocidade, solidariedade e

cooperação. Singer (2002), destaca a lógica da economia solidária como uma nova possibilidade de expansão social que prover um novo tipo de desenvolvimento, movido pela superação do modelo dominante, a partir de relações econômicas e sociais mais humanizadas, com vista à valoração da vida e dignidade humana.

De modo mais específico, ao abordar a sustentabilidade e manutenção das feiras agroecológicas, as famílias explicitaram as melhorias decorrentes da participação social, junto a REFAS, englobando, desde a qualidade de vida das famílias, a produção de rendimentos, integração/protagonismo social, conservação da sociobiodiversidade, além de melhoria no quadro de saúde mental, relacionado a ansiedades de algumas agricultoras e também a saúde física, atrelada a maior resistência do sistema imunológico à resfriados, por exemplo. Para melhor explicitar tais questões, segue alguns relatos (quadro 5) que elucidam a essência (*Zeitgeist*)²² do pensamento/consciência coletivo/a (SANTIAGO, 2013) e uso sustentável do território.

Quadro 5: O POTENCIAL DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL - REFAS PIEMONTE

“Só da gente produzir um alimento mais natural ajuda a nossa família e a de nossos fregueses. A gente mesmo não adoce muito, tem tanta coisa... A gente não gripa fácil, é muito difícil mesmo. Melhorando a saúde já muda tudo, né (sic)! No início a gente não tinha o conhecimento assim como hoje. Principalmente de cuidar do nosso jeito de viver, né (sic). A gente tem a consciência de preservar mais a natureza, usar água na plantação apenas o tanto necessário, sem desperdiçar.”

(LRS, 47 anos, REFAS Jacobina)

“Quando a gente começa a produzir, a gente vê que a qualidade do alimento que a gente mesmo planta e come, é outra. É um alimento saudável, sem veneno. Aí eu vejo que muda, tanto a vida da gente, como de outras pessoas que compram da gente. Eu trabalho pra fazer meu próprio dinheiro é bem melhor do que trabalhar pra os outros, né (sic)! Eu planto pra comer e ainda vendo, faço minha própria renda. Eu sou minha própria chefe, não tem coisa melhor.”

(ONS, 35 anos, REFAS Caém, 2022).

“Eu não aguento ficar parada, eu gosto dessa labuta. Acho que se eu tivesse aposentado e ficado parada eu tava era com depressão, viu (sic). Eu gosto tanto de vim vender. Eu gosto da minha labuta, mas se eu plantar e não vim pra feira vender, não tem nem graça. Aqui nois (sic) vem, fica proseando com o povo, é bom demais.”

²² Para Santiago (2013, p. 28) *Zeitgeist* representa a totalidade viva e complexa inerente ao ser social. Trata-se da dimensão mais profunda da análise da realidade apreendida, do movimento social, do espírito coletivo de uma época ou contexto específico.

(ESS, 58 anos, REFAS Caém, 2022)

“Houve mudança na vida da minha família sim, porque se a gente for comparar a propriedade lá, ela praticamente foi tudo construído com os produtos vendidos aqui na feira, sabe! A gente produzindo, vai vendendo e vai aplicando o dinheiro na propriedade, vai melhorando, fazendo algumas melhorias. Principalmente hoje, que antes lá não tinha água e hoje tem, foi tudo recurso dos produtos vendidos.”

(JNDS, 42, REFAS Miguel Calmon, 2022).

“Depois da feira melhorei mais da minha ansiedade. Antes eu não saía pra lugar nenhum e quando saía me sentia mal, sentia muita dor de cabeça. Trabalhava mais só em casa, quebrando licuri e na roça, agora mexo com tanta coisa, de tudo faço um pouco. Ir pra feira, conversar com minhas colegas do grupo me ajuda muito. Tenho tanto cliente que se dá bem com a gente, conversa, brinca... até presente a gente ganha dos clientes, é muito bom, a gente sente nosso trabalho valorizado. A luta cansa, mas vale a pena viu, aqui a gente é feliz e num sabe. A renda melhorou mais também.”

(NSS, 51 anos, REFAS Saúde, 2022)

“Os benefícios que a REFAS trouxe, foi que a gente participava dos intercâmbios, então essa troca ajudou a multiplicar cada grupo e porque também a gente conseguiu o recurso, o fundo rotativo solidário, que quando a gente precisa, quando tá um pouco apertado e precisa comprar um regador, uma enxada... tem pra poder suprir nossas necessidades”

(JAS, 36 anos, REFAS Várzea Nova, 2023)

“Sobre melhorias né, eu vejo que teve sim. A gente produz orgânico é bom pra saúde, a gente come um alimento que não tem agrotóxico, os freguês (sic) da também consome sem agrotóxico.”

(CSS, 48 anos, REFAS Mirangaba, 2022)

Fonte: Pesquisa de campo, realizada por SANTOS, Joelma Silva dos, 2022.

As narrativas em destaque externalizam a cosmovisão das famílias agricultoras/feirantes, quanto a conformação do potencial de transformação social das práticas agroecológicas e das ações coletivas, em rede. As estratégias de uso racional dos recursos do território e da natureza exterior, a percepção da relevância do consumo consciente e bem viver coletivo compreende a realidade concreta da REFAS. Além disso, é expresso em algumas falas, o sentimento de valorização o trabalho desempenhado, bem como a autonomia financeira e protagonismo de diversas representações sociais (mulheres, jovens e quilombolas), sobretudo aquelas que foram invisibilizadas, historicamente.

A melhoria nas condições de reprodução da vida social e do trabalho familiar, a partir da aquisição e incorporação de novas tecnologias apropriadas, cuja finalidade é otimizar o

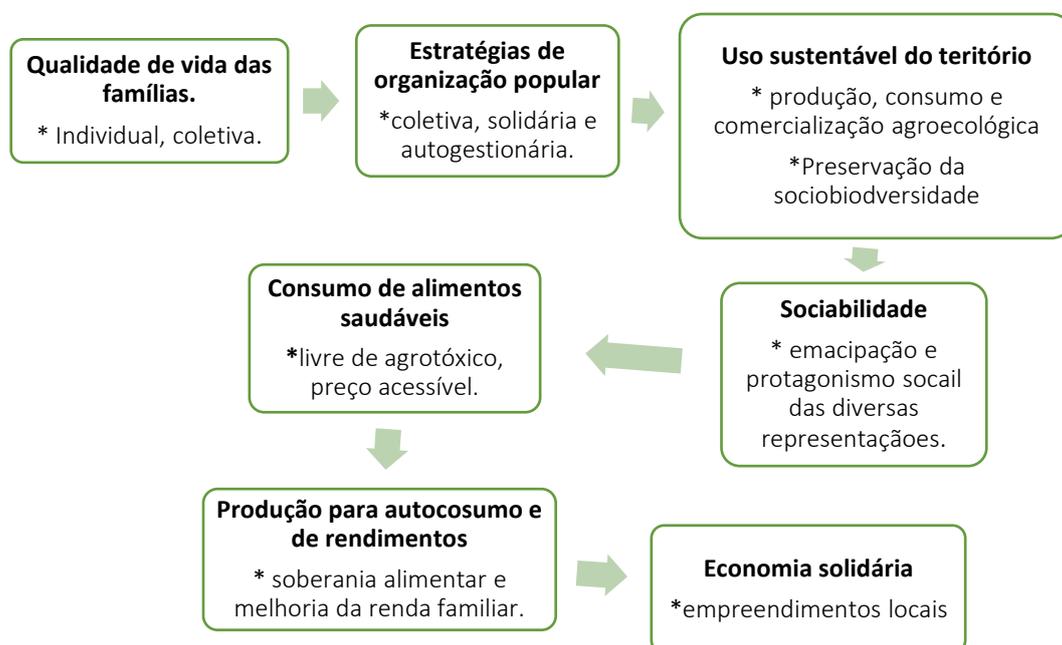
aproveitamento os recursos localmente disponíveis, tem assegurado a potencialização das fontes de armazenamento hídrico das propriedades. Ademais, ficou explícito na fala de duas agricultoras que a multidimensionalidade da agroecologia praticada por essas famílias, corrobora não apenas para a segurança alimentar e preservação da saúde física, mas também da saúde mental e bem viver coletivo. A participação social nos diversos espaços de debate e integração, o resgate da autoestima, ao ver suas atividades valorizadas, a conexão com a natureza exterior e com as feiras, enquanto espaços de socialização e vivências coletivas tem propiciado melhorias significativas no quadro de Ansiedades de alguns integrantes da REFAS.

Bertucii e Silva (2003) concebem esses espaços como passíveis de integração social de trabalhadores/as em estado de vulnerabilidade, em atividades, cujas bases se fundamentam na economia solidária. Os participantes tendem a resgatar a autoestima, haja vista que passam a ter uma ocupação mais reconhecida pela sua essência e natureza, de modo a elevar o nível de autoconfiança em suas ações. Logo, conclui-se que as unidades locais de produção e as feiras agroecológicas, são espaços de práticas saudáveis e do bem viver coletivo. “Os espaços saudáveis são cenários locais, onde comparativamente as condições de vida e o estado de saúde são mais favoráveis, em termos de oportunidade para o desenvolvimento individual e coletivo” (HURTADO; CRESPO, 2001, p. 264).

Diante do exposto, foi elaborado um esquema de análise categorial, à luz das contribuições de Bardin (2011) que entende essa técnica de sistematização como elementar para análise de conteúdo. No contexto desse trabalho são consideradas, essencialmente, as narrativas dos participantes da pesquisa, diretamente vinculados a REFAS. Para essa autora, a utilização dessa técnica metodológica é fundamental para categorizar e estabelecer inferências acerca dos objetos e/ou sujeitos em estudo.

Nesse sentido o conteúdo do esquema delineado trata-se de uma provocação para que possamos pensar a discussão e consolidação de parâmetros de desenvolvimento sustentável que levem em consideração a cosmovisão e realidade concreta dos agentes e grupos locais. Com efeito, corroborar para a superação da lógica dominante, a partir do uso sustentável e desenvolvimento dos territórios. No que concerne à realidade da REFAS, constatou-se a pertinência e necessidade de contemplar as perspectivas de sustentabilidade das organizações sociais populares, sobretudo aquelas que se fortalecem de maneira articulada, em rede, no âmbito dos lugares e do território Piemonte da Diamantina (figura 23).

Figura 23: Parâmetros de sustentabilidade no contexto da REFAS Piemonte.



Fonte: Pesquisa de campo, realizada por SANTOS, Joelma Silva dos, 2023.

A elaboração desse esquema parte da proposição de parâmetros diversos que contemplam as categorias que emergiram durante a análise categorial, a partir das narrativas dos agentes sociais que compõem a REFAS. É importante observar que a apreensão desses parâmetros não se restringe apenas ao impacto econômico dos empreendimentos e organizações populares ou empresariais, contrariando a lógica do desenvolvimentismo e produtivismo convencional. Assim, nos cabe considerar as estratégias de avaliação da sustentabilidade adotada pelas COFASPI, no contexto da REFAS.

Sempre utilizamos de metodologias participativas, onde desenvolvemos diagnósticos para conhecer e entender as reais necessidades das comunidades e dos/das agricultores/as para assim desenvolver nosso trabalho, além disso, sempre realizamos avaliações ao final das atividades e do projeto para compreender os resultados. Além do alcance dos indicadores alcançados ou não (VCM, 29 anos, COFASPI, 2023).

Diante disso, a indicação de sustentabilidade pode ser aferida, antes de mais nada pelo grupo social envolvido em determinados processos, considerando a preponderância da participação social. Trata-se de um processo de avaliação constante e contínuo, carregado de objetividade e subjetividade, intrínseca à cosmovisão individual e coletiva, de modo que seus efeitos sejam espacializados e fortalecidos, sobretudo no lugar. Assim, a REFAS se consubstancia por uma multiplicidade de práticas (sustentáveis) locais e territoriais que se

externalizam nas interações sociais recíprocas, no âmbito do acontecer solidário (SANTOS, 1996). A confluência dessas ações comuns tem reverberado em interconexões diversas.

5. CONCLUSÕES

A REFAS do território Piemonte da Diamantina tem como principal traço, uma herança social advinda do primeiro momento da formação socioespacial do território Piemonte da Diamantina. A (r)existência popular da agricultura familiar de base ecológica tem sido a base elementar que vem assegurando, ao longo de gerações, a sustentabilidade das ações coletivas no que concerne o uso sustentável das propriedades/vantagens, natural-social do território, para fins de produção de alimento. Diante disso, foi constatado ainda que as estratégias de organização social popular adotadas pela REFAS (enquanto rede geográfica) revelam a complexidade dessas ações de caráter sustentável, empreendidas por essa rede no âmbito territorial/regional. Nesse sentido, é imprescindível a manutenção de todas as partes que a compõem, perpassando por sua infraestrutura técnica e organizacional, primordialmente para fins de fortalecimento e potencialização de suas ações, com maior aporte do Estado.

A composição/estrutura da REFAS explicita o funcionamento articulado de múltiplas redes, através de um indissociável sistema de objetos técnicos (infraestrutura técnica) e sistema de ações (infraestrutura organizacional). Essas tramas são tecidas simultaneamente e em reciprocidade. Dessa forma, configuram-se como múltiplas redes que se interpenetram e engendram ações sustentáveis no território. Vale ressaltar que, enquanto sua infraestrutura técnica se materializa por meio dos fluxos de alimentos agroecológicos, no âmbito das unidades locais de produção e comercialização, a infraestrutura organizacional se concretiza, a partir dos fluxos de comunicação e interação social entre seus componentes.

Nessa perspectiva, a estrutura e articulação funcional da REFAS, bem como a manutenção e reprodução das práticas agroecológicas (nos moldes da agricultura tradicional, herdada dos povos autóctones), como estratégia de produção agroalimentar das comunidades e municípios, são entendidas como substanciais ao desenvolvimento territorial sustentável de base local. Além disso, essas ações estratégicas corroboram com os processos de (r)existências e fortalecimento das bases populares, potencializando o protagonismo, emancipação e representatividade de grupos sociais, que historicamente foram invisibilizados, perante outras camadas da sociedade.

Dada essa condição, muitas famílias agricultoras foram sujeitadas a abandonar suas tradições e incorporar os padrões do modo de vida e produção dominante. Historicamente, a heterogeneidade e particularidades desses grupos foi negligenciada, desde a formação socioespacial do território Piemonte da Diamantina até a contemporaneidade. Não fosse as estratégias de resistência e resiliência popular, as tradições, as práticas agroecológicas e socioespaciais (relações comunitárias, de solidariedade, conservação da sociobiodiversidade, por exemplo), já teriam sucumbido as investidas de apagamento e aprisionamento do modo de ser, viver e produzir, impostas desde o colonialismo até a sociedade do capitalismo global.

Na contemporaneidade, a estratégia das famílias agricultoras para continuar (r)existindo, é a manutenção da organização social, através do fortalecimento de vínculos com seus componentes sociais, bem como com a adesão de novos parceiros. É preciso ainda, repensar as estratégias de comunicação entre os grupos locais, focalizando um movimento mais articulado pela horizontalidade, de modo a impulsionar a resistência dos lugares contíguos, conforme preconizado por Milton Santos (1996; 2003; 2014). A inserção de políticas públicas é imprescindível para o enfrentamento dos desafios, fortalecimento e potencialização das ações em rede, sobretudo aquelas já existentes.

Nessa perspectiva, as ações públicas desempenham importante papel para substanciar a formulação e inserção de Planos Municipais, Estaduais e Federais, que contemplem a agenda, orçamento e investimento em ações direcionadas ao fomento e fortalecimento das práticas agroecológicas. Contudo, recomenda-se que essa nova ordem que se inscreve nos municípios/território, como práxis de um desenvolvimento centrado no valor vital e inalienável da saúde, leve em consideração a participação popular dos interessados, realizando ações *in lócus*, bem como com o chamamento direto de organizações sociais como a REFAS.

É preciso que haja representação social, através da participação das famílias agricultoras durante todas as etapas de elaboração de projetos, programas e políticas direcionadas. A participação desse público em todo o processo de estruturação, desde a formulação, monitoramento e avaliação é fundamental para sua eficácia das estratégias planejadas, haja vista que eles são os verdadeiros conhecedores da própria realidade social e do lugar onde vivem. As demandas das bases, representadas pelas famílias agricultoras, os coletivos comunitários e as organizações sociais populares precisam ser ouvidas e acolhidas. As políticas e ação públicas precisam ser pensadas, a partir da cosmovisão do grupo social em evidência. Assim, é necessário estimular mais efetivamente a ampla participação popular, sobretudo das famílias agricultoras nos espaços decisórios, para que assim as ações planejadas, estejam em maior conformidade com a realidade concreta dos agentes e/ou grupos sociais, diretamente

envolvidos. Com efeito, “há um adensamento das forças sociais que se colocam em defesa de um projeto popular de agroecologia, faz-se imperativo no processo de constituição de afinadas com essa proposta” (ROSA; SVARTMAN, 2018, 36).

Embora essas ponderações sejam necessárias, é notório que o caminho para a superação das dificuldades e mudanças sociais não é esperar passivamente a atuação e intervenção de ações públicas, haja vista que se tratam de problemas estruturais. “Esperar que mudanças estruturais se efetivem em aliança com o sistema de poder que faz perpetuar o *status quo* é um engano estarrecedor” (PETERSEN, 2005, p. 38). Esse autor ainda acrescenta que é preciso que os grupos sociais locais se posicionem, a partir da sua própria concepção de desenvolvimento. E no que se refere ao movimento agroecológico, é preciso ainda imprimir sinergias às forças populares transformadoras que emergem em todas as regiões do país. Com isso, direcioná-las em prol da defesa de um projeto político-social, orientado na promoção de estilos de vida, mais justos, democráticos e sustentáveis.

Nessa perspectiva, a manutenção e reprodução da agricultura tradicional, berço das práticas agroecológicas, tem (r)existido ao longo de gerações não por acaso, mas sim, como fruto de lutas emancipatórias e colaborativas, a partir de ações individuais, familiares e sobretudo, comunitárias. Essa luta coletiva, defende de maneira estratégica, a preservação da identidade, do modo de vida e das tradições populares locais. Assim, a potencialização das ações coletivas de caráter sustentável, no âmbito da produção e comercialização de alimentos, livres de agrotóxico e emanados de uma responsabilidade socioambiental coletiva, perpassa pelo fortalecimento da base elementar que produz e substancia as iniciativas locais. Logo, a sustentabilidade da REFAS está na produção de alimentos saudáveis, no valor inalienável da saúde, na força da organização coletiva e união dos lugares, bem como em seu potencial de transformação e maior integração social-natural, confrontado a hegemonia do mercado global.

6. REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3ª ed. rev. ampl. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

ANDRADE, M. C. de. Jundiá, um engenho de açúcar no Vale do Sirijí. **Revista de História**. [S. l.], v. 50, n. 100, p. 609-626, 1974. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/132648>. Acesso em: 10 set. 2022.

ANDRADE, M. C. **A Terra e o Homem no Nordeste**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1963.

ANDRADE, M. C. O Homem do Nordeste. [entrevista concedida a] José Corrêa Leite. **Teoria em debate**. Edição 45 de 01 de jul. de 2000.

ASSIS, R. L; ROMEIRO, A. R. **Agroecologia e Agricultura orgânica**: controvérsias e tendências. Desenvolvimento e Meio Ambiente. Editora UFPR, 2002.

BAHIA (Estado) Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia. **A política territorial do estado da Bahia**: Histórico e Estratégias de Implementação. V- 2.0/2022. Disponível em: http://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/Texto-DPT-Politica-Territorial_-V-2.0-2022.pdf. Acesso em 05 de mai. 2022.

BAHIA (Estado). Decreto nº 12.354, de 25 de agosto de 2010. **Programa Territórios de Identidade**. Diário Oficial do Estado, Poder Executivo, Salvador, BA, a. XCIV, n. 20353, 26 de agosto de 2010, seção 1, p. 28-30.

BAPTISTA, N. Q; CAMPOS, C. H. Possibilidades de construção de um modelo sustentável de desenvolvimento no semiárido. In _____: **Convivência com o semiárido brasileiro**: Autonomia e protagonismo social. IABS: Brasília, 2013.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Edições 70: São Paulo, 2011.

BERTUCCI, A. A; SILVA, R. M. A. **Vinte anos de economia popular solidária**: trajetória da Caritas Brasileira dos PACs à EPS. Brasília: Caritas Brasileira, 2003.

BOFF, L. **Saber cuidar**. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRASILEIRO, M. G. M. A produção orgânica em Jacobina-BA: desafios para adquirir sua certificação. 85 p. **Monografia** (Licenciatura plena em Geografia). Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas, Campus IV: Jacobina, 2013.

BUKHARIN, N. **Teoria do materialismo histórico**: ensaio popular de sociologia marxista. Cuaderno de pasado y presente. Córdoba, 1972.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COELHO NETO, A. S. Redes e Territórios. **Mercator**, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2013. V. 12, n. 28, p. 19-34, mai./ago. ISSN 1984-2201.

COELHO NETO, A. S. **A geofricidade das ações coletivas**: Rede, Política de Escalas e Territorialidades. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2021.

COFASPI, Cooperativa de Assistência à Agricultura Familiar Sustentável do Piemonte. Feiras, sistemas produtivos e fortalecimento da economia solidária. In: **Feiras Agroecológicas**. Comunicação COFASPI, 2015. Disponível em: <https://cofaspi.com.br/feiras-agroecologicas/>. Acesso em: 20 de jul. de 2022.

COFASPI, Cooperativa de Assistência à Agricultura Familiar Sustentável do Piemonte. **Projeto de Promoção e fortalecimento das feiras agroecológicas solidárias do Piemonte da Diamantina, Bahia, Brasil.** (Documento) Projeto executivo – Convênio COASPI/SETRE/SESOL/BA, 2011.

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. **Boletim da Agricultura Familiar:** Companhia Nacional de Abastecimento. [Recurso eletrônico] V.1, n.1 (2021-). Brasília: Conab, 2021. Disponível em: file:///C:/Users/Joelma%20Silva/Downloads/Boletim-da-Agricultura-Familiar-Julho-2021.pdf. Acesso em: 20 de jan. 2023.

CORRÊA, R. L. **A Rede Urbana.** São Paulo. Editora Ática. 1989.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias Geográficas.** 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

CORRÊA, R. L. **Região e Organização Espacial.** 7 ed. São Paulo: Editora Ática, 2000.

CORRÊA, R. L. **Estudos sobre a Rede urbana.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CORRÊA, R. L. **Redes Geográficas: Reflexões Sobre um Tema Persistente.** Cidades, V. 9 N. 16, s/ed. 2011.

CONTRIGIANI, A. C. et al. **Circuitos curtos de comercialização.** Araras: UFSCar/CPOI, 2020.

DIAS, L. C. Redes: Emergência e Organização. In: CASTRO, I. et al orgs). Geografia, Conceitos e Temas. São Paulo: Bertrand Brasil, 1995.

DIAS, L. C. **Os sentidos da rede:** notas para discussão. In: DIAS, L. C; SILVEIRA, R. L. L. da. Redes, sociedades e territórios. [recurso eletrônico]. 3 ed, rev. e ampl. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2021.

DINIZ, J. D. A. S.; CERDAN, C. Produtos da sociobiodiversidade e cadeias curtas: aproximação socioespacial para uma valorização cultural e econômica. In: GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas:** negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2017.

DUBEUX, A. et al. **A construção de conhecimentos em economia solidária:** sistematização de experiências no chão de trabalho e da vida no Nordeste. (Org.) Ana Dubeux, Alzira Medeiros, Mônica Vilaça, Shirley Santos. Recife: F&A Gráfica e Editora Ltda, 2012.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Políticas públicas para agricultura familiar.** [serviço eletrônico]. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-agricultura-familiar/politicas-publicas>. Acesso em: 20 de out. 2022.

FIGUEREDO, D. A. Desenvolvimento territorial e a atuação da COFASPI no Território de Identidade Piemonte da Diamantina-BA. 145 p. **Dissertação** (Mestrado em Geografia). Universidade do Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo/UESB: Vitória da Conquista - BA, 2020.

HURTADO, P.H; CRESPO, A. S. **Entorno Saludables:** el desafio de la promoción de la salud. In: RESTREPO, H.E; MÁLAGA, H. Promoción de la Salud: como construir vida saludable. Bogotá/Buenos Aires/Caracas/Madrid/México/São Paulo: Editorial Medica Panamericana, 2001.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística / Conselho Nacional de Estatística. **Jacobina, Bahia.** Brasília: Serviço Gráfico do IBGE, 1962.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017:** resultados definitivos. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 18 de jan. 2023.

JESUS, F. N. **Da roça ao território:** identidade e prática socioespacial quilombola de circularidade cosmogônica no Piemonte da Diamantina, Bahia. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas: Campinas-SP, 2019.

LEFF, E. **Saber ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Tradução de Lúcia Mathilde Endilich Orth. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.

LEMOS, D. A. **Jacobina, sua história e sua gente/memórias.** Jacobina, 1995.

LIMA, J. S. **O sentido geográfico da identidade:** metafenomenologia da alteridade Payayá. Universidade Estadual de Campinas - Biblioteca do Instituto de Geociências: Campinas-SP, 2019.

MACHADO, T. A. **Da formação social em Marx à formação socioespacial em Milton Santos:** uma categoria geográfica para interpretar o Brasil. GEOgraphia: Ano. 18 - Nº38 – 2016.

MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária. **Legislação: Orgânicos.** [Site oficial - 2022]. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/legislacao-organicos#:~:text=A%20Lei%20n%C2%BA%2010.831%2C%20publicada,dos%20produtos%20org%C3%A2nicos%20no%20Brasil>. Acesso em: 15 de mar. 2023.

MARQUES, M. I. M. Entre o campo e a cidade: Formação e reprodução social da classe trabalhadora brasileira. **Agrária**, São Paulo, Nº 5. p. 170 - 185, 2006.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã (Feuerbach).** São Paulo: Hucitec, 1999.

MARX, K. **O Capital:** crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos.** Tradução: Jesus Ranieri. São Paulo: Boi Tempo editorial, 2004.

MEDEIROS, L. S. Latifúndio. (Org) CARDART et al. In: **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 447-453.

MIRANDA, C. A. S. Comunidade negra rural de coqueiros: trajetória, identidade e cultura. **Anais** (XIV Encontro Nacional de História Oral). Campinas, SP: UNICAMP, 2018.

Disponível em:

https://www.encontro2018.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1519412037_ARQUIVO_ArtigoCarmeliaHistoriaoral.pdf. Acesso em: 10 de set. 2022.

MUSSO, P. **A filosofia da Rede**. In: PARENTE, A. Tramas da rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2004.

NOVAIS, T. C. **A policultura orgânica e a relação agricultora-terra no Coxo de Dentro, BA**. [Monografia] Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade do Estado da Bahia: Jacobina, 2017.

NUNES, J; FONSECA, A. A. M. da. **Cooperação e coesão territorial no pacto federativo brasileiro**: potencialidades e limites a partir de estratégias cooperativas intermunicipais nos estados da Bahia e do Rio de Janeiro. In: RÜCKERT, A. A.; SILVA, A. C. P. da; SILVA, G. de V. (Orgs.). Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território: integração sul-americana e regiões periféricas. Porto Alegre: Editora Letra1, 2018.

OLIVEIRA, E. de S; LUCINI, M. O pensamento Decolonial: conceitos para pensar uma prática de pesquisa de resistência. **Boletim Historiar**, vol. 08, n. 01. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/historiar/index>. Acesso em: 21 de set. de 2022.

PETERSEN, P. **Agricultura sustentável**: um desafio político. Revista Ação Ambiental, 2005.

PTDSS, Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário. **Território de Identidade Piemonte da Diamantina**. CODETER/ TIPD. Jacobina, 2017.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REFAS - Rede de Feiras Agroecológicas Solidárias do Piemonte. **Cartilha da Rede de Feiras Agroecológicas Solidárias do Piemonte (REFAS Piemonte)**. 1ª Edição: COFASPI, 2018.

RIBEIRO, M. Educação rural. (Org) CARDART et al. In: **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 295-301.

RIBEIRO, D. **Lugar de fala**. São Paulo: Pólen, 2019.

ROSA, M. P; SVARTMAN, B. P. Agroecologia e políticas públicas: reflexões sobre um cenário em constantes disputas. **Psicologia Política**, 2018. 18 (41), p. 18-41

SAMPAIO, V. S. **Agricultor familiar e camponês no contexto da questão agrária contemporânea**. Revista Geográfica da América Central. XIII Encuentro de Geógrafos de América Latina- EGAL. Universidad de Costa Rica. Costa Rica, 2011. p. 1-13 - ISSN-2115-2563. Disponível em:

<https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2342/2238>. Acesso em: 27 de nov. 2022.

SANTANA, M. R. C. **O espaço urbano em construção:** as redes técnicas na Cidade do Salvador do século XXI. [Tese de doutorado]. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, 2006.

SANTIAGO, J. P. **A Geografia no Brasil:** a contribuição de Manuel Correia de Andrade. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Pernambuco: Recife-PE, 1990.

SANTIAGO, J. P. O Espaço/ Território/ Solo (*Boden*) como possibilidade, propriedade e valor. In: **Espaço Geográfico e Geografia do Estado em Friedrich Ratzel**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2013.

SANTIAGO, J. P. **A valorização estratégica do território na acepção ratzeliana**. In. Anais do 1º Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território: racionalidades e práticas em múltiplas escalas. (1º CONGEO). Silva, Augusto César Pinheiro da. (Org.). Porto Alegre: Editora Letra1; Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014.

SANTIAGO, J. P. Consciência do espaço: geografia, sociedade e educação. **Revista Geopolítica** Transfronteiriça. V. 1, nº 2, 2021, pp. 11-37, ISSN: 2527- 2349. Disponível em: <http://periodicos.uea.edu.br/index.php/revistageotransfronteiriça/article/view/2206>. Acesso em: 12 Set. 2021.

SANTIAGO, J. P. O Espaço Geográfico como Totalidade Viva e Complexa em Reclus. In : **Terra Brasilis**. Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica. 2016. Disponível em: <https://terrabrasilis.revues.org/1877>. Acesso em: 10 de jun de 2022

SANTIAGO, J. P. Totalidade, Estado-Nação, Formação Social, Território como categorias fundamentais da Geografia Crítica e o pensamento geográfico. In: **Geografia no século XXI**. Vol.7. Organização: Fabiane dos Santos. Belo Horizonte - MG: Poisson, 2022.

SANTOS, S. N. A. dos. **Conquista e Resistência dos Payayá no Sertão das Jacobinas:** Tapuias, tupi, colonos e missionários (1651-1706). Dissertação (Mestrado em História) FFCH/UFBA: Salvador, 2011

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova:** da crítica da Geografia uma Geografia crítica. São Paulo: HUCITEC, 1978.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo. HUCITEC, 1996.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M; SILVEIRA, M. L; SOUZA, M. A. A de. **Território:** Globalização e Fragmentação. 4o edição. São Paulo: HUCITEC, 1998. (p. 12-2).

- SANTOS, M. *et all.* **O papel ativo da geografia, um manifesto.** Florianópolis, 2000. Disponível em: https://miltonsantos.com.br/site/wp-content/uploads/2011/08/O-papel-ativo-da-geografia-um-manifesto_MiltonSantos-outros_julho2000.pdf. Acesso em: 25 de fev. 2023.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização: o pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.** São Paulo: Edusp, 2004.
- SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar.** 3.ed. São Paulo: Edusp, 2014.
- SANTOS, J. S. **Lugar e práticas agroecológicas no município de Saúde- BA.** [Monografia] Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade do Estado da Bahia: Jacobina, 2017.
- SANTOS, J. S. **Uma história de resistência e luta: comunidade quilombola Grota das Oliveiras.** [blogspot]. Saúde-BA, 12 de fevereiro de 2017. Disponível em: <http://grotadasoliveiras.blogspot.com/2017/05/uma-historia-de-luta-e-resistencia.html>. Acesso em: 20 de fev. 2023.
- SANTOS, J. S. dos; SANTIAGO, J. P. **Feira agroecológica de Jacobina como rede local de produção e comercialização no território Piemonte da Diamantina.** Anais do XIV ENANPEGE... Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/77911>>. Acesso em: 28 de dez de 202.
- SANTOS, J. S; CARVALHO, A. J. A. FERREIRA, M. H. S. Sementes crioulas: estratégias de resgate, seleção e armazenamento na comunidade de Água Branca de Fora, município de Saúde, Bahia. In: **Agrobioculturalidade associada às sementes crioulas na Bahia.** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Salvador, 2020.
- SANTOS, J. S; CARVALHO, A. J. A. Os agroecossistemas tradicionais e sua influência na paisagem da Caatinga. vol. 18, n. 1, julho 2022 / 63-88. **Revista GeoTextos**, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/48978/27276>. Acesso em: 22 de dez. 2022.
- SANTOS, B. de S. (Org.). **A Globalização e as Ciências Sociais.** São Paulo: Cortez, 2002.
- SANTOS, B. de S. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**, 2009.
- SANTOS, J. S. dos; SANTIAGO, J. P. **A feira agroecológica de Jacobina como rede local de produção e comercialização no território Piemonte da Diamantina.** [Anais] XIV Encontro Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia. Virtual, 2021. ISSN 2175-8875.
- SANTOS, R. M. dos. Mapeamento da desterritorialização etnolinguística no Sudeste e Leste do Brasil durante as primeiras invasões europeias (1500-1700EC). **Confins**, 2021.

SANTOS, F. L.; SANTOS, S. N. A. dos. Os Payayá de Jacobina: resistências e negociações nos sertões da Bahia (séculos XVI-XVII). **Pol. Hist. Soc.**, Vitória da Conquista, 2020.

SAQUET, M. A. Contribuições para o entendimento da obra de Manuel Correia de Andrade: Geografia, Região, Espaço e Território. **Geo UERJ**, 2010.

SAQUET, M. A.; ALVES, A. F. Experiências de desenvolvimento territorial em confronto: campo e território. **Revista de geografia agrária**. V. 9, n. 17, p. 574-598, abr. 2014.

SCHERER-WARREN, I. **Redes e sociedade civil global**. In: HADDAD, S. ONGs e Universidades: desafios para a cooperação na América Latina. São Paulo: Fundação Petrópolis, 2002.

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**. v. 21, n. 1 (p. 109-130, jan./abr). Brasília, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/BF3dYyyqYgB7RX7fj7SrpQk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 de jul. de 2022.

SCHMITT, C. J. **Redes, atores e desenvolvimento rural**: perspectivas na construção de uma abordagem relacional. *Sociologias*. ano 13. p. 82-112. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/k4kpdGg6DzPTyWpwFDLbpkR/abstract/?lang=pt>. Acesso em 18 de Jun. 2021.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, M. A. A. **O retorno do território**: Apresentação por Maria Adélia Aparecida de Souza. In: Debates: Território y movimientos sociales. En: Observatório Social de América Latina. Ano 6 no. Buenos Aires: CLACSO, 2005. ISSN 1515-3282.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socio-espacial**. 1ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SPECHT, S. Explorando o conceito de território como base para o entendimento das dinâmicas espaciais produtivas. In: **O território do morango no Vale do Caí – RS**: análise pela perspectiva dos Sistemas Agroalimentares Localizados. (Tese - Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade do Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre - RS, 2009.

TROTSKI, L. **Moral e Revolução**. The Marxists Internet Archive, 1936.

VENCESLAU, I. Logística postal e uso do território no sul da Bahia. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 2, n. 3, 2012.

ZAMBERLAM, A. F. A luta pela terra no Brasil e a questão ambiental. In: **Agroecologia: caminhos de preservação do agricultor e do meio ambiente**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

ZIBECHI, R. **La revuelta juvenil de los '90**: las redes sociales en la gestación de una cultura alternativa. Montevideo: Nordan-Comunidad, 1997.

7. APÊNDICE

INSTRUMENTOS DE PESQUISA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGeo/UESB



Pesquisa: A DINAMICA DA REDE DE FEIRAS AGROECOLÓGICAS SOLIDÁRIAS DO (REFAS PIEMONTE) – BA NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

Pesquisadora: JOELMA SILVA DOS SANTOS

Professor orientador: JOÃO PHELIPE SANTIAGO

ROTEIRO DE ENTREVISTA (SEMI-ESTRUTURADA) - 01

Público alvo: Agricultores(as)/feirantes membros da Rede de Feiras Agroecológicas Solidárias do Piemonte - REFAS Piemonte

Observação: Disponível para entrevista virtual via Google Meet no link:

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdCXcnafnlt5bSiZ1UYGDrJsH7klAN0iN7vFEBlbHX33hjb4g/viewform?usp=sf_link

Informações pessoais

1. Qual seu nome?
2. Qual sua idade?
3. Qual sua profissão/ocupação?
4. Quantas pessoas tem na sua família?
5. Qual sua escolaridade?

Informações específicas

6. A propriedade rural onde trabalham é da sua família mesmo ou cedida/arrendada/emprestada?
7. Quantas tarefas e ou/hectare possui a propriedade?
8. Trabalha na agricultura há quanto tempo?

9. A mão de obra é apenas da família ou contrata outras pessoas para ajudar?
10. Quais alimentos são produzidos pela família para vender na feira agroecológica (listar)?
A família produz alimentos que são apenas para o autoconsumo (listar)?
11. Qual a quantidade da produção da família por semana/mês (culturas temporárias. Ex: hortaliças e alimentos processados, como biscoitos, beijus, etc) e/ou por ano (culturas anuais. Ex: feijão, milho, frutas etc)?
12. Onde são comercializados? Desde quando?
13. Quais as diferenças entre os alimentos comercializados na feira agroecológica, os da feira livre convencional e dos que são apenas para o consumo da família?
14. A participação na feira agroecológica tem provocado mudanças na vida da família? Se sim, o que tem mudado? Essas mudanças foram boas ou ruins? Por quê?
 - 14.1 Com relação a renda. Antes da feira agroecológica como era realizada a comercialização da produção?
 - 14.2 E agora após a feira, quanto em dinheiro a família consegue vender semanalmente ou mensalmente?
 - 14.3 A feira agroecológica é a única fonte de renda da família?
 - 14.4 Se existe outras fontes, quais são (ex: aposentadoria, bolsa família ou outra atividade)?
15. A organização de vocês em rede, com agricultores(as) de outros municípios trouxe benefícios para o grupo deste município (indicar se Jacobina, Saúde, Caém, Mirangaba ou Miguel Calmon)? Quais benefícios?
16. Quais os maiores desafios/dificuldades enfrentados por vocês desde a fundação da feira agroecológica deste município (indicar se Jacobina, Saúde, Caém, Mirangaba ou Miguel Calmon) até hoje?
17. O que tem sido feito para superar esses desafios/dificuldades?
18. Existem pessoas, grupos ou instituições que apoiam a organização e o trabalho de vocês? Quem/quais? De que forma?



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGeo/UESB



ROTEIRO DE ENTREVISTA (SEMI-ESTRUTURADA) – 02

Público alvo: Representantes das instituições parceiras que atuaram diretamente na execução de projetos de apoio a REFAS Piemonte – COFASPI e ATABAQUE

Observação: Disponível para entrevista virtual via Google Meet no link:

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdODTtgt5BqlxzyGWlyqg7hDcXgI7PPhur8LFgte94mL31kMA/viewform?usp=sf_link

Informações institucionais

1. Qual seu nome?
2. Qual instituição/grupo você representa?
3. Qual função desempenha na instituição/grupo?
4. Há quanto tempo atua instituição/grupo?
5. Qual é o objetivo da instituição?
6. Quantos sócios a instituição possui atualmente?
7. Estrutura da organizacional da instituição? Possui regimento interno e/ou Estatuto?
8. Com que frequência acontece reuniões? Quais os principais pontos de pauta?
9. Os sócios contribuem com algum valor/taxa?

Informações específicas

10. Existe uma articulação ou vinculação entre essa instituição e a REFAS Piemonte? Qual?
11. De que forma essa instituição tem apoiado a REFAS? Desde quando?
12. Já executaram projetos de apoio? Quais?
13. Quais os principais objetivos e/ou metas desses projetos?
14. Como ocorre essa conexão em rede? Vocês são parte integrante dela?
15. O que vocês entendem por desenvolvimento sustentável?
16. Alguma dessas ações de apoio buscava favorecer o desenvolvimento local sustentável?
17. Como faziam para avaliar (qualificar) se tais ações alcançavam esse desenvolvimento?
18. Como avaliam o desenvolvimento propiciado pelas atividades de produção, comercialização e articulação social da REFAS hoje?



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGeo/UESB



QUESTIONÁRIO

Público alvo: Consumidores(as) da REFAS Piemonte

Município: _____ **Data:** ____/____/____

Observação: Disponível para respostas virtuais via Google Forms no link:

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfjRAj3BLkqxqlAavUjmxMmyySXBhRDvxIN_mX2Kw9WHqd38Q/viewform?usp=sf_link

1. Qual sua idade?

- a) () 15 – 25 anos.
- b) () 25 – 35 anos.
- c) () 35 – 45 anos.
- d) () 45 – 55 anos.
- e) () 55 – 65 anos.
- f) () > 65 anos.

2. Qual o seu grau de escolaridade?

- a) () Ensino fundamental incompleto.
- b) () Ensino fundamental completo.
- c) () Ensino médio incompleto
- d) () Ensino médio completo.
- e) () Graduando (a).
- f) () Graduado(a).
- g) () Pós-graduando(a).
- h) () Pós-graduado(a).
- i) () Mestre (a).
- j) () Doutor(a).

3. Há quanto tempo você consome alimentos comercializados na feira agroecológica?

- a) () < 1 ano.
- b) () 1 ano.
- c) () De 1 a 2 anos.

- d) () De 2 a 3 anos.
- e) () De 3 a 5 anos.
- f) () > de 5 anos.
- g) () Desde que a feira começou a existir.

4. Quais tipo são alimentos comprados na feira agroecológica?

- a) () Hortaliças (alface, coentro, cebolinha, rúcula, couve, espinafre, etc).
- b) () Frutas (banana, abacaxi, mamão, manga, laranja, acerola, maracujá, etc).
- c) () Tubérculos (aipim, batata doce, etc).
- d) () Alimentos processados (beiju, fécula de mandioca, farinha, tempero seco, etc).
- e) () Verduras (cenoura, beterraba, berinjela, etc).
- f) () Legumes (feijão, andu, fava, etc).
- g) () Outros _____

5. Você deixou de comprar alimentos na feira convencional e passou a comprar na feira agroecológica?

- a) () Sim.

Porque? _____

- b) () Não. Ainda compro na feira convencional.

6. O que você sugere para melhorar a feira agroecológica?

- a) () Reduzir os preços.
- b) () Higiene (limpeza dos alimento, das barracas e vestimentas dos(as) feirantes).
- c) () Forma como os alimentos são apresentados (embalagens).
- d) () Disponibilizar embalagens e sacolas retornáveis.
- e) () A diversidade de alimentos.
- f) () Mudar ou aumentar os dias em que a feira agroecológica ocorre.
- g) () Mudar o local da feira agroecológica.

7. Os tipos de alimentos e a quantidade disponibilizada semanalmente na feira agroecológica atende a necessidade de todo o público consumidor?

- a) () Sim
- b) () Não

8. Como é a relação entre você enquanto consumidor(a) e o(a) agricultor(a) feirante?

- a) () Apenas comercial, de compra e venda.

- b) () De amizade e confiança.
- c) () De parceria. Me sinto parte integrante da feira, por entender que preciso consumir um alimento sem agrotóxico e ao mesmo tempo que o(as) apoio comprando aqui, também sou ajudado.

9. O que te fez optar por comprar e consumir os alimentos da feira agroecológica?

- a) () Por acreditar que os alimentos vendidos na feira agroecológica são mais saudáveis por não terem sido produzidos com uso de agrotóxicos e outros pesticidas.
- b) () Pela relação de amizade que tenho com os(as) agricultores(as) feirantes.
- c) () Pela proximidade entre a feira e a minha residência.
- e) () Pelos preço que é inferior ou igual aos alimentos da feira convencional.
- f) () Outro motivo: _____
- _____

10. Houve alguma mudança na sua qualidade de vida (saúde), após consumir alimentos da feira agroecológica?

- a) () Sim. Quais? -
- _____
- _____

b) () Não.

c) () Não sei responder.

Gratidão por vossa contribuição!

A Geografia, enquanto ciência humana e social tem a importante função de nos evidenciar com agentes transformadores do espaço real, de nosso lugar, bem como de nosso território.



Continuação do Parecer: 5.110.610

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A REDE DE FEIRAS AGROECOLÓGICAS SOLIDÁRIAS DO PIEMONTE NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

Pesquisador: JOELMA SILVA DOS SANTOS

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 51140121.0.0000.0055

Instituição Proponente: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

Patrocinador Principal: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.110.610

Apresentação do Projeto:

" A delimitação da área de estudo compreende o território Piemonte da Diamantina (Bahia, Brasil), especificamente a organização social REFAS Piemonte que articula agricultores(as) familiares, consumidores(as) das feiras agroecológicas dos municípios de Jacobina, Saúde, Caém, Mirangaba, Várzea Nova, Miguel Calmon, Serrolândia e Ouroilândia, bem como, outras instituições parceiras. Entre as feiras agroecológicas dos municípios mencionados, serão focalizadas cinco, ao considerar a proximidade espacial e relevância das mesmas. Dessa forma, os(as) participantes da pesquisa serão agricultores(as) familiares e consumidores(as) da REFAS Piemonte, mais especificamente dos municípios de Jacobina, Saúde, Mirangaba, Caém e Miguel Calmon;); além de representantes de instituições parceiras: Cooperativa de Trabalho e Assistência a Agricultura Familiar Sustentável do Piemonte (COFASPI) e Associação Afro Brasileira Quilombo Erê (ATABAQUE) com sede no município de Jacobina. A pesquisa será conduzida por uma abordagem quali-quantitativa e seguirá um percurso metodológico que contemple pesquisa bibliográfica, documental, de campo e de observação.

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, Módulo CAP, 1º andar (UESB)

Bairro: Jequiezinho

CEP: 45.206-510

Município: JEQUIE

Telefone: (73)3528-9727

Fax: (73)3525-6683

E-mail: cepjq@uesb.edu.br



Continuação do Parecer: 5.110.610

A pesquisa bibliográfica além de substanciar a construção do referencial teórico, propiciará a operacionalização e discussão dos conceitos geográficos de território e redes, uma vez que eles serão evidenciados a partir da dinâmica de uso sustentável do território Piemonte da Diamantina no contexto da organização social e das atividades de produção e comercialização de alimentos agroecológicos da REFAS Piemonte (enquanto rede geográfica). A pesquisa documental acontecerá junto à coordenação da REFAS Piemonte (agricultores/as), representantes institucionais da COFASPI e ATABAQUE, verificando livros de atas das reuniões, regimento interno, além de cartilhas, panfletos e relatórios, produtos e projetos técnicos. A pesquisa de campo deverá ser realizada, adotando todas as medidas de cuidados e orientações dos órgãos de saúde, uma vez que a pandemia do covid-19 ainda é uma realidade no atual momento e nem todos os públicos receberam todas as doses dos imunizantes. Sendo assim, a pesquisa in lócus acontecerá com uso de máscara, tanto por parte da pesquisadora, quanto dos participantes da pesquisa, obedecendo ao distanciamento mínimo de um metro e meio entre pessoas."

Objetivo da Pesquisa:

" Objetivo Primário:

Analisar de que forma a Rede de Feiras Agroecológicas Solidárias do Piemonte – a REFAS Piemonte (enquanto rede geográfica) tem reverberado no desenvolvimento local e territorial sustentável, por meio da produção e na comercialização de alimentos agroecológicos no território Piemonte da Diamantina, Bahia, Brasil.

Objetivo Secundário:

*Evidenciar a dinâmica de uso sustentável do território Piemonte da Diamantina, Bahia, a partir do contexto da REFAS Piemonte (enquanto rede geográfica);*Caracterizar a situação geográfica das REFAS Piemonte e sua organização social, evidenciando: sua espacialidade, os agentes sociais envolvidos, o processo de produção e comercialização dos alimentos agroecológicos nas feiras,*Conhecer a forma de gestão da rede local e territorial; além de alguns outros aspectos que se revelem importantes no contexto da REFAS Piemonte (enquanto rede geográfica);*Verificar a existência de indicadores ou parâmetros que avaliam o estágio de desenvolvimento local e territorial/ regional sustentável promovido pela REFAS Piemonte; *Inferir acerca da produção e comercialização direta de alimentos agroecológicos e sua sustentabilidade local e territorial da REFAS Piemonte."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Projeto de pesquisa do curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo/UESB, submetido a avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, Módulo CAP, 1º andar (UESB)

Bairro: Jequiezinho

CEP: 45.206-510

Município: JEQUIE

Telefone: (73)3528-9727

Fax: (73)3525-6683

E-mail: cepjq@uesb.edu.br



Continuação do Parecer: 5.110.610

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Termos apresentados pela pesquisador:

- 1- PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO. OK
- 2- Projeto..... OK
- 3- ROTEIRO PARA ENTREVISTAS SEMI.....OK
- 4- folha De Rosto. OK
- 5- TCLE_.....OK
- 6- Termos_uso_de_imagens..... OK
- 7- Autorização Coleta de dados da RIFAS Ok
- Autorização de Coleta de Dados da ATABAQUE. OK
- Autorização de Coleta de Dados COFASPI. OK
- 9 - Declaração Compromisso..... Ok

Considerações Finais a critério do CEP:

Em reunião extraordinária no dia 12/11/2021, por videoconferência autorizada pela CONEP, a plenária deste CEP/UESB aprovou o parecer do relator.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1803268.pdf	27/09/2021 19:16:49		Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO_JOELMA_ASSINDA.pdf	27/09/2021 19:15:28	JOELMA SILVA DOS SANTOS	Aceito
Outros	AutorizaçãodeColetadeDadosREFAS.pdf	27/09/2021 19:14:43	JOELMA SILVA DOS SANTOS	Aceito
Outros	AutorizaçãodeColetadeDadosCOFASPI.pdf	25/08/2021 14:21:09	JOELMA SILVA DOS SANTOS	Aceito
Outros	AutorizaçãodeColetadeDadosATABAQUE.pdf	25/08/2021 14:20:46	JOELMA SILVA DOS SANTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_CEP_REFASSaude_Joelma.docx	25/08/2021 14:12:39	JOELMA SILVA DOS SANTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_CEP_REFASMirangaba_Joelma.docx	25/08/2021 14:12:09	JOELMA SILVA DOS SANTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento /	TCLE_CEP_REFASMiguelCalmon_Joelma.docx	25/08/2021 14:11:15	JOELMA SILVA DOS SANTOS	Aceito

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, Módulo CAP, 1º andar (UESB)

Bairro: Jequiezinho

CEP: 45.206-510

Município: JEQUIE

Telefone: (73)3528-9727

Fax: (73)3525-6683

E-mail: cepjq@uesb.edu.br



Continuação do Parecer: 5.110.610

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_CEP_REFASJacobina_Joelma.docx	25/08/2021 14:10:48	JOELMA SILVA DOS SANTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_CEP_REFASCaem_Joelma.docx	25/08/2021 14:10:20	JOELMA SILVA DOS SANTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_CEP_ConsumidxSaude_Joelma.docx	25/08/2021 14:09:13	JOELMA SILVA DOS SANTOS	Aceito

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_CEP_ConsumidxMirangaba_Joelma.docx	25/08/2021 14:08:43	JOELMA SILVA DOS SANTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_CEP_ConsumidxCaem_Joelma.docx	25/08/2021 14:07:36	JOELMA SILVA DOS SANTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_CEP_ConsumidorexMiguelCalmon_Joelma.docx	25/08/2021 14:04:49	JOELMA SILVA DOS SANTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_CEP_ConsumidorexJacobina_Joelma.docx	25/08/2021 14:04:19	JOELMA SILVA DOS SANTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_CEP_COFASPI_Joelma.docx	25/08/2021 14:03:11	JOELMA SILVA DOS SANTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_CEP_ATABAQUE_Joelma.docx	25/08/2021 14:02:46	JOELMA SILVA DOS SANTOS	Aceito
Brochura Pesquisa	Brochura_projeto_de_pesquisa.docx	04/08/2021 19:37:56	JOELMA SILVA DOS SANTOS	Aceito
Outros	AutorizacaodeUsodelmagem.pdf	04/08/2021 19:26:53	JOELMA SILVA DOS SANTOS	Aceito
Declaração de concordância	Compromisso_Geral_Joelma.pdf	04/08/2021 19:18:28	JOELMA SILVA DOS SANTOS	Aceito
Declaração de	Declaracao_participacao_em_projeto_p	04/08/2021	JOELMA SILVA DOS SANTOS	Aceito

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, Módulo CAP, 1º andar (UESB)

Bairro: Jequiezinho

CEP: 45.206-510

Município: JEQUIE

Telefone: (73)3528-9727

Fax: (73)3525-6683

E-mail: cepjq@uesb.edu.br



Continuação do Parecer: 5.110.610

Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoDePesquisa_PGEO_JOELMA_J P.docx	04/08/2021 19:13:08	JOELMA SILVA DOS SANTOS	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.docx	04/08/2021 19:09:43	JOELMA SILVA DOS SANTOS	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.docx	04/08/2021 19:08:45	JOELMA SILVA DOS SANTOS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JEQUIE, 17 de Novembro de 2021

Assinado por:

**Leandra Eugenia Gomes de Oliveira
(Coordenador(a))**

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, Módulo CAP, 1º andar (UESB)

Bairro: Jequiezinho

CEP: 45.206-510

Município: JEQUIE

Telefone: (73)3528-9727

Fax: (73)3525-6683

E-mail: cepjq@uesb.edu.br